



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA

**O SURGIMENTO DO ANTROPOCENO E SEUS ESTUDOS
NA ADMINISTRAÇÃO**

Londrina
2019

JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA

**O SURGIMENTO DO ANTROPOCENO E SEUS ESTUDOS
NA ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zanardi Coltro.

Londrina
2019

JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA

**O SURGIMENTO DO ANTROPOCENO E SEUS ESTUDOS NA
ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr.Fábio Luiz Zanardi Coltro
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Phd. Paulo Reis Mourão
Universidade do Minho – Portugal

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 28 de agosto de 2019.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Mateus e Ana Carolina, que vieram ao Brasil passar férias comigo e eu não pude dar toda a atenção que vocês mereciam, mas durante esta caminhada meu pensamento esteve sempre em vocês.

Filhos, Amo vocês sem medidas!

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é a materialização de um sonho que teve início já em 1988, ao passar no vestibular, e que intensificou-se em 2000 quando, tendo sido aceito para o Mestrado da Universidade de Barcelona, na Espanha, deixei de fazê-lo por falta de recursos financeiros.

Agradeço primeiramente e imensamente a Deus, que é Pai e Amigo íntimo, que sempre manteve a esperança acesa no meu coração, me dando forças para poder superar fases tão difíceis no decorrer desta caminhada, aumentados ainda com momentos de grande dor pela perda de minha adorável mãe Ana Perpétua, para sempre amada e lembrada, e meus queridos tios, Generoso (Tio Neroso), Severino (Tio Siva) e Aparecida (Tia Cida) que se juntaram aos braços de Deus, em 2018.

À Deus ainda agradeço por ter me colocado no seio de uma família cujo exemplo foi a grande ferramenta de educação, através do maior e melhor espelho que foi minha mãe Ana Perpétua da Silva, mulher carinhosa, amável, inteligente, semianalfabeta por questões culturais, entretanto, uma pessoa desafiadora das regras sociais e costumes culturais, com pensamento descolonial, sempre incentivadora dos estudos como sendo a chave que abre e liberta das prisões.

Às minhas irmãs Laura, Laurinda, Laíde e Regina, pelo grande apoio e incentivo, servindo também de exemplo à todos, com palavras, atitudes e bondade ímpar.

Em especial à minha esposa Viviane que sempre esteve ao meu lado, que sempre sonhou os meus sonhos e que, sem ela, eu não poderia terminar esta dissertação.

Agradeço ao meu orientador, professor e amigo, Dr. Fábio Coltro, pelo seu empenho e compreensão, por me fazer acreditar que seria possível a minha pesquisa, por acompanhar minha evolução, por me desafiar a ir um pouco mais longe com a proposta deste assunto, por torcer por mim e ter se mostrado sempre muito solícito e, principalmente, pela confiança em meu potencial.

À todos os professores deste mestrado que me fizeram ver coisas antes nunca vistas, por me acompanharem neste processo de crescimento e desenvolvimento do presente estudo e sempre torcerem por mim. Acrescento ainda a composição das turmas de mestrado, sempre colocando pessoas de diversas idades, experiências e localizações fazendo nosso crescimento se tornar ímpar.

Para TODOS VOCÊS, meus colegas de turma, que durante 24 meses me ajudaram a crescer como pessoa e como acadêmico, que comigo dividiram sonhos, que com suas contribuições me trouxeram novos conhecimentos, me fazendo ainda enxergar com novo olhar, pensar com outra perspectiva, meu agradecimento eterno.

Ao queridíssimo Francisco Carlos Navarro (Chico), pela eficiência com que realiza suas atividades no PPGA-UEL, pela paciência e disposição que sempre teve para atender aos meus pedidos, e à todos os funcionários do CESA.

Agradeço à todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro para a realização desta pesquisa.

PEREIRA, José Cláudio. **O Surgimento do Antropoceno e Seus Estudos na Administração**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa identificou a quantidade e o tipo de publicações existentes (artigos, teses e dissertações), no Brasil e na Web of Science, sobre o Antropoceno, e explicou suas origens e as críticas existentes. Mapeou as publicações por áreas do conhecimento; analisou a história da colonialidade, suas formas de dominação e avançou sobre a descolonialidade. A categoria metodológica utilizada desta pesquisa é de ordem bibliométrica. A definição de Antropoceno é, na prática, a ação humana no planeta e foi possível identificar que, por se tratar de um estudo de caráter descolonial, de quebra de barreiras e paradigmas, ocorreram resistências na sua aceitação e definição dos agentes causadores. Alguns entendem sua existência desde o início da agricultura, para outros, desde o surgimento do Homo Sapiens e para Lewis & Maslin, as prováveis datas foram 1610 e 1964 por haverem registros de carbono 14 nas camadas de gelo Ártico. Para o ano de 1610, sua causa fora a colonização das Américas e pelo genocídio de, aproximadamente, 50 milhões de pessoas entre 1492 e 1610 nas Américas. Esta colonização e o surgimento do mercantilismo levam ao início da homogeneização das biotas e, para o ano de 1964, dá-se início com a Revolução Industrial, passa pelo *boom* econômico pós a II Guerra Mundial, pelos testes nucleares no período da Guerra Fria, pela globalização e pela comoditização de tudo pelo sistema capitalista causando sérios problemas ambientais. No decorrer desta pesquisa evidencia-se que, para a colonização exercida nas Américas, foram adotadas formas de colonialidade sobre: o Poder, o Saber, o Ser e o Bem-viver. Demonstrou-se também que a colonialidade, de padrões eurocêntricos, ainda é dominante nos dias de hoje com os Estados Unidos sendo o seu maior expoente. Sequencialmente a descolonialidade é apresentada por Walter Mignolo e Catherine Walsh, por exemplo, como um movimento inacabado e em constante construção que resgata e valora os saberes originários dos povos nativos das Américas com formas mais harmônicas de viver e conviver com a natureza. Na pesquisa bibliométrica fica evidenciada pouca quantidade de artigos publicados na área de Estudos Organizacionais enquanto que, em outras áreas do conhecimento, existe grande quantidade de pesquisa.

Palavras-chave: Antropoceno. Mudanças Climáticas. Estudos Organizacionais. Descolonialidade.

PEREIRA, José Cláudio. **Anthropocene's Development and the Business Administration Studies**. 2019. 170 p. Dissertation (Master of Business Administration) - Londrina State University, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This research identified the number and type of publications (articles, theses and dissertations) in Brazil and on the Web of Science about Anthropocene, and explained their origins and existing criticism. Mapped publications by areas of knowledge; It analyzed the history of Coloniality, its forms of domination and advanced on Decoloniality. The methodological category used in this research is bibliometric. The definition of Anthropocene is, in practice, the human action on the planet and it was possible to identify that, because it is a study of decolonial character, breaking barriers and paradigms, there were resistances in its acceptance and definition of causative agents. Some understand its existence since the beginning of agriculture, for others since the emergence of *Homo Sapiens* and for Lewis & Maslin, the probable dates were 1610 and 1964 because there were carbon 14 records in the Arctic ice sheets. By 1610, its cause had been the colonization of the Americas and the genocide of approximately 50 million people between 1492 and 1610 in the Americas. This colonization and the rise of commercialism led to the beginning of biotas's homogenization and, for the year 1964, it began with the Industrial Revolution, passed the economic boom after World War II, the nuclear tests in the Cold War period, through globalization and commoditization of everything by the capitalist system, causing serious environmental problems. In the course of this research, it is evident that for the colonization exercised in the Americas, forms of coloniality were adopted, namely: Power, Knowledge, Being and Well-being. It has also been shown that coloniality, by Eurocentric standards, is still dominant today with the United States being its greatest exponent. Sequentially the Decoloniality is presented by Walter D. Mignolo and Catherine Walsh, for example, as an unfinished and in constantly building movement that rescues and give value to the knowledge originated from America's native people with more harmonious ways of living with nature. In bibliometric research there is little evidence of articles published in the area of Organizational Studies whereas, in other areas of knowledge, there is a large amount of research.

Keywords: Anthropocene. Climate Change. Organizational Studies. Decoloniality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	–	Relação de Inclusão e Intersecção entre os Conjuntos	20
Figura 2	–	Áreas com Desertos no Planeta.....	29
Figura 3	–	Periodização do Capitalismo	73
Figura 4	–	Antropoceno – Visão Geral no Brasil	132
Figura 5	–	Antropoceno – Grupos de Pesquisas Existentes	133
Figura 6	–	Antropoceno – Teses Publicadas por Ano.	136
Figura 7	–	Antropoceno – Dissertações por Ano.....	142
Figura 8	–	Antropoceno – Artigos Publicados por Ano.....	149
Figura 9	–	Antropoceno – Evolução da Produção de Artigos por Ano.	155
Figura 10	–	Antropoceno – Grandes Áreas de estudo (10 Primeiras).....	156
Figura 11	–	Antropoceno – Países que Publicaram Artigos (10 Primeiros).....	157
Figura 12	–	Antropoceno – Cursos que Publicaram Artigos (10 Primeiros).	158
Figura 13	–	Antropoceno – Cursos que Publicaram Artigos (Demais).	159
Figura 14	–	Antropoceno – Palavras Chave Utilizadas Pelos Autores.....	164
Figura 15	–	Títulos das Referências Bibliográficas.	165

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	– Teorias Ambientais Sobre a Natureza da Organização-Ambiente.....	25
Quadro 2	– Teorias Ambientais Sobre a Natureza do Ambiente Organizacional.....	26
Quadro 3	– Desertos e Projeção de Temperaturas	30
Quadro 4	– Holoceno e Antropoceno: Principais Características	39
Quadro 5	– Paradigmas Ambientais	60
Quadro 6	– 10 Maiores Empresas Internacionais e o PIB dos Países.....	64
Quadro 7	– Grandes Áreas do Conhecimento e Origem dos Autores Sobre a Descolonialidade	131
Quadro 8	– Grupos de Pesquisa por Curso.....	134
Quadro 9	– Antropoceno – Teses e Universidades por Ano.....	136
Quadro 10	– Antropoceno – Cursos e Universidades com Publicações de Teses	137
Quadro 11	– Autores das Teses por Curso	138
Quadro 12	– Antropoceno – Teses Publicadas por Estados do Brasil.....	141
Quadro 13	– Antropoceno – Dissertações por Universidades	142
Quadro 14	– Antropoceno – Dissertações por Cursos e Universidades.....	143
Quadro 15	– Autores das Dissertações por Cursos.....	144
Quadro 16	– Antropoceno – Publicações de Dissertações por Estados do Brasil.....	147
Quadro 17	– Antropoceno – Artigos Publicados em Revistas das Universidades	150
Quadro 18	– Antropoceno – Artigos Publicados por Cursos e Universidades	150
Quadro 19	– Autores dos Artigos por Curso	151
Quadro 20	– Publicações de Artigos por Estados do Brasil.....	152
Quadro 21	– Evolução Anual dos Artigos Publicados por Países.....	153
Quadro 22	– Cursos que Publicaram Artigos Sobre o Antropoceno.....	154
Quadro 23	– Antropoceno – Grandes Áreas de Estudo (Demais)	156
Quadro 24	– Antropoceno – Países que Publicaram Artigos (Demais)	157

Quadro 25	– Antropoceno – Países que Publicaram na Administração	159
Quadro 26	– Antropoceno – Países e Universidades com Artigos na Administração	160
Quadro 27	– Antropoceno – Universidades Classificadas no Ranking da SCIMAGO	160
Quadro 28	– Antropoceno – Publicações na Administração.....	161
Quadro 29	– Palavras-Chave mais Utilizadas	164
Quadro 30	– Palavras mais Utilizadas nos Títulos	165
Quadro 31	– Autores mais Utilizados nas Referências Bibliográficas.....	166
Quadro 32	– Antropoceno – Autores e Artigos mais Utilizados nas Referências Bibliográficas.....	166
Quadro 33	– Antropoceno – 17 Artigos Publicados na Administração	168
Gráfico 1	– Antropoceno – Dissertações e Teses por Ano.....	135
Gráfico 2	– Evolução da Produção das Teses e Dissertações por Ano	148
Gráfico 3	– Evolução da Produção de Artigos por Ano	154
Gráfico 4	– Antropoceno – Citações por Ano	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Aparelhos de Estado
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ANPAD	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
AWG	Anthropocene Working Group
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina
CH4	Metano
CIA	Central Intelligence Agency
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CO2	Dióxido de Carbono
CONAIE	Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
ENANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
ESS	Earth System Science
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GHG	Greenhouse Gas

GRH	Gestão de Recursos Humanos
GSSA	Global Standart Stratigraphic Age
GSSP	Global Boundary Stratotype Section
GTS	Geologic Time Scale
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IGC	International Geological Congress
NBR	Norma Brasileira
N2O	Óxido Nitroso
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PUC-SP	Pontifícia Universidade de São Paulo
PUC-RJ	Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro
RAE	Revista de Administração
RAEGA	Revista da Área de Administração e Geografia
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SCIMAGO	Journal & Country Rank
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade do Estadual Paulista
UNG	Universidade de Guarulhos

UNICAMP Universidade de Campinas

UNIVERITAS Universidade Universus Veritas

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.1.1 Objetivo Geral.....	19
1.1.2 Objetivos Específicos.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
2.1 Técnicas de Pesquisa.....	22
3 ANTROPOCENO.....	24
3.1 Panorama sobre o Meio Ambiente.....	24
3.2 Mudanças Geológicas.....	35
3.3 Antropoceno e a Descolonialidade.....	40
3.3.1 1492 a 1610 - O Continente Americano.....	47
3.3.2 1874 a 1964 - A Revolução Industrial e o Capitaloceno.....	52
3.4 Estudos Organizacionais e a Gestão Sustentável.....	60
3.5 Capitaloceno.....	70
3.5.1 Capitalismos - Um breve relato.....	70
3.5.2 Capitaloceno - Entendendo.....	74
4 COLONIALIDADE.....	85
4.1 O Poder.....	89
4.2 O Saber.....	95
4.3 O Ser.....	99
4.4 O Bem-Viver.....	104
4.5 Descolonialidade.....	114
5 Pesquisa Bibliométrica.....	132
5.1 Grupos de Pesquisa.....	133
5.2 Teses.....	135
5.3 Dissertações.....	141
5.4 Artigos.....	149

5.5 Análise da Base Scielo (Espanhol, Inglês, Português).....	152
5.6 Análise da Base Web of Science.....	155
6 Considerações Finais.....	169
7 Referências.....	173

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda as questões de colonialidade, descolonialidade e do Antropoceno, sendo este relatado como consequência dos processos coloniais que foram implantados no mundo, em especial, na América Latina.

Ao tratar do Antropoceno, a pesquisa o apresenta como a era dos humanos, sendo este, o fator decisivo para a proposta de mudança de era geológica, o que causa certo embate metodológico, à medida que, para os geólogos, essa mudança só se justificaria a partir de eventos naturais com efeitos globais, no entanto, alheios à atuação do homem.

No entendimento de Crutzen, o “fator humano” passou a ter efeito global a partir de 1492 com o descobrimento e colonização das Américas. Para os pesquisadores Lewis e Maslin, duas possíveis datas foram identificadas por terem registros geológicos no gelo Antártico, sendo os anos de 1610 e 1964, o que justificaria uma nova era geológica. Para a determinação do ano de 1610, a justificativa apresentada foi a colonização das Américas, da exploração da natureza, do homem (negros e índios) e do genocídio vivido nas Américas, fomentados pelo regime mercantilista de comércio existente que financiava os regimes monárquicos existentes na Europa dando, posteriormente, início ao capitalismo.

A justificativa para se adotar o ano de 1964, encontraria respaldo na Revolução Industrial que, posteriormente, fora acelerada pelo regime capitalista de produção mercantil de exploração do homem e da natureza sendo esta, sempre vista como recurso gratuito e disponível a ser explorado, sem qualquer preocupação com as questões ambientais. O ano de 1964 também marca a força do homem como modificador de qualquer ambiente terrestre e o início da corrida espacial, por conseguinte, durante os anos de “guerra fria” o domínio da tecnologia nuclear avança e, para isso, vários testes foram realizados colaborando para a passagem a esta nova era geológica - o Antropoceno.

Avança-se para uma análise, em linhas gerais, sobre o Capitaloceno como o grande causador dos desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais e das resistências e estratégias adotadas por ele para continuar repetindo e/ou ampliando sua ação de destruição dos recursos humanos e naturais. Consequentemente, não

há senhor sem o seu servo e, as organizações empresariais, são inseridas neste contexto por deterem grande poder de transformação, para o bem e para o mal de nosso ambiente.

Demonstra-se que, em decorrência desta colonização e de sua forma de colonialidade, aqui evidenciada pelo pensamento eurocêntrico, ocorreram mudanças climáticas, sociais e econômicas em todo o planeta que impactaram e impactam todos os seres vivos, incluindo os humanos.

A pesquisa demonstra as quatro formas de colonialidade existentes: do Poder, do Saber, do Ser e do Bem Viver, como práticas de dominação existentes sobre as pessoas e sobre a natureza, sendo exercidas pelos países do Norte sobre os países do Sul, pontuando ainda os ideais do pensamento descolonial narrados por Walter Mignolo, Catherine Walsh entre outros, como uma proposta de interdisciplinaridade para a resolução dos problemas que nossa sociedade vive.

A última parte do nosso trabalho diz respeito à pesquisa bibliométrica onde analisou-se a quantidade de pesquisa científica realizada sobre o tema Antropoceno nas bases e universidades brasileiras, classificando os tipos de trabalhos em Grupos de Pesquisas, Teses, Dissertações e Artigos, além de pormenorizar as regiões geográficas em que as pesquisas foram desenvolvidas. Para este trabalho bibliométrico pesquisou-se também a base científica Scielo, buscando publicações que abordaram o Antropoceno, tanto em Português, Espanhol e Inglês e os países de onde surgiram interesse neste assunto e, por fim, a última base da bibliometria foi realizada com dados da base *Web of Science*, onde foi possível constatar certo destaque ao Brasil, por estar entre os maiores produtores científicos, embora com resultados incipientes ou mesmo inexistentes, em relação às melhores universidades e institutos de pesquisa do mundo. Foi possível identificar que certas áreas do conhecimento como, por exemplo, biologia e geociências se destacam na produção científica em detrimento de outras, como as ciências sociais aplicadas.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as publicações sobre estudos organizacionais com a temática do Antropoceno.

1.1.2 Objetivos Específicos

Compreender as origens do Antropoceno e suas críticas;

Entender a história da colonialidade e suas formas de dominação;

Investigar, através de análise bibliométrica, em bases de dados brasileiras e estrangeiras, estudos realizados sobre o Antropoceno.

1.2 JUSTIFICATIVA

A necessidade de se estudar o Antropoceno deve-se ao fato de sua influência sobre a vida no planeta terra, vida humana e não humana, que fora acelerada pelo modo de produção de bens e serviços capitalista.

Justifica-se ainda estudar o Antropoceno, por haver pouca pesquisa acadêmica em Estudos Organizacionais no Brasil, área que terá que lidar com esta nova realidade geológica, econômica, política, social e de organização da vida em sociedade.

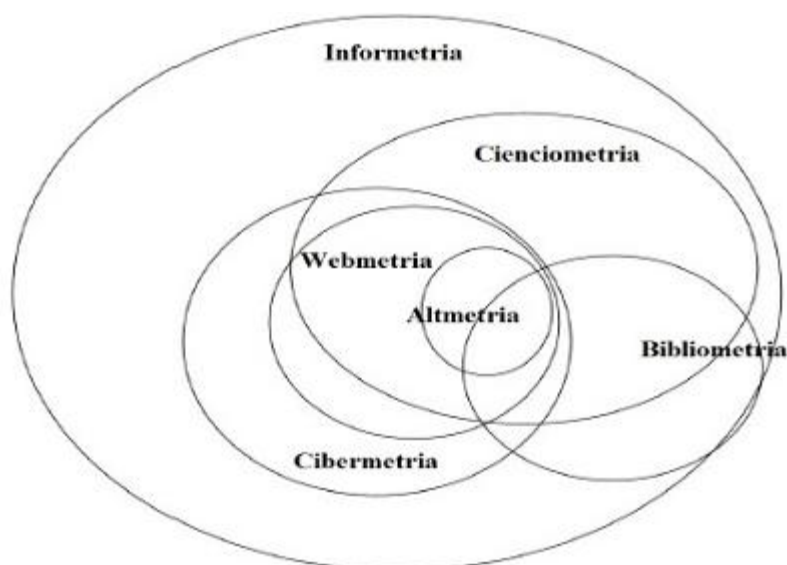
Essa nova organização da sociedade terá que, em tempos de mudanças irreversíveis no clima global, com efeitos diretos sobre o trabalho, educação, saúde, relação com a natureza, com todo tipo de vida animal e vegetal, lidar com os desafios da produção de alimentos, bens e serviços para a população.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será de ordem bibliométrica e será utilizada a técnica da revisão documental a partir da análise de legislações, textos, livros, e artigos científicos, de modo a estatuir os fundamentos teóricos da proposta.

De acordo com Oliveira (2008), existem vários sinônimos para o termo Pesquisa Bibliométrica, a saber: “Bibliometria, Metrias da Informação, Estudos Bibliométricos ou Estudos Métricos da Informação” e, independentemente da terminologia que vier a ser adotada, “os pesquisadores incluem nelas as seguintes subáreas: Bibliometria, Cientometria, Webmetria, Patentometria, Altmatria e Informetria” (OLIVEIRA, 2018, p. 21), conforme a figura abaixo:

Figura 1- Relação de inclusão e intersecção entre os conjuntos



Fonte: Oliveira, 2018.

Seguindo com a mesma autora, os estudos métricos têm a capacidade de medir a inclusão da produção científica dos pesquisadores do Sul global, neste caso especificamente dos pesquisadores brasileiros, na produção científica dos países desenvolvidos, ou ditos do Norte.

No entendimento de Hayashi & Leta (2013), os estudos Bibliométricos ou Cientométricos são de suma importância, visto que, por exemplo, podem “examinar

as tendências de citações como parâmetros de determinação do surgimento de novos campos e temas da ciência assim como a evolução daqueles já conhecidos” (HAYASHI & LETA, 2013, p. 20). De acordo com Severino (2016), toda pesquisa Bibliométrica é realizada a partir das pesquisas realizadas anteriormente, de pesquisas disponíveis e, sendo assim, “os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2016, p. 131). Manzo (1971 apud MARCONI & LAKATOS, 2010), aponta que “a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971:32 apud MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 43).

Na definição de Malheiros (2011), a pesquisa bibliométrica tem como objetivo a identificação, no material produzido, as contribuições sobre um tema ou assunto determinado. “Ela consiste em localizar o que já foi pesquisado em diversas fontes, confrontando seus resultados” (MALHEIROS, 2011, p. 81), sendo assim, e nesta pesquisa em particular, mostra-se a evolução da pesquisa científica brasileira sobre o Antropoceno no campo da Administração.

Tal explicação se faz necessária em razão das bases de dados, que serão utilizadas para a realização desta pesquisa a considerar: as bases de dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Dissertações / Teses publicadas além de Grupos de Pesquisas localizados na base do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ); Periódicos e Revistas da área da Administração e Geografia, tais como: Revista de Administração de Empresas (RAE) e RAEGA – o Espaço Geográfico em Análise; da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD) com a busca textual da palavra chave: “Antropoceno”.

Esta pesquisa foi realizada no mês de maio de 2019, tendo sido encontrados na base da CAPES 13 menções, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram observados 71 registros, na ANPAD apenas 01 (um) registro e no site do CNPQ foram encontrados apenas 04 (quatro) grupos de pesquisa, perfazendo um total de 99 registros, entre o período de 01/01/2002 até 31/12/2018.

Ao realizarmos a pesquisa na base da Scielo.org encontramos publicações nos idiomas Português, Espanhol e Inglês perfazendo a soma de 41 artigos, sendo 17 deles em Espanhol, 16 em Inglês e 08 artigos em Português. Na base internacional Web of Science, foram encontrados 2009 artigos com a palavra chave de pesquisa, em inglês, *Anthropocene*.

O presente trabalho é classificado como de ordem quantitativa e qualitativa, encontrando respaldo em Kromrey (2006 apud FLICK, 2013, p. 22) que afirma que o trabalho quantitativo “[...] visa a “objetividade” dos seus resultados por meio de uma padronização de todos os passos, na medida do possível, e que postula uma verificabilidade intersubjetiva como norma central para a garantia da qualidade” (KROMREY, 2006, p. 34, apud FLICK, 2013, p. 22), e em Flick (2013), que esclarece que no trabalho de ordem qualitativa não há uma padronização e, na verdade, o oposto é procurado para que seja o mais abrangente possível, pois “o objetivo é menos testar o que é conhecido [...] do que descobrir novos aspectos na situação que está sendo estudada e desenvolver hipóteses ou uma teoria a partir dessas descobertas” (FLICK, 2013, p. 23).

Foi utilizada a ótica do paradigma humanista radical que, de acordo com Burrell e Morgan (1979), se preocupam em desenvolver uma sociologia da mudança radical a partir de uma perspectiva subjetivista. Possui perspectivas nominalistas, anti-positivista, voluntarista e ideográfica. Está atrelado a uma visão de sociedade que enfatiza a necessidade de superar ou transcender as limitações impostas pelos arranjos sociais atuais. É uma teoria social desenvolvida para a crítica aos status quo.

O paradigma humanista radical, como o próprio nome diz, põe muita ênfase na mudança radical, nos modos de dominação, na emancipação, privação e potencialidades. Este paradigma está essencialmente embasado em uma inversão dos pressupostos do paradigma funcionalista.

2.1 TÉCNICA DA PESQUISA

Consoante com Severino (2016), as técnicas de pesquisas “são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização da pesquisa” (SEVERINO, 2016, p. 132) e, no tocante a esta, foram utilizados os critérios

de seleção bibliométrica descritos a seguir, para cada base de dados secundários utilizados. Está no trabalho à percepção de tempo e da crítica no desenvolvimento dos conceitos propostos na pesquisa e que, representam uma “fotografia” do momento da pesquisa, sem a menor pretensão de se esgotar os temas estudados. Esta “fotografia” temporal ateu-se ao período de 01/01/2002 até 31/12/2018 com uma busca textual da palavra “Antropoceno” em todas as bases selecionadas, a saber: Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Dissertações / Teses publicadas além de Grupos de Pesquisas localizados na base do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ); Periódicos e Revistas da área da Administração e Geografia, tais como: Revista de Administração de Empresas (RAE) e RAEGA – o Espaço Geográfico em Análise; da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD) e na base brasileira Scielo.org. Na base de dados internacional WEB OF SCIENCE, foi utilizada a palavra em inglês *Anthropocene*, com os seguintes passos: Acesso Café, Universidade Estadual de Londrina, Anthropocene, no período de 2002 e 2018, onde obtivemos a soma inicial de 2800 publicações, incluindo artigos, livros, editoriais, dentre outros. Entretanto, ao refinar a pesquisa para apenas artigos, foram encontrados 2009 publicações e, para início dos estudos, no canto superior direito do site, foi marcado a opção analisar resultados. Também foi pesquisada, quando de posse dos resultados da pesquisa e no site www.scimagojr.com/, a classificação mundial das universidades que estudam o Antropoceno.

3 – ANTROPOCENO

3.1 – PANORAMA SOBRE O MEIO AMBIENTE

A preocupação com questões ambientais não são tão recentes como poderíamos imaginar, já que, e em conformidade com Saraiva de Souza (1993), desde a década de 1960 dá-se início a discussão sobre as questões ambientais¹, entretanto, é na década de 1970, quando coincide uma crise econômica mundial com a tomada de consciência generalizada sobre a gravidade dos problemas ambientais[...]” (FOLADORI, 2001, p. 141) que se tem uma maior publicidade destes problemas advindos da forma com que tratamos a nossa casa, chamada Terra.

Ainda na década de 1970, mais precisamente em 1972, tivemos o relatório do Clube de Roma² (Kruger, 2001) onde se propunha crescimento zero para as economias e para a população mantendo assim, nos mesmos níveis de então, os gastos ou usos dos recursos naturais e, conseqüentemente, a degradação ambiental nos mesmos níveis.

Um pouco mais adiante, em 1986, de acordo com Moreira (2000), tivemos o relatório “O nosso futuro comum”, conhecido por relatório Brundtland, organizado pela Organização das Nações Unidas – ONU³ - que pregava o desenvolvimento sustentável em que as necessidades do presente não podem comprometer as futuras gerações.

Não é intenção, desta pesquisa, tratar sobre as diversas correntes teóricas que surgiram, ao longo do tempo, que versam sobre questões relacionadas ao meio ambiente, entretanto, se faz necessário, ao menos, fazer uma demonstração histórico-setorial de algumas delas para melhor entendimento de seus postulados e da época

¹ Somente no final da década de 60 e no início da década de 70 surge um grupo que critica as tendências da sociedade industrial. Estas críticas voltavam-se para os efeitos prejudiciais ao meio ambiente decorrentes da atividade industrial e do crescimento econômico.

² Criado em 1968 pelo empresário Aurelio Peccei, o chamado Clube de Roma reunia cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, com o objetivo de debater a crise atual e futura da humanidade.

³ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, que produziu o relatório Nosso Futuro Comum em 1987.

em que foram criadas, destacando suas principais ideias em relação a sua forma de olhar o meio ambiente, ou seja, um olhar com a visão Organização-Ambiente e outro com o olhar Ambiente-Organização.

Quadro1- Teorias Ambientais Sobre a Natureza da Organização-Ambiente

Teoria	Ano	Relação Ambiente-Organização	Ideias Principais	Principais Autores
Custos de Transação	1937	Determinista	A dinâmica industrial é estabelecida pelos custos de transações e as firmas são vistas como estruturas que reagem a essa dinâmica, buscando reduzir a incerteza e manter o menor custo possível.	Ronald Coase (1937) – Teoria da Firma Oliver Williamson (1975,1996)
Neoclássica	1950	Determinista	Retoma as ideias da teoria clássica, flexibilizando-as. O planejamento é localizado como um instrumento de mediação entre o ambiente e a gestão, modelando a organização para que atenda às restrições ambientais.	Ronald Coase (1937) – Teoria da Firma; Peter Drucker (1988); Henry Mintzberg (2001,2003); Fernando Motta e Isabella Vasconcelos (2002)
Institucional	1955	Determinista	As empresas estão inseridas em uma matriz institucional que as levam a ajustar continuamente a forma organizacional às forças ambientais determinadas pela coalizão dominante de organizações.	Phillip Selznick (1955), John Child (1972, 1997), John Meyer & Brian Rowan (1977), Lynne Zucker (1977,1988)
Contingência Estrutural	1958	Determinista	As características organizacionais são determinadas pelo ambiente externo.	Ronald Coase (1937) – Teoria da Firma; Peter Drucker (1988); Henry Mintzberg (2001,2003); Fernando Motta e Isabella Vasconcelos (2002)
Dependência de Recursos	1967 / 1978 / 1987	Não Determinista	Os gestores buscam compreender o ambiente organizacional e tomam decisões estratégicas que visam controlar os recursos de que necessitam a partir de ações políticas sobre os demais atores ambientais.	Phillip Selznick (1955), John Child (1972, 1997), John Meyer & Brian Rowan (1977), Lynne Zucker (1977,1988)

Configurações Estruturais	1970 / 1976 / 1985	Não Determinista	As organizações alteram seus parâmetros situacionais e estruturais a fim de manter sua congruência.	Ronald Coase (1937) – Teoria da Firma; Peter Drucker (1988); Henry Mintzberg (2001,2003); Fernando Motta e Isabella Vasconcelos (2002)
Ecologia Organizacional	1977 / 1989 / 1997	Determinista	As firmas são encaradas como atores racionais limitados, com alto grau de inércia organizacional (estrutural), que interagem em um ambiente competitivo. O ambiente impõe adaptações à população de firmas, selecionando àquelas que estão mais aptas a sobreviver.	Ronald Coase (1937) – Teoria da Firma Christopher Baum (2001)
Neo Institucional	1977	Não Determinista	As relações cotidianas entre os atores ambientais em processos de competição, conflito, negociação e poder geram a construção de um ambiente “negociado”.	Phillip Selznick (1955), John Child (1972, 1997), John Meyer & Brian Rowan (1977), Lynne Zucker (1977,1988)

Fonte: Bataglia et al – 2009, adaptado pelo autor, 2019.

Neste quadro resumo é possível e importante observar que a maioria das teorias existentes teve como base a Teoria das Firmas que fora elaborada por Ronald Coase em 1937 e por Phillip Selznick em 1955. Para Coase, o perfil das organizações, chamada por ele de Firma, eram de caráter determinista o que, pela época de sua elaboração era o “padrão” existente, pois o homem, ainda estava sendo “dominado” pela máquina e era tratado como um apêndice dela. Selznick inicia a discussão sobre as questões ambientais e o papel das organizações no trato com esta.

Quadro2- Teorias Ambientais Sobre a Natureza do Ambiente Organizacional

Teoria	Ano	Natureza do Ambiente	Ideias Principais	Principais Autores
Custo de Transação	1975 / 1996	Realista	O foco é colocado nos custos para negociar, realizar, controlar e monitorar as trocas vinculadas a cada contrato.	Ronald Coase (1937,1988); Oliver Williamson (1975,1991,1996)

Contingência Estrutural; Neoclássica; Configurações Estruturais	1979 / 1988 / 2002	Realista	O ambiente é composto por fatores objetivos, como: complexidade e instabilidade tecnológica, instabilidade de vendas, diversidade de mercado, grau de disponibilidade e competição por recursos, concentração de fornecedores.	William Dill (1958); Joan Woodward (1965), Charles Perrow (1967); Von; Bertalanffy (1968) & Jay Galbraith (1973)
Ecologia Organizacional	1979 / 1988 / 2002	Realista	O foco recai sobre as taxas de fundação e fracasso de organizações, e de criação e morte de populações.	Michael Hannan & John Freeman (1977; 1989); Christopher Baum (2001)
Dependência de Recursos	2002	Nominalista	O ambiente é concebido como uma rede interorganizacional de dependência de recursos econômicos, e, portanto, como uma rede de influências, de poder.	James Thompson (1967); Jeffrey Pfeffer & Gerald Salancik (1978)
Institucional	2002	Nominalista	O ambiente é concebido como uma matriz institucional, regulada pela coalizão dominante.	Phillip Selznick (1955);
Neo Institucional	2002	Nominalista	O ambiente é concebido como uma rede de recursos institucionais.	John Meyer & Brian Rowan (1977); Anthony Giddens (1989); Clóvis Machado da Silva e Cláudia Coser (2006)

Fonte: Bataglia et al – 2009, adaptado pelo autor, 2019.

Neste quadro é possível verificar que as teorias voltadas para a natureza são elaboradas em fins da década de 1970 e, em especial, a partir de 2002. Neste período, a natureza, após estar sofrendo com o modelo de crescimento econômico e pela poluição ambiental, passa ser entendida como parte do processo de produção e com limites em sua exploração e regeneração.

À medida que a população mundial foi crescendo, uma maior pressão foi posta sobre a superfície terrestre para a obtenção e fornecimento de alimentos. Na visão do sistema capitalista de produção a natureza sempre proveu tudo e de graça, ela estava ali, era só chegar e se apropriar dela, o que “[...] consiste na legalização do ambiente como externalidade⁴ econômica” (CARRIERI, 2002, p. 20). Nesse sentido, dominá-la,

⁴ Externalidades são os efeitos sociais, econômicos e ambientais indiretamente causados pela venda de um produto ou serviço. Elas podem ser positivas ou negativas.

fazendo com que produzisse mais e mais alimentos faria parte da lógica produtiva, contando com a tecnologia que foi e é de fundamental importância para se alcançar maiores ganhos produtivos. Entendemos assim que “numa perspectiva antropocêntrica, a superação de restrições de ordem ambiental, são vencidas via tecnologia, meio pelo qual o homem domina a natureza” (CARRIERI, 2002, p. 17).

No entendimento de Lewis & Maslin (2015), o ser humano, através de suas ações, sempre afetou os ciclos biogeoquímicos da terra e cita como exemplo, o processo desenvolvido por Haber-Bosch que retira nitrogênio da atmosfera e o transforma em amônia, sendo amplamente utilizado na agricultura como fertilizante.

De acordo com Crutzen (2002), na agricultura são aplicados muito mais fertilizantes de nitrogênio do que a capacidade de fixação natural pelos ecossistemas terrestres, provocando o que entendemos como desequilíbrio ambiental. O processo Haber-Bosch foi um avanço tecnológico fantástico e, de acordo com Artaxo (2014), tais avanços, em especial os aplicados na agricultura, somados aos avanços territoriais humanos sobre áreas antes intocadas, fazem com que cultivemos em 12% de toda a área global.

Acrescenta ainda que, em razão destes avanços sobre a natureza e, conseqüentemente, com o desmatamento e a sua substituição por pastagens e novas áreas de cultivo, vieram inúmeras conseqüências. Mudanças no uso do solo, por exemplo, alteram o albedo⁵ da superfície terrestre “[...] e as estimativas são de uma forçante radiativa de $-0,15 \text{ w/m}^2$ de 1750 a 2011” (ARTAXO, 2014, p. 19).

Concomitantemente, Crutzen (2002) afirma que cerca de 30 a 50% da superfície terrestre do planeta é explorada por seres humanos e que o desaparecimento das florestas tropicais, nesse ritmo acelerado, está liberando mais dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, fazendo com que nos leve a extinção de outras espécies vivas mais sensíveis a tais mudanças (CRUTZEN, 2002, p. 23). Estas mudanças no meio ambiente provocadas pelo homem, trazem como conseqüência um efeito de aquecimento ao planeta já que, de acordo com Artaxo (2014), a absorção

⁵ Devolução de parte da energia solar do globo terrestre ao espaço, devido o efeito espelho produzida por ela perante a luminosidade solar, à quantidade de nuvens e geleiras em alguns pontos do globo.

solar se dá mais em áreas de pastagens do que em áreas com florestas e, desta forma,

As consequências são, entre outras, a precipitação ácida, um nevoeiro fotoquímico e o aquecimento climático. Assim, de acordo com as últimas estimativas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Terra aquecerá entre 1,4 e 5,8° C durante este século. Muitas substâncias tóxicas são liberadas no meio ambiente, mesmo algumas que não são tóxicas, mas que, no entanto, têm efeitos severamente prejudiciais, por exemplo, os clorofluorcarbonos que causaram o "buraco de ozônio" na Antártida. (CRUTZEN, 2002, p. 23)

Um alerta nos é dado por Ramalho da Silva (2011) ao mencionar que a parte de terra firme de nosso planeta é de 149,6 milhões de Km², entretanto, em razão dos desertos, regiões geladas e montanhas, a área total agricultável é de aproximadamente 30 % deste total, ou seja, quase 42 milhões de Km² e com esse aquecimento previsto entre 1,4°C e 5,8° C, algumas áreas poderão ficar improdutivas e se transformarem em desertos. Cabe destacar que a definição do processo de desertificação apresentado por Dixon (1988 apud TRAVASSOS, 2008, p.5), é que esta “pode ser entendida como uma secura climática induzida pela ação desastrada do ser humano sobre o solo e sobre a cobertura vegetal”. No entendimento de Fearnside (1979), as causas que provocam a desertificação podem ter inúmeras origens isoladas ou a combinação entre elas, entretanto, estas áreas desérticas, em qualquer caso, podem ter a contribuição maléfica do homem.

Figura 02 – Áreas com Desertos no Planeta



Fonte: Climateempo – acesso em 11/08/2019

Este mapa nos detalha a presença dos desertos ao redor do mundo e, dessa forma, podemos observar que em todos os continentes existem áreas consideradas desertos e, por consequência desta proximidade com as áreas agrícolas e produtivas, há uma grande probabilidade de consequências globais catastróficas se as temperaturas continuarem sofrendo elevações conforme preconizado por Crutzen no ano de 2002.

Quadro 03 – Desertos e Projeção de Temperaturas

Deserto	Área em Km²	Temperatura Média	Elevação pela Mínima	Elevação pela Máxima
Antártica	13.829.430	+1,35 ^o	+2,75 ^o	+7,05 ^o
Ártico	13.726.937	- 7,5 ^o	-6,1 ^o	-1,7 ^o
Saara	9.100.100	+48 ^o	+49,4 ^o	+53,8 ^o
Deserto da Arábia – Oriente Médio	2.300.000	+43 ^o	+44,4 ^o	+48,8 ^o
Gobi - China	1.300.000	+40 ^{o6}	+41,4 ^o	+45,8 ^o
Kalahari – África do Sul	900.000	+44,8 ^o	+46,2 ^o	+50,6 ^o
Patagônia - Argentina	670.000	+20 ^o	+21,4 ^o	+25,8 ^o
Vitória - Austrália	647.000	+40 ^o	+41,4 ^o	+45,8 ^o
Sírio - Ásia	520.000	+28,6 ^o	+30 ^o	+34,4 ^o
Grande Bacia – USA-México	492.000	+50 ^{o7}	+51,4 ^o	+55,8 ^o

Fonte: Climatempo; O Globo; Estado de São Paulo; INPE, acesso em 11/08/2019 – Elaborado pelo autor, 2019

Com a aquecimento global, áreas geladas, como os polos norte e sul, ficarão mais quentes e irão derreter, causando elevação dos níveis do mar e perda biológica gigantesca. Ao contrário das áreas geladas, os desertos de areia. Já são naturalmente muito quentes e com a projeção de elevação da temperatura, algumas áreas poderão chegar, pela máxima, a +55,8°C. Aparentemente não teria problema algum pois,

⁶ O deserto de GOBI, durante o inverno, pode chegar a – 40^o C

⁷ O deserto da Grande Bacia é composto por 4 grandes áreas desérticas (o da Grande Bacia, o Mojave, o Sonoran e o Chihuahuan) que se estendem desde o sudeste de Washington, nos Estados Unidos, até o estado de Hidalgo, no platô do México Central, e (leste e oeste) do centro do Texas até a costa do Pacífico, na península da Baja Califórnia e as temperaturas mínimas chegam a -15°C e as máximas registradas no Mojave, chegaram a +57°C.

alguns poderiam dizer, que já são áreas desérticas, que ninguém vive nestas regiões, que a perda biológica seria pequena e etc., entretanto, tal raciocínio não é verdadeiro.

Áreas naturalmente quentes, tendem a ficarem ainda mais quentes e, além da vida que ali existe nas atuais condições, por centenas de anos, vida humana e não humana, provocaria ondas de calor que iriam atingir grandes regiões agrícolas em todo o planeta, grandes áreas populacionais na Europa e Estados Unidos e, dessa forma, os efeitos climáticos dessa elevação, seriam mais sensíveis e visíveis aos moradores da Europa por estarem mais próximos aos Desertos do Saara, da Síria e do Oriente Médio, como já vemos com as ondas de calor atualmente registradas.

Lewis & Maslin (2015) ainda relatam que a liberação dos átomos de carbono provoca um incremento na acidez dos oceanos. Além disso, o incremento do nível do mar, no longo prazo, se dará de forma inevitável já que, “com a quantidade de CO₂ atualmente na atmosfera, o planeta continuará a aquecer, [...] mesmo se as emissões de CO₂ cessarem imediatamente” (STEFFEN, 2016, p. 14).

Heikkurinen (2016) afirma que, em razão destas mudanças climáticas e também geológicas, os seres humanos estão sendo pressionados a repensar a sua forma de agir com o mundo, em sua relação com outros humanos e com as demais formas de vida. Continuando, nos alerta quando pontua que devemos observar “fenômenos recentes como refugiados do clima e extinções em massa” (HEIKKURINEN, 2016, p. 706), como um sinal de situações extremas já que,

[...] o clima agora, como uma força geo-histórica, não está apenas abrindo as cortinas para qualquer uma nova fronteira da “Natureza Barata”; está sim, invertendo o mecanismo de redução de custos da acumulação por apropriação. Pois a mudança climática é, acima de tudo, onerosa - para o capital e para aqueles de nós que vivem sob seu domínio (MOORE, 2017, p. 201).

Quando se analisa a produtividade global de alimentos, esta se apresenta aparentemente constante, entretanto, ao analisarmos que o uso de 25 a 38 % desta produção primária líquida de alimentos está direcionada, para o uso exclusivo dos humanos, isto faz com que haja uma redução drástica no que estaria disponível para outros milhares de espécies, acelerando a extinção das mesmas (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 172).

Na opinião de Wright (2018), somente após a criação de estudos sobre a poluição e degradação ambiental, estudos estes chamados de Ciência do Sistema Terrestre ou, ESS⁸ em inglês, é que se percebeu o funcionamento do planeta como um sistema único. A proposta de um sistema único, um sistema Gaia⁹, de acordo com Lovelock & Watson (1981), fora postulada por “Lovelock e Margulis (1974) Margulis e Lovelock (1974)” significa que o clima e a composição química do Planeta Terra estão em um estado de *homeostasis*¹⁰, em um estado de equilíbrio constante por e para a biosfera, ou seja, dentro de certos limites, seria a capacidade de qualquer organismo em apresentar um balanço, um equilíbrio físico-químico de forma constante.

A mesma opinião tem Artaxo (2014) ao expor que o planeta é uma entidade integrada e única, com interligações nas mais diversas áreas de risco. Prossegue Wright et al (2018) argumentando que a nossa compreensão sobre as mudanças globais mudou uma vez que, todo o planeta faz parte de um único sistema, que está interconectado com todas as regiões e assim, nos levando a refletir sobre nossa relação com a vida. Segue Artaxo (2014) dizendo que a quantidade de substâncias químico-tóxicas que são produzidas pela indústria ultrapassa o número de 100 mil e, pior ainda, é que não há um entendimento completo de seus riscos para a vida, como um todo, constituindo risco potencial, haja vista que é desconhecida a toxicidade da maior parte desses compostos.

Estamos em uma nova fase da civilização, a qual Beck (2010) chamou de Sociedade de Risco, explicando que os riscos advindos da atividade produtiva e científica, não são mais ou apenas localizados, específicos naquele lugar ou região. Todos os riscos são globais e atingem sem distinção e exceção, todas as classes sociais em todos os lugares do mundo.

Corroborar com esse pensamento a opinião de Davis & Todd (2017), ao considerar essa situação como um tipo de Justiça Perversa, já que o homem branco e poderoso está sofrendo aquilo que os indígenas e negros sofreram com os horrores

⁸ Earth System Science - ESS

⁹ Na mitologia grega, Gaia é o nome da deusa da Terra, companheira de Urano (Céu) e mãe dos Titãs (gigantes).

¹⁰ Palavra de origem grega que significa: homeo- = semelhança; -stasis = ação de pôr em estabilidade

da escravidão nos últimos 500 anos de história, em função das mudanças climáticas. No entendimento de Heikkurinen (2016), para se evitar possíveis efeitos catastróficos mencionados acima, enquanto seres humanos, deveremos repensar inúmeras atitudes, e

Isso inclui a reconsideração da relação entre os seres humanos e o ambiente natural, e a conseqüente necessidade de reorganizar a atividade de produção de uma maneira que englobe a diversidade de objetos (HEIKKURINEN, 2016, p. 712).

Ainda consoante com (HEIKKURINEN, 2016, p. 707) ao mencionar o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas ele afirma que estas mudanças são antropogênicas e decorrentes da atividade econômica, ou seja, “são conseqüências indesejáveis do crescimento econômico e populacional”.

Para Artaxo (2014), as pressões sociais, econômicas e ambientais vão aumentar nas próximas décadas e para a superação desses desafios há a necessidade urgente de um sistema de governança global. Propõe também um limite de exploração e/ou ampliação das áreas agricultáveis pois hoje estamos utilizando 12 % de toda área agricultável e a proposta é de mantermos o limite de 15% da área global sem gelo para uso da humanidade, desde que venha acompanhado de um aumento na produtividade agrícola. Tal aumento na produtividade não impedirá pressões diversas sobre o meio ambiente mesmo porque a lógica do capitalismo deseja e busca um crescimento econômico contínuo.

De acordo com Heikkurinen (2016), as pressões exercidas pelo crescimento populacional por alimentos, mobilidade, moradia e outros bens e serviços reforça a necessidade de ganhos em produtividade que, de forma direta e contraditória, exerce mais pressão na atmosfera por meio de emissões, mas também a crescente pressão sobre a terra e a água ocasionada pela sua utilização para fins produtivos.

No entendimento de Steffen (2016), todo esse conjunto de pressões levou a uma homogeneização global da flora e fauna que é utilizada para a apropriação humana entre 25% a 40% de toda a produção primária líquida e, assim, como conseqüência indesejável e perigosa, nos levou a transformações globais da biosfera, que difere muito dos estágios anteriores da evolução por conta das muitas modificações e perturbações antropogênicas. Tais pressões permitiram que

Organismos foram transportados ao redor do mundo, incluindo plantações, animais domesticados e patógenos em terra. Da mesma forma, barcos transferiram organismos entre oceanos desconectados uma vez. Tal movimento levou a um pequeno número de espécies extraordinariamente comuns, novas espécies híbridas e uma homogeneização global da biota da Terra (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 172).

Preocupado com essa homogeneização, Artaxo (2014) alerta para o fato de que ultrapassamos os limites na perda de biodiversidade, nos aproximando também dos limites nas áreas de mudanças climáticas e de uso do solo. Heikkurinen (2016) acrescenta que o crescimento contínuo da atividade econômica humana impactou severamente em termos de redução da diversidade da vida, concluindo que enquanto sociedade, deveríamos estar trabalhando para uma sociedade de decrescimento, prolongando nossa própria existência.

Para Moore (2016), estamos desfocados no entendimento dos fatos e suas consequências uma vez que, ainda estamos olhando a história como sendo uma história social e deixando de olhar as consequências ambientais que o imperialismo, capitalismo, patriarcalismo e as formações raciais, apenas citando alguns exemplos, permaneceram como sendo processos sociais.

Podemos observar, de acordo com Malm & Hornborg (2014), que o fato das alterações climáticas serem entendidas como normais, é um produto do comportamento nas ciências sociais e humanas. Para Moore (2016), a organização humana tem sido vista como algo mais do que humano e menos do que social, além de estar variavelmente porosa dentro da teia da vida. Ao chamar a atenção para a crise ambiental, Moore (2017) afirma que

A nossa compreensão habitual desta crise planetária provém de uma filosofia da história que diz “os humanos fizeram isso”. É uma filosofia que diz que os impulsionadores da crise planetária são antropogênicos. “Os seres humanos estão subjogando as grandes forças da natureza” [...] (MOORE, 2017, p. 179).

Os pesquisadores Malm & Hornborg (2014) são categóricos ao afirmar que a percepção da mudança climática como sendo proveniente da ação antropogênica supõe apreciar que ela é sociogênica, fruto de nossa ação enquanto humanos vivendo

em sociedade. Para Heikkurinen (2016, p. 707), “os seres humanos não são apenas observadores do Antropoceno, mas um fator causal central no desdobramento da realidade: um ingrediente dominante do ecossistema planetário”.

Surge aqui o termo Antropoceno, que de acordo com Artaxo (2014) vem sendo definido por pesquisadores desde os anos 1980 como uma época em que os efeitos da humanidade estariam afetando globalmente nosso planeta. Para Crutzen (2002), os efeitos climáticos catastróficos globais ainda não ocorreram por sorte e não por precaução e sendo o homem o causador das mudanças nos ecossistemas, também ele será o causador de mudanças geológicas em razão de sua força global.

Mais uma vez lembramos que a pressão pela produção de mais alimentos e, conseqüentemente, maior uso de terras agricultáveis, de água e de energia que sustenta o nosso ritmo/estilo de vida, contribuem para a transformação da face da Terra. Nas palavras de Wright et al (2018),

A civilização humana alterou irrevogavelmente os sistemas básicos da Terra. Dois séculos de industrialização e globalização econômica baseados na exploração voraz de combustíveis fósseis e na destruição de florestas, terras, oceanos e culturas romperam a atmosfera e as calotas polares da Terra e devastaram a biosfera. Isso ocorreu em tal escala e ritmo que os cientistas da Terra argumentam que estamos deixando a época geológica do Holoceno e entrando no mais volátil "Antropoceno" (WRIGHT et al, 2018, p. 456).

Nas palavras de Artaxo (2014), o Holoceno, que é a era geológica atual, é em estabilidade climática, muito mais equilibrado, muito mais confiável e, em decorrência da ação humana, estamos migrando para o Antropoceno, uma era de clima instável ou variável.

3.2 – MUDANÇAS GEOLÓGICAS

De acordo com a Geologia, as eras ou épocas geológicas são mudadas quando se tem algum evento em escala global do status da Terra impulsionados por causas tão variadas quanto queda de meteoros, o movimento de continentes e as erupções vulcânicas constantes (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 171). O fato da atividade humana ser global e causa dominante da maioria das mudanças ambientais na atualidade justificaria, de forma admissível, a mudança para uma nova era geológica. Como é

então, a divisão de uma era geológica para outra? Para Barry & Maslin, (2016) existem mudanças estratigráficas, que são físicas, e ficam registradas nas camadas de gelo glacial chamadas de *golden spike* ou, picos de ouro em tradução livre. As eras

[...] são definidas por seu limite inferior, isto é, seu início. Limites são demarcados usando um GSSP (Global Boundary Stratotype Section and Point), ou por uma data acordada, denominada pelo GSSA (Global Standard Stratigraphic Age). Para um GSSP, uma "seção de estratótipo" refere-se a uma porção de material que se desenvolve ao longo do tempo (rocha, sedimento, gelo glacial) e um "ponto" refere-se à localização do marcador dentro do estratótipo. (BARRY & MASLIN, 2016, p. 03)

Para Lewis & Maslin (2015), “[...] ao contrário de outras designações geológicas de unidades de tempo, as definições provavelmente terão efeitos além da geologia”, uma seja, a simples definição de data inicial de uma era geológica traz efeitos em outras áreas do conhecimento humano, inclusive sobre a atividade produtiva e seu modo de agir e, ao se afirmar ou postular a existência de uma nova era trará efeitos difusos e profundos, pois, se esta data é atribuída a séculos atrás, incorre-se na “normalização” das mudanças climáticas e, se data-la com a Revolução industrial, aponta-se para determinado país ou região.

Também atribuir mudanças climáticas ou mesmo geológicas a fatores antropogênicos, para Lorimer (2017), é deixar de relacionar que impactos mais profundos estariam por vir, em virtude do modo atual de exploração econômica e, isso seria não aceitar que tais mudanças climáticas levariam a mudanças na própria era geológica. Para Lewis & Maslin (2015), os geólogos descobriram a história do homem sobre a terra nos últimos 4,6 bilhões de ano,

dividindo essa história em uma série hierárquica de unidades cada vez mais refinadas, com estágios alinhados em épocas, alinhados em períodos, alinhados em eras, alinhados em eons e [...] devem delinear uma definição formal da Época Antropogênica por conta da integridade e consistência interna da Escala Geológica de Tempo (GTS) (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 130).

Para Lorimer (2017), o grande erro dos geólogos nos estudos das eras globais é que estes olham para o passado, em busca de evidências concretas, ou seja, “é baseado na expressão física de uma mudança climática - notadamente mudanças na

poeira do gelo e excesso de deutério” e que o Holoceno, na opinião do mesmo pesquisador, não leva em análise que “[...] a influência humana não é explicitado na definição formal do Núcleo de Gelo do Holoceno na Groenlândia (NGRIP)”.

Malm & Hornborg (2014), são categóricos ao afirmar que

Geólogos, meteorologistas e seus colegas não estão necessariamente bem equipados para estudar o tipo de coisas que acontecem entre humanos (e necessariamente entre eles e o resto da natureza), a composição de uma rocha ou o padrão de uma corrente de jato sendo bastante diferente de fenômenos como visões de mundo, propriedade e poder (MALM & HORNBERG, 2014, p. 05).

Lorimer (2017) afirma que, os seres humanos também provocaram mudanças físicas nas paisagens e, conseqüentemente, em seus sedimentos que se espalharam, durante milênios, por todos os cantos do planeta e, ao desconsiderar a ação e influência do Homem no meio ambiente é, exatamente, o que o Antropoceno não quer fazer. Durante a nossa gestação, nossas mães e pais, já sabiam que uma vida nova estava por vir e, em muitos casos, já tínhamos um nome selecionado para essa criança, sendo menino ou menina, ou seja, esperar e deixar para se descobrir o que será no futuro é algo que, justamente, tenta-se evitar.

Para os pesquisadores Malm & Hornborg (2014), a simples ideia de domínio de uma ciência natural para poder determinar o início, meio ou fim de um conceito sem levar em consideração a ação humana é algo que “poderia aqui ser vista como uma incursão ilógica e, em última instância, autodestrutiva da comunidade científica natural - responsável pela descoberta original das mudanças climáticas - no domínio dos assuntos humanos”. Evidentemente que qualquer alteração ou mesmo a possibilidade de alteração, em conceitos existentes, traz preocupações, já que,

Essa recomendação claramente tem implicações políticas além dos limites da disciplina da geologia, pois afirmar que estamos vivendo em uma época geológica determinada pelos detritos, movimentos e ações dos seres humanos é em si um ato político (DAVIS & TODD, 2017, p. 762).

Na opinião de Davis & Todd (2017), a ideia de mudança para uma nova era global, a era da humanidade, a era do Antropoceno, da ação do homem sobre o meio em que vive, das conseqüências da atividade econômica sobre a natureza e suas

externalidades “tiveram um impacto tão grande no planeta que radionuclídeos, carvão, plutônio, plástico, concreto, genocídio e outros marcadores agora são visíveis nos estratos geológicos”. Para os pesquisadores Malm & Hornborg (2014), os efeitos causados pelo ser humano não podem ficar restritos apenas aos geólogos, mesmo que estes sejam evidentes nos estratos geográficos e, para eles, é “[...] profundamente paradoxal e perturbador que o crescente reconhecimento do impacto das forças sociais na biosfera deva ser expresso em termos de uma narrativa tão completamente dominada pela ciência natural”.

Os Autores Lewis & Maslin (2015) ainda fazem uma pequena defesa dos geólogos ao considerar uma possível dúvida sobre as mudanças provocadas pelo homem, pois, “a atividade humana alterou a Terra como um sistema, com impactos permanentes ou extremamente duradouros, de tal forma que a definição de uma unidade de tempo geológico é logicamente óbvia”. Há grupos que já reconhecem o Antropoceno como a força do ser humano capaz de realizar mudanças nas eras geológicas, como no caso do Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno, realizado em Agosto de 2016, que “recomendou a adoção do Antropoceno como uma nova época geológica para o Congresso Geológico Internacional (IGC)” (DAVIS & TODD, 2017, p. 762).

Steffen (2016) chama a atenção, quando menciona um dos fundadores da Geoquímica e o grande criador da biogeoquímica, afirmando que a visão sobre o mundo deveria ser holística, mais abrangente, envolvendo mais áreas do conhecimento e, avança sobre a geografia, afirmando que

A estratigrafia é valiosa para a ciência do Sistema Terrestre porque também é altamente interdisciplinar, atraindo informações e insights de sedimentologia, paleontologia, geoquímica, geocronologia, arqueologia, pedostratigrafia, paleomagnetismo, paleoclimatologia e outros campos (STEFFEN, 2016, p. 03).

Consoante com Lorimer (2017) as mudanças estratigráficas já podem ser vistas e sentidas quando se analisa as mudanças ocorridas nas diversas biotas ao redor do globo, ou seja, estamos vivendo uma homogeneização das biotas, afirmando ainda que, em função dessa homogeneização e com a utilização da Escala Global de Tempo – GTS – a existência do Antropoceno é inquestionável já que,

O registro estratigráfico atualmente acumulado já está refletindo fenômenos como a grande predominância de espécies domesticadas (especialmente gado), eliminação de grandes predadores da maioria dos ambientes terrestres e muitos marinhos, e substituição generalizada de floras nativas por espécies cultivadas ou de jardim (WILLIAMS et al. 2015, 2016 apud LORIMER, 2017, p. 214).

Mais enfático sobre a mudança do tempo geológico foi Steffen (2016), ao dizer que “a Terra foi expulsa da época holocena por atividades humanas, sendo meados do século XX um forte candidato para a data de início do Antropoceno, a nova época proposta na história da Terra”. Sobre a origem do Antropoceno, Lorimer (2017) afirma que não foi geólogo nem estratigráfico, mas justamente um Químico, Paul Crutzen, que em 2002 havia se concentrado em outras evidências que não as providas da Geologia ou da Estratigrafia, mas sim, que viera daquilo que ele chamou de Ciências do Sistema Terrestre. Para Lorimer (2017), o grande problema de se aceitar a ideia do Antropoceno é que

A crítica relacionada à brevidade geológica do Antropoceno até o momento tem argumentado que “com 1945 como o começo, seria uma unidade de tempo geológica que atualmente tem uma duração de uma vida humana média” (FINNEY & EDWARDS, 2016 apud LORIMER, 2017, p. 213).

O quadro a seguir faz uma comparação entre as duas eras geológicas, Holoceno e Antropoceno, para uma maior e melhor clareza no entendimento das suas principais características e diferenças. O quadro chama a atenção para o Ciclo Geoquímico da superfície da terra, pois nele, estão descritos como tais ciclos existem e funcionam bem como, com o Antropoceno, a nova realidade da homogeneização das biotas terrestres, provocando um grande desequilíbrio ambiental.

Quadro 04- Holoceno e Antropoceno: Principais Características

Características	Holoceno	Antropoceno
Início	12 mil anos	1610 ou 1964
População Mundial	5 milhões	7 Bilhões

Clima	Estável	Instável
Biodiversidade	Grande diversidade de plantas e animais, propícia ao desenvolvimento da vida.	Perda acelerada da diversidade de plantas e animais
Ciclo Geoquímico da Terra	Equilíbrio dos habitats terrestre e marinho, boa qualidade do ar e da água, ciclos regulares das chuvas, equilíbrio dos compostos químicos no ar de Nitrogênio e Fósforo.	Homogeneização das Biotas terrestres e marinhas, má qualidade do ar e das águas, ciclos chuvosos desregulados, desequilíbrio dos compostos químicos no ar e na terra de Nitrogênio e Fósforo; aumento de gases do efeito estufa (CO ₂), aumento nos níveis de metano (CH ₄) e de óxido nitroso (N ₂ O) na atmosfera. Os Combustíveis fósseis provocaram grandes quantidades de dióxido de enxofre (SO ₂) e óxidos nitrosos (NO _x), que uma vez na atmosfera, convertem-se em sulfatos (SO ₄) e nitratos (NO ₃) provocando a acidificação de ecossistemas terrestres e águas doces.
Economia	Agrícola	Industrial

Fonte: Lewis & Maslin (2015); Diniz Alves e Revista Ecycle – Adaptado pelo autor, 2019.

A ideia de uma nova era geológica chamada de Antropoceno que, a princípio, não há uma definição exata sobre o seu início e também não foi defendida por geólogos, mas sim por um químico, mostra por si, que existe uma interdisciplinaridade nos estudos sobre o tema e que estudos fronteiriços e/ou descoloniais são uma realidade e uma necessidade.

3.3 – ANTROPOCENO E A DESCOLONIALIDADE

O Antropoceno é um conceito que prega um novo tempo ou era geológica marcada pela ação do Homem e, não mais, por efeitos naturais como terremotos, vulcões, maremotos, dentre outros. Na opinião de Crutzen (2002), estamos numa nova era em uma “[...] época geológica, dominada pelo homem, suplementando o Holoceno”. Lorimer (2017) afirma que a ação humana provocou e provoca mudanças no planeta e

O Antropoceno é, na prática, um termo amplamente acessível que evoca a mudança humana para o planeta, que cresceu exponencialmente à medida

que a população passou de 1 bilhão em 1800 para 2,5 bilhões em 1950 e para 7,5 bilhões agora. Em pouco tempo, tornou-se claramente o termo dominante para descrever impactos humanos recentes (LORIMER, 2017, p. 208).

Apesar de ficar mais famosa através de Crutzen no ano de 2002, o termo Antropoceno é mais antigo e sua autoria não pertence a ele. Para Lewis & Maslin (2015), o geólogo russo Aleksei Pavlov descreveu os dias atuais como parte de um sistema antropogênico em razão das mudanças climáticas globais causadas pelo Homem.

Na opinião de Crutzen (2002), o início do Antropoceno foi no final do século XVIII, mais precisamente com a invenção da máquina a vapor por James Watt, no ano de 1784, que alterou o balanço natural da natureza com emissões de dióxido de carbono e de metano na atmosfera, comprovadas pelas análises de ar aprisionado em gelo polar, que identificaram o início de concentrações em escala global. Sendo assim,

A crescente influência da humanidade no meio ambiente foi reconhecida em 1873, quando o geólogo italiano Antonio Stoppani falou sobre uma “nova força telúrica que no poder e na universalidade pode ser comparado com as maiores forças da terra”, referindo-se à “era antropozóica”. E em 1926, V. I. Vernadsky reconheceu o crescente impacto da humanidade (CRUTZEN, 2002, p. 23).

Mesmo assim, críticas foram e são efetuadas sobre a ideia do Antropoceno, conquanto, há uma grande aceitação na comunidade científica, em virtude de sua abrangência epistêmica. “Isso ocorre porque o conceito engloba todos os impactos humanos no meio ambiente e, assim, envolve toda a ciência ambiental” (BARRY & MASLIN, 2016, p. 2).

Para Moore (2016), “na melhor das hipóteses, o conceito do Antropoceno une a história humana e a história natural - mesmo que o “por que” e o “como” permaneçam incertos e debatidos com entusiasmo”. Ainda sobre a aceitação do conceito do Antropoceno, para Barry & Maslin (2016) ela se deve ao fato de que ele “se relaciona mais diretamente com a política do conceito”. Na opinião de Moore (2016), assim “como a globalização na década de 1990, o Antropoceno tornou-se uma palavra de ordem que pode significar todas as coisas para todas as pessoas.”

Os argumentos contrários ao Antropoceno e favoráveis ao Holoceno, poderiam ser, de acordo com Lewis & Maslin (2015), que, “uma época antropocênica não é necessária, dado que alguma influência humana já está contida dentro da definição da época holocênica” ou ainda, em concordância com Lorimer (2017), que todo e qualquer organismo vivo altera o seu meio ambiente, como minhocas, abelhas, cavalos, elefantes e etc., entretanto, afirma ainda que neste contexto, a única diferença é,

a escala, natureza, ritmo e novidade do impacto humano que é significativo para o Antropoceno, e não o fato de que os seres humanos são atualmente a principal força motriz da mudança (LORIMER, 2017, p. 221).

A força da ação humana mencionada acima, é o grande diferencial em comparação com a vida animal, o que muitos não conseguem entender é que, com a formulação deste conceito, sua aplicabilidade, seu alcance extensivo, amplo e geral, o fez colocar-se, em conformidade com Wright et al (2018), “[...] no centro de uma reorganização de empreendimentos científicos, conhecimento e autoridade”.

Conforme Davis & Todd (2017), “o termo Antropoceno em si é problemático porque não consegue fazer os tipos de diferenciações entre visões de mundo, economias e sistemas de poder [...]”. Já no entendimento de Wright et al (2018), há um outro problema de consequências maiores, pois “a ideia do Antropoceno surge em um momento em que se tornou claro que as instituições financeiras e políticas não estão conseguindo descarbonizar a economia global ou responder apropriadamente às mudanças climáticas”. Sobre essas mudanças, Stefen et al (2007 apud MOORE, 2016, p. 3), expõe que “[...] o Antropoceno como um argumento gradualmente cristalizou: “Ação Humana” mais “Natureza” é igual a “crise planetária””.

Não há como pensar ou repensar as causas da existência de crises ambientais planetárias sem levarmos em consideração a interdisciplinaridade do assunto, sem considerarmos os estudos sobre a descolonialidade, pois, em concordância com Davis & Todd (2017), é necessário pensarmos e aprovarmos os processos de descolonização a fim de que abordemos adequadamente as mudanças climáticas e outras catástrofes ambientais. Na compreensão de Moore (2017), “a ecologia do mundo celebra: as conexões íntimas entre as resistências que fazem a vida e as

possibilidades emancipatórias, de uma teia de vida que inclui os seres humanos”, entretanto, cautela, análise detalhada dos conceitos e grupos de estudos sobre a descolonialidade antropocênica são necessários.

Bonneuil & Fresoz (2016 apud LORIMER, 2017) nos diz que

Esse espírito de nomenclatura alternativa informa as intervenções pós-coloniais em que o Antropoceno se torna o angloceno: um problema causado, nomeado e discutido apenas pelos "antropocenólogos anglófonos" do norte. (BONNEUIL & FRESSOZ, 2016 apud LORIMER, 2017, p. 124)

Para Lorimer (2017) a descolonização dos pensadores/cientistas “antropocenólogos anglófonos” se faz necessária e vital para que se possa avançar nos estudos sobre o Antropoceno, chamando a atenção ao mencionar que há várias intervenções nas regiões amazônicas, centro americanas que “buscam tanto “descolonizar” o discurso dos antropocenólogos quanto sinalizar as histórias coloniais e os presentes da degradação ambiental”. No entendimento de Moore (2017), um dos grandes problemas da modernidade está nas delimitações das fronteiras geográficas, que para ele

[...] As fronteiras de commodities da modernidade não são simplesmente - nem mesmo primordialmente - sobre commodities; elas são sobre os projetos culturais e territoriais que tornam possível a apropriação de trabalho / energia não remunerada - o trabalho de “mulheres, natureza e colônias”. Aqui ficamos cara a cara com o que Max Weber chamou de “a racionalidade europeia de dominação mundial” (MOORE, 2017, p. 182).

Essa racionalidade europeia de dominação, diz respeito a utilização da natureza e todo o seu potencial de trabalho que, “devem ser identificados, mapeados, protegidos e legitimados em todas as etapas, desde a matéria-prima até o produto acabado” pois é uma forma de acumulação por apropriação (MOORE, 2017, p. 182). Muito mais além foi sua explicação sobre uma das justificativas para a escravidão ao dizer que, assim como os Ingleses fizeram com os Irlandeses, os castelhanos fizeram o mesmo com os indígenas na América do Sul ao chamá-los de “[...] naturais, um termo que mudou o significado de o habitante de uma cidade para, no contexto colonial, fazer parte da natureza” e, sendo assim, toda a forma de exploração humana

e, por conseguinte, acumulação por apropriação, ficou justificada (MOORE, 2017, p. 192).

Com a finalidade de controle e exclusão as fronteiras geográficas foram criadas, e de acordo com Davis & Todd (2017), “[...] como resultado do colonialismo dos colonos e das estruturas de Estado-nação, as fronteiras e os tratados vinculam as pessoas dentro de um determinado território, contendo-as” e, indo mais além, Moore (2017), diz que as fronteiras não são apenas espaços lá fora, mas sim, espaços feitos, e que, fora destas fronteiras impostas ao Homem, a natureza não se enquadra nesses limites, ou melhor, a natureza não existe como um conjunto de valores de uso definidos ou pré-definidos ao modo de produção e, portanto, a sua utilização tem sido um grande instrumento de dominação. Na verdade,

[...] A natureza tem sido uma ferramenta vital nas culturas de dominação racializada, de gênero e colonial. Não apenas a ideia, mas a institucionalização da natureza como abstração real tem sido fundamental para um processo de *longue durée*¹¹ de expulsão de dominados de seres humanos da sociedade (MOORE, 2017, p. 186).

No entendimento de Davis & Todd (2017), as pessoas já estão se rebelando quanto ao modo de exploração eurocêntrico da natureza e do ser humano, via modo de produção capitalista, já que “as pessoas não ficarão simplesmente paradas diante da destruição ecológica, mas se moverão, adaptarão e tentarão encontrar formas de se recompor com suas espécies de parentesco e companhia”.

Na opinião de Lorimer (2017) a utilização do termo Antropoceno e a sua abrangência vão muito além das questões ambientais, já que “parece ter mais tração do que outros chavões - como "biodiversidade", "mudança climática" ou "sustentabilidade"", ou seja, a utilização do termo Antropoceno nos leva a construir preocupações mais abrangentes e que,

Os envolvimento ideológicos com o Antropoceno podem ser encontrados em todo o espectro político. Eles revigoraram debates estabelecidos sobre as implicações sociais, ecológicas e agora planetárias de conceitos-chave como desenvolvimento, capitalismo, modernidade e humanismo. Esses debates se

¹¹ Longa duração

cruzam e modificam as grandes narrativas sobre as relações homem-ambiente (LORIMER, 2017, p. 123).

A interdisciplinaridade do Antropoceno é evidente, é ampla, é aglutinativa, com a participação de outras áreas do saber e por ser interdisciplinar é congregativa, como no projeto Future Earth, uma grande plataforma internacional de pesquisa, que, de acordo com Lorimer (2017), tal “iniciativa pretende explicitamente ser interdisciplinar, orientada para soluções e orientada para a participação do público” com o objetivo de crescer e poder melhorar os programas existentes que tratam sobre as mudanças ambientais de escala global.

Na concepção de Moore (2016) “nenhum conceito fundamentado na mudança histórica foi tão influente em todo o espectro do Pensamento Verde; nenhum outro conceito socioecológico atraiu tanto a atenção popular” como o Antropoceno. No mesmo sentido, Wright (2018) acredita ser o Antropoceno um poderoso objeto de fronteira para pesquisadores que trabalham com temas relacionados às mudanças climáticas e/ou meio-ambiente pelo fato do conceito conectar as mudanças climáticas tanto à extinção de espécies quanto e à degradação do solo, bem como associar os efeitos poluentes e o uso de fósforo na planta às mudanças planetárias mais amplas.

Lorimer (2017) expõe sobre o alcance do Antropoceno em outras áreas, como por exemplo, no mundo editorial, com publicações que utilizam tal título para falar de temáticas que vão desde Amor, Liberdade, Animais, Vida Selvagem e Ficção Científica, além de seu uso no cinema e na Ciência. No entanto, Wright (2018) reconhece as limitações existentes dentro da academia científica para estudar as linhas ligadas à Natureza e à Sociedade, pontuando que o Antropoceno resolveria esta problemática ao passo que “apela para uma cooperação e integração mais profundas entre os vários ramos da ciência, ciências sociais, humanidades e artes”.

Independente da visão e conceito de cada um dos pesquisadores citados, é importante ressaltar que o Antropoceno é descolonial, é fronteiro, é instigante. Ele está aí e escolher uma data para o seu início seria o resultado de um acordo entre as diversas ciências e cientistas, não se descartando um viés embutido nessa definição. Para Lorimer (2017),

Se a hipótese inicial do Antropoceno for aceita, alguns argumentariam que isso ajuda a exonerar os humanos modernos para impactos planetários

recentes. A data de início de Lewis e Maslin no século XVII ajudaria a sinalizar a origem colonial da mudança planetária. A data inicial de 1784 de Crutzen, ligada à invenção do motor a vapor e à revolução industrial, liga firmemente o Antropoceno ao capitalismo e suas tecnologias, cujos poderes causal e salutar dividem o comentário do Antropoceno. Finalmente, a data de início pós-Segunda Guerra Mundial, favorecida pelo AWG¹², e ligada ao teste nuclear e à grande aceleração, se encaixa com narrativas do fim da natureza familiar ao ambientalismo do século XX (LORIMER, 2017, p. 132).

Certamente não há em estudo sobre descolonialidade e o pensamento fronteiriço, algo mais instigante que isso, que a definição de um novo conceito e seu início, no entanto, Lorimer (2017) conclui que a definição caberá aos cientistas da Comissão Internacional sobre a Estratigrafia que deverão “pronunciar-se com velocidade inusitada e com atenção pública não-familiar sobre uma nova época cuja base probatória é estranha às convenções epistêmicas da estratigrafia” ou seja, não seguindo os trâmites normais ou atuais de definição. Quanto a isso Moore (2016) é taxativo ao afirmar que “tal obscuridade certamente explica a popularidade do conceito”. Para Steffen (2016) há inúmeras evidências estratigráficas, em escala global, que podem ser utilizadas para justificar a mudança da era do Holoceno para o Antropoceno, cujas evidências incluem,

[...] novos materiais como alumínio elementar, concreto, plásticos e geoquímicos; partículas carbonosas da combustão de combustíveis fósseis; mudanças generalizadas de origem humana nos depósitos de sedimentos; radionuclídeos artificiais; aumentos acentuados nas concentrações de gases de efeito estufa nos núcleos de gelo; e alteração trans-global de assembleias de espécies biológicas [Waters et al., 2016 e referências nele contidas] (STEFFEN, 2016, p. 12).

Após analisar histórica e cientificamente e descartar outras possíveis datas para o início do Antropoceno, Lewis & Maslin (2015) identificaram que, de forma

¹² The Anthropocene Working Group

minimamente científica, ocorreram na história do Homem “apenas dois outros eventos - o [...] Orbis Spike¹³ em CO₂¹⁴ com um mínimo em 1610 e o pico de 1964”.

Argumentam ainda que após a descoberta das Américas, em 1492, ocorreu uma troca de animais e plantas entre os oceanos, de forma irreversível, levando a homogeneização do meio ambiente. Já no século XX, outros fatores de impacto foram as mudanças globais no meio ambiente, tanto os oceanos quanto no meio terrestre, decorrentes do modo de produção adotado pelo homem, cujas mudanças levaram estratigraficamente e cientificamente a um “Golden Spike” nas camadas de gelo glacial, concluindo, portanto, que duas datas prováveis aderiram minimamente aos critérios do GSSP para definir o Antropoceno: 1610 e 1964.

3.3.1 – 1492 a 1610 – O Continente Americano

O surgimento do Homo Sapiens se deu conforme Artaxo (2014) há 200 mil anos, evoluindo até a civilização que temos hoje, sendo esta espécie de extrema importância ao ponto de influenciar o funcionamento de todo o sistema terrestre do seu surgimento até os dias atuais.

Steffen (2016) acrescenta que o Homo Sapiens causou impactos ambientais tão logo o seu surgimento na Terra e tal afirmação se justifica com a observação de Lewis & Maslin (2015) de que “[...] a maioria do Homo sapiens se torna agricultor até certo ponto, por cerca de 8.000 anos atrás”.

Quando Lewis & Maslin (2015) propuseram o ano de 1610 como uma data provável para o Antropoceno, o fizeram baseados na grande mudança na Terra, “devido à troca irreversível de espécies entre continentes e bacias oceânicas após a chegada dos europeus nas Américas e a subsequente globalização do comércio”, ou seja, foi o colonialismo e a sua forma brutal de domínio da natureza, que deu início a esta nova era geológica, ao integrar todos os continentes ao mundo existente a partir

¹³ O Orbis Spike ou “pico Orbis” é o que Lewis e Maslin chamam de diminuição do dióxido de carbono (CO₂) atmosférico que mede o genocídio dos povos indígenas. A palavra Orbis significa, em latim, o mundo, porque depois de 1492 as relações humanas tornaram-se intensamente globalizadas de formas diferentes das relações inter-regionais ou intercontinentais anteriores.

¹⁴ CO₂ = Dióxido de Carbono

do descobrimento da América e sua colonização, como acrescenta Davis & Todd (2017).

Defendemos o colonialismo como a data de início do Antropoceno por duas razões: a primeira é abrir as questões geológicas e as implicações do Antropoceno para além do campo da epistemologia ocidental e europeia para pensar com os conhecimentos indígenas da América do Norte; a segunda é afirmar que usar uma data que coincida com o colonialismo nas Américas nos permite entender o estado atual da crise ecológica como inerentemente investido em uma ideologia específica definida por lógicas proto-capitalistas baseadas na extração e acumulação por meio da desapropriação, lógicas que continuam a moldar o mundo em que vivemos e que produziram nossa era atual (DAVIS & TODD, 2017, p. 764).

Bresser-Pereira (2011) identifica que, antes do capitalismo moderno, existiu uma fase chamada de pré-capitalista em que intercorreu e viveu uma concomitância a comunidade primitiva, os grandes impérios baseados na escravidão, o surgimento do feudalismo e, na sequência, as sociedades aristocráticas de regime absolutista para, então, chegarmos à fase capitalista em si.

Importante se faz notar que, atrelado ao colonialismo, passamos por um processo de mudanças estruturais nas relações comerciais através do Mercantilismo ocorrido aproximadamente entre os anos de 1500 e 1750 que, conforme Bresser Pereira (1978), foi o período da Revolução Comercial, que compreendeu inclusive o descobrimento do Brasil, existindo ainda formas mercantis de exploração distintas, sendo a de enclave comercial ou de benfeitoria organizadas na Ásia e na África, e a de exploração mercantil ocorridas no Brasil e demais países da América Latina,

Nesse momento histórico de Estado Absoluto personificado pelo Rei ou Rainha, a economia era organizada partindo das famílias, depois para o feudo, mais adiante para a Vila e, por último, a formação das cidades. Houve também mudança na forma de organização do Estado Nacional, em que

Em uma primeira fase, no Estado Absoluto, os governos estavam formando seus Estados nacionais; estavam, portanto, voltados principalmente para a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Mas mesmo nessa época a preocupação com a economia, por parte dos grandes reis mercantilistas, foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 09).

O mercantilismo nasceu decorrente da relação entre o Estado absoluto e os comerciantes em que “a burguesia colocava à disposição do Estado seus recursos financeiros e seu conhecimento sobre os negócios” (GUIMARÃES, 1984, p. 213), que eram utilizados para gerar mais excedentes comerciais, ou seja, mais riqueza, e uma forte dependência destes Estados tendo como uma das principais características do mercantilismo, o monopólio exercido pelos países colonizadores sobre os colonizados. De acordo com Bresser-Pereira (1978), como toda prática monopolística, estabeleceram-se preços e a transferência da maior parte dos saldos comerciais para as metrópoles. Os reis procuravam controlar todo o comércio impondo barreiras alfandegárias com aumento dos impostos de importação, dificultando a circulação de produtos de outros países em suas colônias. Sobre o assunto, Dias & Rodrigues (2012) reafirmam que

O monopólio colonial era um dos principais fundamentos do mercantilismo, que fundamentalmente era constituído de três pontos: (a) toda exportação era dirigida exclusivamente à metrópole; (b) toda importação da colônia só poderia ser feita através da metrópole; e (c) os transportes entre a metrópole e a colônia eram exclusividade dos navios do país colonizador (DIAS & RODRIGUES, 2012. p.19).

Tais autores nos deixam claro que a vida econômica das colônias se organizava em torno dos interesses exclusivos da metrópole e todo o movimento de riquezas era para engordar os cofres do Estado com ouro e prata. O descobrimento da América em 1492 por si só não seria suficiente e razoável para justificar um “Golden Spike” no ano de 1610, entretanto e cumulativamente, as ações desempenhadas pelos colonos que para cá vieram sim, como concluem Barry & Maslin (2016), afirmando que alterações intensas do sistema terrestre foram ocasionadas principalmente pela elite branca europeia. Essas intervenções foram

[...] sobre a mudança da terra, transformando a própria terra, incluindo as criaturas, as plantas, a composição do solo e a atmosfera. Foi sobre mover e desenterrar rochas e minerais. Todos esses atos estavam intimamente ligados ao projeto de apagamento que é o imperativo do colonialismo dos colonos. (DAVIS & TODD, 2017, p. 770)

O projeto de apagamento se refere à memória, às lembranças, às ligações que os habitantes locais tinham com a Terra, ora colonizada pelos europeus. Para Davis & Todd (2017), esses processos coloniais que não reconheciam relações específicas e de localização entre os humanos, a terra e outros parentes fez parte do apagamento adotado pelos colonos europeus, além do desmatamento das florestas, mudanças nos cursos de água, dentre outros, que alteraram fundamentalmente o clima e os ecossistemas.

De acordo com Steffen (2016) essas mudanças de clima promoveram a homogeneização da biota mundial e o surgimento de novos ecossistemas. O povoamento das Américas alterou de forma significativa a paisagem local. Mesmo tendo sido responsável pela maior reposição de população humana nos últimos 13.000 anos, de acordo com Lewis & Maslin (2015), a chegada dos europeus nas Américas,

[...] também levou a um grande declínio nos números humanos. Estimativas da população regional somam um total de 54 milhões de pessoas nas Américas em 1492, com estimativas de modelagem populacional recente de 61 milhões de pessoas. Os números diminuíram rapidamente para um mínimo de 6 milhões de pessoas em 1650, devido à exposição a doenças transmitidas por europeus, além de guerras, escravidão e fome. (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 175)

Continuando, os autores ainda declaram que o movimento ocorrido entre os continentes fez com que plantas e animais, de origem Europeia, Africana ou Asiática, fizessem parte deste novo ambiente como, por exemplo, o feijão comum, animais domesticados como o cavalo, a cabra, a vaca, dentre outros, ocorrendo uma mudança ambiental radical e constante, como nunca acontecido anteriormente na história da humanidade. O choque ocorrido nas Américas, entre o Novo e o Velho Mundo, teve consequências irreversíveis para todo o planeta, gerando o Antropoceno.

O ano de 1610 como início do Antropoceno se justifica, no entendimento de Lewis & Maslin (2015), em virtude do grande genocídio ocorrido – de 54 milhões de habitantes em 1492 para, no ano de 1650, apenas 6 milhões – e do restabelecimento da flora e faunas nestes lugares que já haviam sido “limpos” das florestas para serem usados na agricultura, fez com que, segundo Lewis & Maslin, (2015), a remoção de 7 a 14 pontos de Carbono (C) da atmosfera, no decorrer de décadas, ocasionou um

redução entre 7 a 10 partículas por milhão de Dióxido de Carbono (CO₂) medidos no gelo antártico e, dessa forma, providenciando uma evidência científica para a justificativa de adoção do Antropoceno como uma nova era geológica,

Assim, selecionamos os mínimos de CO₂ em 1610, capturados no núcleo de gelo do Law Dome para marcar um possível início do Antropoceno [...] 1610 O GSSP marca tanto a mistura irreversível de biotas outrora separadas que definem a Terra em uma nova trajetória e o último período frio globalmente síncrono da Terra antes do início do calor em longo prazo do Antropoceno. (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 134-135)

No entendimento dos pesquisadores Lewis & Maslin (2015), o ano de 1610 conseguiria documentar as mudanças no clima através de suas evidências químicas. Para eles, a presença humana alterou a superfície do planeta, alterou os oceanos e a própria atmosfera o que, conseqüentemente, vem a alterar a própria vida no planeta. Tal afirmação é reforçada com a observação de Crutzen (2002) ao apontar a rápida expansão da humanidade em números naquele período, além da grande exploração per capita dos recursos da Terra.

Davis & Todd (2017) destacam que,

Ao explicitar as relações entre o Antropoceno e o colonialismo, estamos então em posição de entender nossa atual crise ecológica e tomar as medidas necessárias para nos afastarmos desse caminho ecocidal¹⁵. Nossa alegação aqui é que o Antropoceno, se explicitamente ligado ao início da colonização, pelo menos o afirmaria como um projeto crítico que entende que as lógicas ecocidas que agora governam nosso mundo não são inevitáveis ou "natureza humana", mas são o resultado de uma série de decisões que tem suas origens e reverberações na colonização (DAVIS & TODD, 2017, p. 763).

Davis & Todd (2017) nos falam que a crise ecológica não é antropogênica, não é inevitável e nem da natureza humana, como muitos apregoam, mas são frutos da atividade econômica desempenhada por séculos em nosso planeta, por intermédio do povoamento e conseqüente exploração.

No entendimento de Barry & Maslin (2016,) a definição de uma data para início do Antropoceno, colocaria os cientistas em alerta, "cientes de que os atuais debates

¹⁵ Suicídio ecológico

políticos sobre o impacto do capitalismo e a crise ambiental global” influenciariam tais discussões. Na opinião de Crutzen (2002) o maior problema dos cientistas não seria a definição do início do Antropoceno, pois este já existe e estamos vivendo nele, mas sim a tarefa desafiadora de “cientistas e engenheiros guiarem a sociedade em direção à gestão ambientalmente sustentável”.

Lewis & Maslin (2015) acreditam que datar o Antropoceno com tendo iniciado cerca de 150 anos antes da Revolução Industrial “é consistente com uma compreensão contemporânea das prováveis causas materiais da Revolução Industrial”. Estaríamos, na visão de Davis & Todd (2017), caminhado para entender não apenas a nossa dependência dos combustíveis fósseis, das questões de energia, mas “as questões mais profundas da necessidade de reconhecer nossas relações incorporadas e encarnadas com nossos parentes que não são humanos e a terra em si”.

Para eles, para relacionar o Antropoceno com a colonização se faz necessário analisar a forma indígena de governo que respeita a mãe terra, cuja governança indígena seria um corretivo político dos rumos tomados pela nossa sociedade, “juntamente com a autodeterminação de outras comunidades e sociedades violentamente impactadas pelas lógicas da supremacia branca, colonial e capitalista instanciadas nas origens do Antropoceno”.

3.3.2 – 1874 a 1964 – A Revolução Industrial e o Capitalismo

O comércio global acelerado e promovido pelo mercantilismo, que era atrelado ao colonialismo, formaram juntos as bases para o sistema capitalista de produção, tendo como pressuposto o liberalismo econômico, cujo maior pensador foi Adam Smith com a publicação de *A Riqueza das Nações*, em 1776. Para Dias & Rodrigues (2012),

O conceito de liberalismo tem-se expressado através da liberdade oferecida ao comerciante de escolher a base da sua atividade econômica e executá-la com quem quer que seja isso, quer dizer que, o indivíduo que deseja produzir roupas, poderia comercializá-las no local que melhor lhe conviesse. O mesmo vale para o empresário, livre optante da atividade que lhe trará sustento e lhe proporcionará um papel social. Na realidade, o conceito de liberalismo surgiu como uma repulsa à intervenção do Estado na atividade econômica,

característica própria do período mercantilista, em que era ele que definia quais eram as atividades de interesse do país, quem seria autorizado para explorá-las e por quanto tempo (DIAS & RODRIGUES, 2012, p.55).

Um dos pressupostos básicos do liberalismo é a ausência de intervenção estatal e isto era totalmente oposto ao pensamento colonialista/mercantilista em que o Estado decidia o que seria produzido, quem poderia produzir e, mais ainda, quem poderia comprar o produto produzido.

No entendimento de Bresser-Pereira (2011) o liberalismo econômico propiciou que ocorresse o acúmulo de capital e o surgimento de instituições econômicas, fundamentais ao seu funcionamento, como o mercado, o trabalho assalariado, os lucros e a busca pelo desenvolvimento econômico constante. Para Dias & Rodrigues (2012), o liberalismo seria a representação de um comércio livre das mãos estatais, sem tabelamentos de preços, sem barreiras alfandegárias de importação e exportação em que os preços seriam formados pelas forças do mercado, ou seja, por uma relação entre oferta de produtos, pela demanda dos consumidores e pela eficiência das próprias empresas ao ofertarem seus produtos e serviços.

Guimarães (1984) esclarece que a divisão do trabalho e a separação entre o saber e o fazer visavam maior controle dos operários sujeitos a um trabalho alienante, condições essas favoráveis para a Revolução Industrial. Nesse sentido, o trabalhador era visto como uma peça na engrenagem da máquina e, por conta disso, as máquinas eram valorizadas e caras, entretanto, aos operários, abundantes e baratos, restava a submissão ao seu ritmo de movimento, sob rígido controle de um capataz.

Para Moore (2017), com todos estes acontecimentos,

[...] não há dúvida de que as relações de trabalho que definiram a Revolução Industrial não poderiam existir sem o nascimento e sustentação do proletariado moderno - um "evento" que necessariamente antecede o século XIX (MOORE, 2017, p. 184).

Sendo assim, o fato de Lewis & Maslin (2015) escolherem o ano de 1964 como início do Antropoceno deve-se a circunstância de que anteriormente e durante todos aqueles anos, a forma de utilização dos recursos humanos e naturais como os rios, florestas e solos, sempre foram de exploração inconsequente. Reafirmando a ideia, Guimarães (1984) acrescenta que "a não consideração da dimensão qualitativa

na análise dos empreendimentos econômicos teve graves efeitos para a sociedade global”, ou seja, visavam apenas os ganhos, os lucros, sem se preocuparem com as consequências sociais e ambientais.

Para Steffen (2016), essa ambição por elevados ganhos aliada com as pressões humanas por bens e serviços, trouxeram como consequência essa mudança de época geológica, saindo do Holoceno e se direcionando ao Antropoceno, estando em um processo de transição, em que

[...] o início da Grande Aceleração marca uma mudança brusca na natureza, magnitude e taxa das pressões humanas no Sistema Terrestre, impulsionando os impactos que empurram o sistema para além da bacia do Holoceno de atração (STEFFEN et al., 2015^a apud. STEFFEN, 2016, p. 13)

Consoante com Lewis & Maslin (2015), durante a segunda metade do século XX as mudanças climáticas ocorreram em grande número e em escala diversa e que, para a definição de uma nova era geológica, o critério adotado “[...] provavelmente atende aos requisitos do GSSP, sendo o pico de 1964, um teste na precipitação de radionuclídeos, um marcador útil”.

Na percepção de Mackenzie (1996 apud BARRY & MASLIN, 2002), algo deve ser considerado da proposta inicial de Crutzen sobre a Revolução Industrial ser a data para início do Antropoceno,

No entanto, sua alegação de que o Antropoceno começou no final do século XVIII com a invenção da máquina a vapor é problemática não apenas em termos científicos, mas também do ponto de vista da história e da sociologia da tecnologia (MACKENZIE 1996 apud BARRY & MASLIN, 2002, p. 04)

Para Barry & Maslin (2002), o relato de Crutzen e Stoermer sobre o início do Antropoceno apresentam falhas em questões sobre a possibilidade para uma explicação da origem do capitalismo e que “[...] sua hipótese de revolução industrial associa o Antropoceno a um período reconhecível no desenvolvimento do capitalismo”. Os mesmos relatam que o interesse de se estudar o Antropoceno com interesse na história econômica e política, pelo grupo AWG, é algo que tem sido muito marginal, sem interesse de fato.

Em consonância com Davis & Todd (2017) diversas datas foram propostas para o início do Antropoceno, incluindo o início da agricultura, o surgimento da máquina a vapor, mas o grupo de estudos teria recomendado como limite ótimo a metade do século XX. Lewis & Maslin (2015) relatam que os estudos produzidos pelo grupo GSSP afirmam que o início da Revolução Industrial foi um marco importante na história da humanidade, gerando impactos ambientais em escala global, da mesma forma que Steffen (2016) afirma que a mudança geossíncrona que se inicia no final do século XX, no início da Grande Aceleração, é reconhecida globalmente.

Mesmo que os critérios utilizados não sejam condizentes com as normas geológicas, pois aqui, não se trata de um evento externo e alheio ao controle humano, pelo contrário, é ele o seu agente causador das mudanças de época, Lewis & Maslin afirmam que

A principal vantagem de selecionar 1964 como a base de uma nova Época Antropocêntrica é a grande variedade de impactos humanos registrados durante a Grande Aceleração: quase todos os registros estratigráficos atuais, e nas últimas décadas, têm algum marcador de atividade humana. (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 177)

Para os pesquisadores Malm & Hornborg (2014, p. 04), “a melhor contraprova para a narrativa do Antropoceno parece ser o crescimento populacional: se puder ser demonstrado que a combustão de combustíveis fósseis é amplamente influenciada pela multiplicação do número de humanos [...]” então, narrativa da influência humana no meio ambiente pode sim e, eventualmente, ser considerada como responsável pelo Antropoceno.

Ao se definir a data de 1964, como início do Antropoceno, Lewis & Maslin (2015) deixam claro que isto é um evento muito importante na história da humanidade e que tais sempre são precedidos de outros eventos, como por exemplo, a escalada nuclear. No entendimento de Lorimer (2017) a escalada nuclear ficou conhecida como a Era Atômica, descrevendo um período com ênfase em capacidades militares e posteriormente em usos civis dessa energia.

Lewis & Maslin (2015) chamaram esse movimento de incremento e testes nucleares de “Bomb Spike, mostrando que o avanço tecnológico ocorrido foi orientado

por uma elite que ameaçou a própria destruição do planeta e continuam afirmando que

O avanço de longo prazo da tecnologia implantada para matar pessoas, de lançar armas nucleares, destaca o problema mais geral das "armadilhas de progresso". Por outro lado, o Tratado de Proibição de Ensaio Parcial de 1963 e os acordos posteriores destacam a capacidade das pessoas de gerenciar coletivamente com sucesso uma grande ameaça global para os seres humanos e o meio ambiente (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 177-178).

Os pesquisadores Lewis & Maslin (2015, p. 140) utilizaram como marcador da mudança geológica o GSSP¹⁶ que ocorreu em 1964 por conta da precipitação de radionuclídeos, “especificamente ¹⁴C em anéis de árvores temperadas” e, como sendo este evento de correlação global, “[...] pode ser datado de uma resolução anual inequivocamente e fornece o melhor potencial de correlação com outras espécies de radionuclídeos”.

Para Steffen et al. (2015), a questão não é considerar ou não o Antropoceno, mas de quando surgem consequências políticas além da ICG. Para ele, da data preferida do grupo de trabalho é a metade do século XX devido às inúmeras mudanças antropogênicas que iniciaram naquele período.

Na percepção de Wright et al. (2018, p. 459), a grande aceleração, que foi causadora da mudança de era, não sofrerá mudanças por conta da “atual agenda neoliberal de expansão e o crescimento dos negócios continuará, ainda que com algumas variações, à medida que as circunstâncias ecológicas e geopolíticas se deteriorarem”.

No entendimento de Davis & Todd (2017, p. 766), “embora isso possa ser uma representação precisa dos últimos setenta anos, pouco é feito para registrar as diferenças muito reais entre os povos, governos e geografias em sua cumplicidade com esses processos”, e afirmam que as atividades humanas, alinhadas com o turismo internacional e o símbolo do capitalismo, o McDonald’s, colocaram toda a

¹⁶ A formal ‘Anthropocene’ might be defined either with reference to a particular point within a stratal section, that is, a Global Stratigraphic Section and Point (**GSSP**), colloquially known as a ‘golden spike’; or, by a designated time boundary (a Global Standard Stratigraphic Age [**GSSA**]). (Subcommission on Quaternary Stratigraphy, 2015: no page apud LORIMER, 2017, Pg. 120)

humanidade em situação trágica. Segundo Heikkurinen et al. (2016) essa situação está explicada por conta das diferenças e posturas ontológicas, ou seja,

Os teóricos ecocêntricos assumem que uma entidade (por exemplo, uma organização econômica) que está inserida no ecossistema depende do ecossistema; no entanto, todo o ecossistema não depende de cada parte dele. Ou seja, a vida no planeta pode continuar sem qualquer organização humana, mas uma organização humana não pode continuar sem o planeta (HEIKKURINEN et al, 2016, p. 708).

De acordo com Davis & Todd (2017, p. 770), o colonialismo exercido pelos colonos e todas as suas consequências posteriores, como o petrocapitalismo atual, fizeram com que chegássemos a situação atual e que houvesse um “rompimento das relações entre os seres humanos e o solo, entre plantas e animais, entre os minerais e nossos ossos”. Para eles, essa é a lógica do Antropoceno.

Em harmonia com essa lógica Heikkurinen et al. (2016, p. 707) nos relata que o pensamento ecológico e sua origem na ação humana podem ser creditadas a textos como “Nature (Emerson, 1836), Walden (Thoreau, 1854) e Silent Spring (Carson, 1962), [...] Capital: Crítica da Economia Política (Marx, [1867] 1992) e The Technological Society (Ellul, [1954] 1964)”. Para eles,

Os autores desses textos perspicazes identificaram e relataram um desenvolvimento pelo qual os seres humanos estão se tornando cada vez mais distanciados do ambiente natural (isto é, objetos não feitos pelo homem), mas estão se tornando uma força maior na sua formação (isto é, transformando objetos não-humanos em feitos pelo homem). (HEIKKURINEN et al, 2016, p. 707)

Comentando sobre os modos de pensamento e suas resistências de mudanças, Moore (2016, p. 2), acrescenta que “eles não são mais fáceis de transcender do que os “modos de produção” que eles relegam e ajudam a moldar” e, ainda acrescentado por Lorimer (2017, p. 221), “é claro que muitos dos fenômenos ligados ao Antropoceno são de importância social e, portanto, política”.

A Revolução Industrial tem sido sugerida como o início da era do Antropoceno devido ao aumento do uso de combustíveis fósseis e as mudanças que ocorreram na sociedade desde então, que são “um marcador claro e datável documentando uma mudança global que é reconhecível no registro estratigráfico, juntamente com

estratótipos auxiliares que documentam mudanças de longo prazo no sistema terrestre” (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 173). Nesse sentido,

Desde a década de 1950, a influência da atividade humana no sistema da Terra aumentou acentuadamente. Esta "Grande Aceleração" é marcada por uma grande expansão na população humana, grandes mudanças nos processos naturais e o desenvolvimento de novos materiais, desde minerais a plásticos, até poluentes orgânicos persistentes e compostos inorgânicos. Entre essas muitas mudanças, as consequências globais dos testes de bombas nucleares foram propostas como um marcador de horizonte de eventos globais (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 176).

Portanto, Barry & Maslin (2002), são categóricos ao afirmarem que a ação do homem no meio terrestre é algo que não se pode ser negligenciada. Sim, o homem é uma força capaz de mudar uma era geológica, aliada a forma de produção capitalista que busca o lucro constante, o crescimento constante do PIB e a apropriação dos recursos humanos (sua força de trabalho física e cognitiva).

De acordo com Moore (2017, p. 184), “masculinismo, racismo, colonialismo e economismo muitas vezes infectaram esse pensamento com definições formais de o que, quando e quem é um trabalhador”, além da apropriação indiscriminada e inconsequente da natureza classificando-a como recursos naturais, que serão utilizados para a satisfação egoística de acumulação, onde “os lucros excedentes da “morte social” continuam a moldar a vida, o poder e o clima hoje” (MOORE, 2017, p. 195).

Para Wright et al. (2018, p. 460), as elites empresariais e políticas dobraram a aposta nos combustíveis fósseis nas últimas duas décadas enquanto poderiam ter retrocedido diante das mudanças climáticas que tem se apresentado de forma tão perigosa, e além disso, a política adotada pela maior potência econômica e militar do planeta, os Estados Unidos, na pessoa de seu Presidente Donald Trump, só irá acelerar a busca por mais combustíveis fósseis tanto em seu território quanto nos demais.

Em conformidade com Klein (2014 apud WRIGHT et al. 2018),

De fato, o agravamento da crise climática destaca como a reforma econômica neoliberal e a promoção do comércio globalizado estão fundamentalmente em conflito com a necessidade de descarbonização radical do sistema energético mundial (KLEIN, 2014 apud WRIGHT et al. 2018, p. 460).

Mas um alerta é feito por Wright et al. (2018, p. 465) ao mencionarem os diversos avisos propagados na mídia, na literatura e no cinema,¹⁷ com a utilização de pessoas do conhecimento do grande público como Al Gore e Leonardo de Caprio que, acabaram chocando o mundo com “representações da crise ecológica [...] e reformularam a compreensão pública de nossa confiança no mundo natural” para nos mostrarem sobre a atual crise ambiental que a sociedade do Antropoceno está passando agora e que acabam por projetar, para o futuro, consequências danosas para a própria vida e existência terrestre.

O sistema capitalista através das corporações e muitos governos, acaba formulando uma guerra pelos corações e mentes das pessoas ao mostrarem um futuro “limpo e equilibrado¹⁸” por conta dos avanços tecnológicos promovidos e perseguidos pelo sistema que só tem como objetivo a legitimação do modelo exploratório atual e

Isso serve a quatro propósitos interligados: espalhar confusão e cinismo em relação à crítica ambiental, para absorver e atenuar a ameaça que culturas alternativas centradas na Terra representam para globalizar o capitalismo, para lucrar e legitimar o sistema econômico e financeiro vigente (WRIGHT, et al. 2018, p. 465).

Certamente que, em ambos os casos e olhando aos extremos, todas são estimativas e, como tal, são incertas, imprecisas nas consequências, entretanto, conforme Goodland e Daly (1996, apud HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 707), para se evitar que haja colapsos nos ecossistemas e na sociedade como um todo “as atividades humanas devem ser reorganizadas de formas ecologicamente sustentáveis” ou, com certeza, faltará comida, água¹⁹ e etc., para o número crescente

¹⁷ Por exemplo, ambos os filmes ficcionais (por exemplo, O Dia Depois de Amanhã, Interestelar) e um número crescente de documentários como Uma Verdade Inconveniente (Guggenheim, 2006), A Era de Estúpido (Armstrong, 2009), Gasland (Fox, 2010) e Before the Flood (Stevens, 2016) (WRIGHT, et al. 2018, Pg. 465).

¹⁸um futuro mundo de fazendas submarinas de energia das marés, aviões a jato com asas de pássaros e trens que se movem em uníssono com árvores balançando" (Wright e Nyberg, 2015: 151) é apresentado como uma fantasia onipotente para justificar a continuação da economia atual, lógicas e silenciar relatos mais críticos e desafiadores (Freund, 2015) (WRIGHT, et al. 2018, pg. 465)

¹⁹ Eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar, escassez de alimentos e água, e conflitos políticos e guerras que os acompanham sugerem que a vida deste século para grande parte da população do planeta provavelmente será cada vez mais dura, violenta e precária (Dyer, 2010). As

da população. Heikkurinen et al. (2016, p. 707) continua o alerta ao afirmar que, “em termos ontológicos, uma compreensão ecologicamente substantiva do "ser" na época do Antropoceno, exige assim, uma abordagem mais realista nos estudos organizacionais”.

3.4 – ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E A GESTÃO SUSTENTÁVEL

É de suma importância iniciarmos este item com um resumo de alguns paradigmas ambientais existentes que, foram propostos e adaptados aos estudos organizacionais.

Quadro 05 – Paradigmas Ambientais

Paradigma	Ano	Ideias Principais	Autores
Modernidade Ecológica	2006	Modernidade Tardia e Meio Ambiente (reconstrução das instituições da modernidade até o ponto de uma reestruturação ecológica da sociedade)	Arthur Mol (1995, 2003, 2005, 2006, 2008)
Desenvolvimento Sustentável	1999	Triple Bottom Line (A sustentabilidade nas empresas considera três dimensões que devem estar em equilíbrio: Dimensão Econômica, Social e Ambiental)	John Elkington (1999) Ignacy Sachs (2002)
Ecologia Profunda	1973	Concebe o mundo dentro de uma visão holística, como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. Há uma interdependência de todos os fenômenos (enquanto indivíduos e sociedade) nos processos cíclicos da natureza e dependentes dela.	Arne Naess (1973)

Fonte: Olivieri (2008); Afonso et al (2011) e Capra (1996) – Elaborado pelo autor, 2019

Uma abordagem mais realista dos estudos organizacionais se deve ao fato de que as organizações empresariais, aliadas com as elites políticas, econômicas, financeiras e de gestão, que formam o seu sustentáculo, tem uma visão distorcida da realidade, ao continuar vendo a Terra apenas como fonte de recursos naturais e local de absorção dos desperdícios da produção (WRIGHT et al. 2018, p. 460).

implicações para organizações e organização não poderiam ser mais profundas. (WRIGHT et al. 2018, Pg. 456)

Na concepção de Heikkurinen et al. (2016, p. 707), os estudos organizacionais não têm dado a devida atenção ao relacionamento dos homens com o mundo não humano, negligenciando então as ameaças manifestas no Antropoceno. Para ele, isso se dá pela falta de estudiosos com o olhar direcionado para a perspectiva ecológica que fora estudada primeiramente nos princípios da década de 1990. Acrescenta ainda que

Um pequeno grupo de estudiosos, no entanto, discutiu questões ecológicas relacionadas a organizações (por exemplo, Shrivastava, 1994; Jennings e Zandbergen, 1995; Purser et al., 1995), algumas com foco na organização econômica (Welford, 1995; Hart, 1995; Clair et al., 1996), por mais de duas décadas (para um resumo, ver Gladwin et al., 1995). Mais recentemente, surgiram continuações para esses estudos pioneiros (Valente, 2012; Gosling e Case, 2013; Ezzamel e Willmott, 2014), mas a atenção em grande escala para questões ecológicas na teoria organizacional ainda está por vir (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 707).

Sendo assim, existe uma necessidade de teorias organizacionais que olhem para as organizações e o ambiente natural. Entre os primeiros assuntos que foram teorizados considerando questões antropocênicas foram: “Relevância das atividades organizacionais para desenvolvimentos como superpopulação e superconsumo (Starik e Rands, 1995), bem como As limitações de uma cosmovisão antropocêntrica ao lidar com problemas ecológicos (Purser et al. 1995)” (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 706).

São poucas as pesquisas sobre tão importante temática com impacto tanto na vida atual das pessoas como das gerações futuras. No entendimento de Levy and Spicer (2013 apud WRIGHT et al. 2018, p. 460), tanto as nações, suas instituições e corporações, aquelas com maior influência medidas por acúmulo de capital financeiro, são entendidas como mantenedoras e colaboradoras, entre si, para a consolidação e reprodução das atuais políticas, ou seja, para manter políticas que potencializem tanto o crescimento da atividade industrial quanto o uso de combustíveis fósseis por grande quantidade de tempo.

Seguindo com Wright et al. (2018), o individualismo econômico e político que desprezam a ação da biosfera, que sempre está em constante mudança e movimento, acabam por retratar os mercados e os avanços tecnológicos de forma otimista e capazes de resolver qualquer problema atual e que estaria por vir, mas, “propostas de

geoengenharia, portanto, fornecem um exemplo dramático da fé das elites corporativas e políticas no poder dos mercados e da tecnologia na organização do Antropoceno” (WRIGHT, et al. 2018, p. 462).

No entendimento de Reed (2005, apud HEIKKURINEN et al. 2016), os estudos organizacionais sofreram transformações e redirecionamentos em sua breve história. Sobre essas transformações, Heikkurinen (2016) pontua que os campos que sofreram mudanças foram sobre aquisições e análise de dados, outros fixaram estudos sobre a ontologia. Fleetwood (2005, apud HEIKKURINEN et al. 2016, p. 706) destaca que “as ontologias nos estudos organizacionais foram recentemente e fortemente influenciadas pelas abordagens culturais, linguísticas, pós-estruturais ou pós-modernas que se baseiam em uma ideia de realidades socialmente construídas”.

Continuando, Heikkurinen (2016) faz um alerta ao pontuar que negar a realidade assustadoramente antropocêntrica posta aos seres humanos mostra-se como uma solução dos sérios problemas ecológicos que são enfrentados pelas organizações de forma limitada, ou seja, negar a realidade ou tentar vê-la com outros olhos não resolverá o problema, ao contrário, irá agravá-lo.

Nossa atenção é chamada por Wright et al. (2018, p. 462) quando se está afirmando que “enquanto as duas narrativas organizadoras anteriores justificam e promovem a continuação das relações econômicas existentes, uma terceira narrativa emergente do Antropoceno desafia explicitamente essas suposições”, ou seja, o olhar das corporações, governos e instituições deverá ser redirecionado para o meio ambiente pois,

A centralidade da natureza tornou-se óbvia com a percepção de que todos os indivíduos e organizações, bem como os sistemas socioculturais e político-econômicos, estão inseridos no ecossistema planetário (Starik e Rands, 1995; Ezzamel e Willmott, 2014). Embora a incrustação ecológica se aplique a todas as sociedades, instituições e organizações, ela também se aplica ao nível individual. Whiteman e Cooper (2000, p. 1265) explicam isso da seguinte maneira: “Ser ecologicamente incorporado como gerente é identificar-se pessoalmente com a terra, aderir a crenças de respeito ecológico, reciprocidade e cuidado, coletar ativamente informações ecológicas, e estar fisicamente localizado no ecossistema” (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 707-708).

No entendimento de Heikkurinen (2016) o novo olhar para a relação com a natureza se abre para um aprofundamento de nossa relação com ela, ou seja, há uma

alusão sugerindo que os produtos desenvolvidos pela organização devem ter um entendimento de que há uma dependência clara e explícita do ecossistema e, “além disso, no que diz respeito à premissa de valor do ecossistema, os objetos não-humanos também podem ter valor intrínseco” (HEIKKURINEN et al. 2016, p. 708-709).

Este entendimento de valor intrínseco nasceu de dentro e não de fora das comunidades afetadas pela destruição de seus ecossistemas e, essa valoração dos ecossistemas que está ocorrendo em diversas locais se deve ao fato de que “as empresas acostumadas a comprar o consentimento com a promessa de empregos e royalties do governo, estão enfrentando uma resistência combinada que vai além do localismo tradicional” (WRIGHT, et al. 2018, p. 462-463).

Na opinião de Heikkurinen (2016), o ponto das práticas organizacionais deveria se guiar pela cautela tanto na organização como no gerenciamento desses objetos não-humanos.

Assumindo objetos, como pessoas, animais, florestas, cadeiras, atividades, ideias e sons, são entidades que são irredutíveis e não-substituíveis nos convida a considerar que os objetos possuem não apenas valor instrumental dependente de outros objetos, mas, mais importante, valorizam a si mesmos. Esse tipo de valor inerente se traduz na qualidade da intrinsecidade (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 711).

Para Lorimer (2017, p. 119), ao se referenciar à Earth System Science (ESS), o planeta Terra é entendido como uma única peça em que há “uma série de “esferas” caracterizadas por fronteiras, pontos de inflexão, ciclos de retroalimentação e outras formas de dinâmica não-linear” que estão sendo exploradas de forma sem precedentes na história humana, em um ritmo frenético. Como consequência dessa situação, Heikkurinen et al. (2016, p. 707) relata que “em termos de limites materiais, os recursos naturais não renováveis estão se esgotando e os recursos renováveis estão sendo consumidos em um ritmo mais rápido do que eles podem renovar”.

Consoante com Moore (2017, p. 201) este entende que esse cenário repleto de consequências ambientais e sociais “dá uma ideia de como a economia política e a ecologia política do capitalismo estão envolvidas umas com as outras e como estão envolvidas com a teia da vida”. Não há dissociação entre um e outro, um vive do outro, mas estão constantemente lutando contra si mesmos. Analisando este cenário, Moore (2016, p. 4) entende que devemos ter uma mudança de posição, de atitude e que

devemos partir do pressuposto de um novo modelo, entendendo seu funcionamento como sendo a Aritmética Verde, que,

É um termo curioso, mas não posso pensar melhor em descrever o procedimento básico dos estudos ambientais nas últimas décadas: Sociedade mais Natureza = História. Hoje é a Humanidade, ou Sociedade, ou Capitalismo mais Natureza = Catástrofe. [...] A aritmética verde funciona quando assumimos que Sociedade e Natureza se somam (MOORE, 2016, p. 4).

Os Governos e as organizações empresariais tem um grande papel em relação às questões ambientais visto que, não existe crescimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto – PIB, sem que haja organizações empresariais trabalhando os recursos disponíveis, recursos esses, como as matérias-primas, força de trabalho, recursos financeiros e etc. É fato que as organizações seguem as condições impostas pelos Governos locais e que, tais condições, são mais ou menos exigentes em determinados aspectos como, por exemplo, o meio ambiente. Também se necessário notar que certas organizações, via lobby governamental, propõem e aprovam leis que às beneficiem.

Quadro 06 – 10 Maiores Empresas Internacionais e o PIB dos Países

Ativos das Empresas		Países com Maior Nº de empresas	PIB dos Países	
Empresa	US\$		País	US\$
Industrial & Commercial Bank of China – ICBC	4.210,9 trilhões	USA – 575	USA	20,4 trilhões
China Construction Bank	3.631,6 trilhões	China - 309	China	14 trilhões
Agricultural Bank of China	3.439,3 trilhões	Japão - 223	Japão	5,1 trilhões
Bank of China	3.204,2 trilhões	Reino Unido - 81	Alemanha	4,2 trilhões
JP Morgan Chase	2.609,8 trilhões	Coreia do Sul – 62	Reino Unido	2,94 trilhões
Bank of America	2.328,5 trilhões	França – 57	França	2,93 trilhões
Wells Fargo	1.915,4 trilhões	Índia – 57	Índia	2,85 trilhões

Ping An Insurance	1.066,4 trilhões	Canadá – 56	Itália	2,18 trilhões
Berkshire Hathaway	702,7 bilhões	Alemanha – 53	Brasil	2,14 trilhões
Apple Inc.	367,5 bilhões	Taiwan - 47	Canadá	1,8 trilhões

Fonte: Forbes²⁰, acesso em 09/08/2019 – Elaborado pelo autor, 2019.

O quadro acima retrata as 10 maiores economias globais e todas elas, sem exceção, têm o seu PIB na casa dos trilhões de dólares, curiosamente, ao analisarmos as colunas que tratam das 10 maiores organizações empresariais do mundo, é possível observar que a primeira colocada, o Industrial & Comercial Bank of China – ICBC já se posicionaria como a 4ª (quarta) economia global seguido do segundo, terceiro e quarto colocados no ranking e ocupando, respectivamente, a sexta, sétima e oitavas colocações no ranking do PIB. Chamamos a atenção que, além de serem todas, organizações Chinesas ou Americanas, com exceção da última colocada, a Apple Inc., que está ligada ao setor real da economia, ou seja, na produção de bens, todas as demais estão no setor financeiro, todas são bancos ou trabalham com papéis financeiros.²¹

As 03 (três) primeiras organizações internacionais são todas chinesas e têm uma particularidade interessante, pois elas, estão ligadas a áreas de grande impacto em poluição com consequências climáticas. Seguindo a ordem de classificação acima, a primeira financia a Indústria e o Comércio, seguida pela construção civil e pela agricultura que são setores que, não havendo contrapartida ambiental nos requisitos de empréstimo e financiamentos, tendem a agravar ainda mais os efeitos desastrosos sobre o clima e sobre a própria vida humana e não-humana no planeta.

Diante deste cenário de incertezas climáticas, Barry & Maslin (2016, p. 02) relatam o surgimento de dois grandes conceitos: “o primeiro é o *Planetary Boundaries*²² (ROCKSTRÖM et al. 2009; STEFFEN et al. 2015a) e o segundo é o

²⁰ O ranking da Revista Forbes, é baseado em uma pontuação composta de médias ponderadas de receita, lucros, ativos e valor de mercado, entretanto, para este quadro, foi utilizado apenas os valores dos ATIVOS. O índice utilizado foi o Global 2000 composto pelas maiores empresas de capital aberto do mundo.

²¹ Papeis financeiros são ações, debêntures e afins.

²² Limite Planetário

Antropoceno”. Adotar o *Planetary Boundaries*, por exemplo, traria grandes implicações políticas por conta de seu antropocentrismo e, para o Antropoceno, “não era apenas o nome de uma época geológica, mas um sinal da necessidade de um novo regime de governança ambiental global” (BARRY & MASLIN, 2016, p. 02).

Os defensores do *Planetary Boundaries*, segundo Artaxo (2015, p. 17), argumentam que desde o início da Revolução Industrial, em 1850, os níveis de “CO₂ aumentaram em 40%, os de CH₄ em 158%, e os de N₂O em 20%”, havendo consenso no que diz respeito ao limite do aumento médio da temperatura mundial em 2 graus centígrados a partir do nível pré-industrial. Os limites planetários, *Planetary Boundaries*, tratam das questões de sustentabilidade global, ou seja, envolvendo todos os países e, sendo assim, as discussões são sempre intensas tanto daqueles que concordam como daqueles que não concordam com imposição de limites ou mesmo dos problemas ambientais decorrentes da atividade econômica ou da presença humana na Terra.

Os pesquisadores Steffen et al. (2015 apud ARTAXO, 2015, p. 17) fizeram uma revisão dos trabalhos acadêmicos sobre os limites planetários seguros, que foram avaliados para nove parâmetros relevantes, sendo eles

- 1) mudanças climáticas;
- 2) perda de ozônio estratosférico;
- 3) acidificação dos oceanos;
- 4) ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo;
- 5) mudanças na integridade da biosfera associadas à perda de biodiversidade;
- 6) mudanças no uso do solo;
- 7) uso de recursos hídricos;
- 8) carga de partículas de aerossóis na atmosfera;
- 9) introdução de entidades novas e poluição química.

Importante destacar que as discussões envolvem a grande interatividade entre os parâmetros devido à inter-relação dos processos que governam nosso planeta (STEFFEN et al. 2015 apud ARTAXO, 2015, p. 17).

Na visão de Wright et al. (2018), com as definições de limites planetários, de fato, está se mantendo o crescimento econômico e o capitalismo, pois há uma nova vertente de negócios, ou seja, a geoengenharia. A proposta de se utilizar da geoengenharia também foi defendida por Barry & Maslin (2016, p. 01) como “uma solução para o problema das mudanças climáticas” e a fé de que a inovação tecnológica e organizacional poderia refazer um mundo melhor e incluiriam propostas tais como: “a regulação da energia solar através da pulverização de partículas de sulfato na atmosfera superior, o “brilho” das nuvens para melhorar o “efeito albedo”²³ e a busca de extrair GHG²⁴ da atmosfera”.

Dentre as alternativas econômicas de extração dos gases de efeito estufa estão o reflorestamento e o sequestro de gás carbônico através de seu armazenamento nas florestas de países em fase de desenvolvimento, como o Brasil.

Há uma questão importante a ser tratada por (HOFFMAN, 2001; JERMIER et al., 2006 apud WRIGHT et al. 2018, p. 461) que é sobre o ““ambientalismo corporativo” e sustentabilidade empresarial”, melhor dizendo

Ao contrário da economia neoclássica, em que a proteção ambiental é vista como uma ameaça à lucratividade (Friedman, 1970), o ambientalismo corporativo promove uma visão 'ganha-ganha' dos negócios aumentando os lucros melhorando o desempenho ambiental - em suma 'faça bem fazendo o bem' (FALCK & HEBLICH, 2007; PORTER & KRAMER, 2011 apud WRIGHT et al. 2018, p. 461)

Para Wright (2018), as empresas procuraram se aproveitar da “onda verde” da sustentabilidade e da ecoeficiência e adotaram formas de redução de energia, de reaproveitamento de materiais, redução do desperdício, via melhores práticas de gestão, desenvolvimento de novos produtos “sustentáveis” com grandes campanhas de marketing, mudanças na seleção e no trato com os funcionários para a fidelização dos clientes e etc., enfim, não há uma mudança real na forma de se ver e tratar o

²³ O termo albedo (latim para branco) é comumente aplicado ao coeficiente de reflexão médio geral de um objeto. Por exemplo, o albedo da Terra é de 0,37 (de Pater e Lissauer) e isso afeta a temperatura de equilíbrio da Terra. O efeito estufa, ao capturar a radiação infravermelha, pode diminuir o albedo da Terra e contribuir para o aquecimento global. <http://hyperphysics.phy-astr.gsu.edu/hbase/phyopt/albedo.html>

²⁴ GHG - Greenhouse Gas – Gases de efeito Estufa

planeta terra, entretanto, o planeta terra continuará a existir, assim como existe a Lua e os demais planetas do sistema solar, ou seja,

Nosso planeta continuará independentemente do futuro da vida, baseada em carbono, que atualmente o habita. O clima é o contexto volátil dessa vida, conhecido apenas como um conjunto de dados abstraídos, mas que nos revela que todo o conhecimento se baseia em tais modelos (Edwards, 2010). Além disso, seus efeitos em todo o planeta são muito irregulares, exigindo uma descolonização da atmosfera. (MIRZOEFF, 2014, p.. 215)

Ao se adotar o Antropoceno como nova era geológica, entenderemos que somos uma força e não meramente expectadores passíveis, para eles, (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 178), “em grande parte, o futuro do único lugar onde a vida é conhecida, é determinado pelas ações dos seres humanos” está aí a importância visceral do Antropoceno pois ele e, em conformidade com os pesquisadores (WRIGHT, et al. 2018, p. 464), “expõe a futilidade da ambição humana” e que nós devemos fazer de forma coletiva uma mudança em nossos hábitos e costumes de consumo para poder melhorar as condições de vida dos demais.

No entendimento de (LORIMER, 2017, p. 119), ele defende que haja uma “verdadeira “mudança de paradigma” na ciência ambiental” que haja uma descontinuação do atual modelo econômico, mostrada a todos pelo Antropoceno. Entretanto, na concepção de (LENTON, 2015, apud STEFFEN, et al. 2016, p. 02) algumas iniciativas já começaram e, entre elas está iniciativa da ESS que “é uma iniciativa altamente interdisciplinar que visa construir uma compreensão holística do nosso planeta[...]” mas, tal compreensão ainda está em evolução pois,

Como os especialistas eco-socialistas e de justiça ambiental apontam, o que é obscurecido em tais representações históricas não é apenas que nem todos os humanos são responsáveis pelo dano ambiental que foi causado, mas que muitos humanos e não-humanos já foram sacrificados ao longo do caminho, incluindo muitas pessoas cujas vidas demonstraram que a degradação humana da natureza não é uma inevitabilidade natural (Di CHIRO, 2016; HAMILTON et al., 2015; MALM e HORNBORG, 2014, apud WRIGHT, et al. 2018, p. 458-459)

A ideia de que os seres humanos não são uma força de transformação, por si, fica facilmente esclarecida e entendida e que, as consequências de nossas ações já afetaram o passado, estão afetando o presente e comprometendo o futuro das

próximas gerações porque, de acordo com (STARIK e RANDS, 1995, p. 917 apud HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 708), “como as organizações humanas recebem uma série de influências de vários ecossistemas, incluindo ar, água, terra, minerais, energia, animais, plantas e vida microbiana) torna-se óbvio a nossa dependência de todo o ecossistema.

Avançando nesta tese do Antropoceno, os pesquisadores ŽIZEK (2004, p.72 apud BARRY & MASLIN, 2016, p. 01) afirmam que o Antropoceno não está refletindo os avanços necessários das pesquisas científicas mas sim, se evidencia uma era chamada de pós-política, ou seja, “O Antropoceno não é tanto um marco de uma transformação de época, mas uma manifestação de uma era na qual o debate político democrático foi deslocado por uma preocupação com as demandas da gestão econômica” com opiniões de pessoas que se dizem especialistas em tudo.

Para Wright et al. (2018) esse movimento pós-político esta sendo evidenciado pelos chamados eco-socialistas e que se utilizam de profundo conhecimento da economia política para atestar que, o Antropoceno, é o resultado das relações econômicas capitalistas e das profundas transformações no ambiente causados por este, que fora acelerada pelas regras do mercado, em contrapartida,

De fato, alguns "ecopragmatistas" chegaram a proclamar o chamado "Bom Antropoceno", no qual os humanos continuam a manipular o meio ambiente para se adequar ao consumo e à população cada vez mais distantes (Ellis, 2011; Revkin, 2014). Neste bom Antropoceno, "o ambiente será o que fazemos" (ELLIS, 2013: A.19 apud WRIGHT et al. 2018, p. 461)

Consoante com Moore (2017, p. 179) para poder entender todas as definições que surgiram como, por exemplo, os eco-pragmáticos, os eco-modernistas e os eco-socialistas, deve-se entender primeiro, como funciona a acumulação de capital e o porquê ela conduz a crises ambientais em escala global e, mais ainda, “como suas contradições o obrigam a continuar por este caminho mortal e autodestrutivo”.

3.5 – CAPITALOCENO

Antes de se aprofundar com explicações sobre a acumulação de capital e, por conseguinte, adentrarmos no Capitaloceno, se faz mister uma breve e sucinta história do capitalismo ou melhor dizendo dos capitalismos.

3.5.1 – Capitalismos – Um breve relato

No entendimento de Paul Singer (1987, p. 7), o capitalismo é definido como um “sistema sócio-econômico em que os meios de produção são propriedade privada duma classe social em contraposição a outra classe de trabalhadores não-proprietárias” e, sendo assim, por esta definição de Singer, já nos é possível a identificação dos “binários” citados por Moore (2016) quando este cita, ricos e pobres, proprietários e não proprietários, homens e mulheres e etc.

Uma das primeiras menções sobre um sistema de trocas de mercadorias nos é dado por Fufeld (2003), ao citar São Tomás de Aquino (1225-1274), quando este estudou os fundamentos éticos das trocas de mercado. As sociedades de outrora e em certo grau, produziam seus bens para a sua sobrevivência e seus excedentes eram comercializados, ou seja, a produção era, essencialmente, de valor de uso²⁵. O camponês da época medieval produzia o seu alimento, suas ferramentas, suas roupas, calçados e tudo o mais e “a produção mercantil só ia concentrar-se em objetos de luxo (joias, armas, carruagens, arreios, vestuário de luxo e etc.) para o consumo, sobretudo, da minoria privilegiada” (SINGER, 1987, p. 12).

No entendimento de Fufeld (2003) esse período de trocas locais e com poucos excedentes perdurou até o começo do século XV pois, a partir deste momento e até o século XVI, ocorreram grandes descobertas marítimas e várias oportunidades de negócios que acabaram por financiar o surgimento dos Estados Nacionais, fazendo com que ocorresse um novo ritmo nas trocas comerciais além de novas rotas marítimas, chamado de Mercantilismo.

²⁵ O valor de uso é a qualidade que possui um objeto para satisfazer uma necessidade, determinado por suas condições naturais.

Para Singer (1987), como resultado desse processo de integração dos mercados, ora local, regional e agora global, fomentado pelo mercantilismo, fez com que nascesse o Capitalismo de Manufatura ou Capitalismo Manufatureiro que teve o seu período de desenvolvimento entre o século XVI ao século XVIII.

O capital, que até então se limitava à circulação de mercadorias e valores, penetra na produção, tornando-se manufatureiro. Surgem, na Europa, empresários capitalistas que empregam grande número de artesãos e produzem em massa para mercados que crescem sobretudo pela destruição de barreiras que separavam os mercados locais e regionais. (SINGER, 1987, p. 14)

Esse capitalismo manufatureiro foi capaz de aumentar a produtividade do trabalho ao reunir uma boa quantidade de trabalhadores em um mesmo local, com certo aprimoramento das técnicas produtivas e, dessa forma, propiciou as condições para a produção em maior escala do que outrora.

Para Fustfeld (2003), o capitalismo manufatureiro ganhou impulso porque em paralelo ao seu nascimento e desenvolvimento, ocorreu o chamado Liberalismo Econômico que vai desde o século XVII até o início do século XVIII com defensores que vão desde Dudley North (1641-1691) e David Hume (1711-1776) e tendo o seu grande sistematizador Adam Smith (1723-1790) com a publicação de seu livro intitulado *A Riqueza das Nações*. Vale destacar que as ideias do liberalismo econômico se fazem presentes em nossa sociedade nos dias de hoje, entre as nações, com períodos de maior e menor liberdade econômica.

Atrelada a esse movimento de liberdade econômica e já no final do século XVIII, temos a chamada Revolução Industrial que, de acordo com Singer (1987) tratou-se de invenções de máquinas que substituíam o trabalho manual, ou seja, o trabalho do homem e, esse movimento de substituição ganhou o nome de Capitalismo Industrial e que se serviu dos ideais do liberalismo econômico para pregar a unificação de todos os mercados, sejam eles locais e/ou nacionais com a competição livre para todos.

O capitalismo industrial acelera o desenvolvimento das forças produtivas mediante o progresso das ciências físicas e a sistemática aplicação dos seus resultados na atividade produtiva. [...] Pratica-se tanto a pesquisa pura, que visa o conhecimento em si, como a pesquisa aplicada, que trata de encontrar conhecimentos necessários para desenvolver novos produtos ou aperfeiçoar os processos produtivos. (SINGER, 1987, p. 20)

Esse grande desenvolvimento de novos produtos, novos processos, implantação de máquinas a vapor e etc., fez com que o capitalismo industrial, no entendimento de Oliveira e Gennari (2009), passasse por diversas fases e crises e, sempre com a premissa do liberalismo e equilíbrio do mercado por sua “mão invisível²⁶” até chegar, a partir de 1890, com a publicação do livro *Princípios de Economia* por Alfred Marshall (1842-1924). A partir de Marshall, esse entendimento econômico passou a ser categorizada como a Escola Neoclássica que, realizou uma grande síntese entre a escola clássica e a escola marginalista²⁷ e pregava que a determinação do preço se daria pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Com a crise econômica de 1929 percebeu-se que esse modelo de equilíbrio de forças não era perfeito e a ausência do Estado na economia se fez notar. Diante desse quadro, em 1930, surge nos Estados Unidos, o chamado Capitalismo de Estado que, historicamente, teve o nome de *New Deal*. Em concordância com Fusfeld (2003), a filosofia por trás do *New Deal* era a de que, toda a sociedade, com a benção da mão intervencionista do Estado, deveria se proteger e proteger a seus integrantes, das forças destrutivas de um capitalismo industrial.

Para Fusfeld (2003) o *New Deal*, tinha 05 (cinco) princípios intervencionistas: 1º) É de responsabilidade do Governo a manutenção de níveis elevados de emprego; 2º) Criação de leis para acomodar as disputas entre a classe trabalhadora e a sua gerência; 3º) O Governo iria controlar os mercados e os preços em setores específicos da economia; 4º) Planejamento regional para uso da terra e de seus recursos, em especial, o uso da água e 5º) A assistência aos desamparados como idosos, veteranos de guerras, criação do seguro-desemprego, salário mínimo e etc.

Até fins da década de 1980, tivemos a fase do Crescimento e do Desenvolvimento econômico, perseguido por todos os países e, de acordo com Godoy (2004) foi a partir da queda do muro de Berlim (1989) que se dá início a uma nova fase do capitalismo, o Neoliberalismo. Essa fase neoliberal estava aliada ao

²⁶ O preceito de “mão invisível” do mercado foi criado por Adam Smith e pregava que o mercado se auto regularia e que não haveria nem excedente e nem falta de produtos.

²⁷ A Escola Clássica dizia que o valor era determinado pela Oferta de produtos/serviços e a Escola Marginalista, dizia que era determinado pela demanda de produtos/serviços.

crescimento do “neoconservadorismo norte-americano” apoiados na crença da guerra contra o terrorismo internacional e tendo George W. Bush como presidente americano.

Nos anos de 1990, de acordo com Coggiola (2003), surge o Capitalismo Financeiro que, para combater a crise de 1991, os Estados Unidos decidem baixar a sua taxa de juros básica (base rate) e, dessa forma, provocou um grande endividamento das empresas e de Governos, em função do excesso de liquidez na economia mundial.

Sequencialmente ao neoliberalismo temos o movimento chamado de Globalização que, também em concordância com Godoy (2004), seria uma consequência da modernidade, da construção de um individualismo, da construção do “eu” e, dessa forma, as discrepâncias e intolerâncias se acentuam.

Bresser-Pereira (2011), tomando muito cuidado, entretanto, com grande destreza e maestria, elabora um mapa em que apresenta os diversos períodos e fases do sistema capitalista, conforme abaixo:

Figura 03 – Periodização do Capitalismo

Período	Revoluções	Fases	Subfases
Século XIV a XVIII		Capitalismo Comercial	
1750-1800	Revolução Industrial	“	
Século XIX		Capitalismo Clássico	
1900-1950	Revolução Organizacional	“	
1900- 1978		Capitalismo Profissional	Fordismo
1949-1978		“	30 Anos Gloriosos
1979-2008		“	30 Anos Neoliberais

Fonte: Bresser-Pereira (2011)

Partindo da Inglaterra e França e tendo como referência o início da Revolução Industrial/Capitalista, é possível identificar que “o capitalismo passou por três grandes estágios: o capitalismo mercantil entre o século XIV e o XVIII, o capitalismo clássico

no século XIX e, desde o início do século XX, o capitalismo dos profissionais ou tecnoburocrático” (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 10), portanto, é passível de afirmação que, apesar do senso comum às pessoas, não existe apenas um capitalismo e sim vários para cada momento histórico, cultural da sociedade.

3.5.2 – Capitaloceno - Entendendo

As relações do Capital com a natureza não tem sido das mais amigáveis e confiáveis para a segunda. O Capital tem feito uso e abuso da natureza ao seu bel prazer e, quando Moore (2016) explica a origem do termo Capitaloceno, ele diz que este, fora cunhado em 2009, na Suécia por Andreas Malm que, à época, ainda era um estudante de doutorado.

Mas o que significa o termo Capitaloceno? Para Moore (2016, p. 11) “[...] A ideia do Capitaloceno é como uma assembleia multiespecífica, uma ecologia mundial de capital, poder e natureza são parte da conversa global - para os estudiosos - mas também para uma camada crescente de ativistas”. Evidentemente que o Capitaloceno não nasceu em um “estalo de dedos”, mas sim, fora uma construção durante séculos, pois, para este existir, pressupõem-se um grande acúmulo de capital, chamado de acumulação primitiva, com a expulsão das pessoas de suas terras de origem, mas também, mudanças na forma de se ver a natureza e o ser humano.

Para Moore (2017, p. 192), haveria ocorrido uma grande mudança no entendimento do que é a natureza, assim sendo: “A maioria dos seres humanos nessa época, mulheres, povos de cor, povos indígenas, foram expulsos da condição de membros da humanidade. Eles foram realocados: na zona da natureza” e, ainda mais profundo do que a “simples” alocação classificatória para o nível de natureza, mas sim, fora a criação de ambiguidades, ainda conforme Moore (2017, p. 192) “Então, aqui temos a Natureza e a Sociedade, o Homem e a Mulher, o Preto e o Branco, o Ocidente e o Resto, como binários fundamentais” que foram utilizados para alavancar a produção daquilo que Karl Marx chamou de mais-valia e da produtividade crescente do trabalho.

De acordo com Moore (2017) estas ambiguidades ou binários, como ele chamou, tinham consequências importantíssimas, já que, através destes binários,

havia uma definição de quem era parte da sociedade e quem era parte da natureza e, sendo parte da segunda, podendo ser utilizada para qualquer fim como, de fato, veio a ocorrer. Em consonância com (MOORE, 2017, p. 180), “as formações raciais e de gênero eram elas mesmas, se é que se pode perdoar a linguagem antiquada, “forças de produção””.

Relembrando que os negros e índios foram considerados, à época da colonização das Américas, naturais ou naturais e, por assim serem, puderam ser explorados de qualquer forma, puderam ser escravizados. Dando continuidade com (MOORE, 2017, p. 180), “a velha leitura anglocêntrica do capitalismo tem o efeito incapacitante de tornar escravidão, colonialismo e gênero secundários” e, sendo assim, a utilização da natureza como força produtiva foi, historicamente, trágica e cruel com os índios e negros, quanto com a natureza em si e, essa práxis capitalista se dá, porque ele, em consonância com (MOORE, 2017, p. 187-188), “é dinâmico, porque produz mais rendimento material para cada unidade de tempo de trabalho. Os trabalhadores se tornam mais produtivos fisicamente”.

Para se tornarem mais produtivos fisicamente se utilizaram da escravidão, que se iniciou, de acordo com (MOORE, 2017, p. 195), “foi na Madeira, em São Tomé e no Brasil que vemos as origens da relação entre a agricultura e a escravidão que moldariam o mundo até o século XXI”. Para tanto, se fez necessário que as colônias espalhadas pelas Américas tivessem autonomia nas relações com a “natureza”, melhor dizendo:

A autonomia é muito relevante para a teoria ecocêntrica, uma vez que a noção de autonomia não corresponde à antiga noção de liberdade, até certo ponto imaterial e desligada das restrições e contingências físicas (Morin, 1994, 2008, p. 69). De acordo com Morin ([1994] 2008, p. 69), “é, ao contrário, uma noção intimamente ligada à dependência, e a segunda é inseparável da noção de auto-organização” (HEIKKURINE, et al. 2016, p. 711

No entendimento de Moore (2017, p. 195), quando os portugueses transferiram a sua produção açucareira da Ilha da Madeira para o Brasil e depois, se espalhando pelo Caribe, além das consequências ambientais, ou seja, acabou “[...] produzindo um deserto biológico após o outro no século após 1650. Os lucros dessa onda da fronteira açucareira seriam fundamentais na formação de capital da Grã-Bretanha do final do século XVIII”.

Na percepção de (MOORE, 2017, p. 188), essa transferência de lucros e a sua consequente formação e acúmulo de capital só foi possível por conta do barateamento dos insumos, inclusive capital circulante, melhor explicando:

Para que a acumulação ampliada continue lucrativa, o capital precisa encontrar maneiras de baratear o que Marx chama de "capital circulante" - matérias-primas, energia e outros insumos usados em um determinado ciclo de produção. O capital circulante é parte do capital constante - que os marxistas geralmente caracterizam como maquinário. Máquinas são capital fixo e apenas um elemento de capital constante. Esse capital fixo é inútil sem circulação de capital, e quanto mais inovação houver no capital fixo, mais capital circulante é exigido. (MOORE, 2017, p. 188)

A máquina a vapor, para Moore (2017), que é capital fixo, só se torna pivotal para a indústria de produção em larga escala quando, a matéria-prima, o algodão, teve o seu valor reduzido vigorosamente por conta dos ganhos de produção e produtividade. Esse sistema de produção, chamado capitalismo, só prosperou, na opinião de (MOORE, 2016, p. 2-3) porque transforma a natureza em algo barato, ou seja, "para o capitalismo, a natureza é "barata" em um duplo sentido: tornar os elementos da natureza "baratos" em preço; e também barateá-los, num sentido ético-político, degradar ou tornar inferior a Natureza, barateia em preço" e, nessa lógica de busca constante de barateamento de custos a utilização da violência, inclusive contra os humanos, é algo praticável, de forma corriqueira, pois ele coloca a natureza para trabalhar.

Para o capitalismo, a busca por menores custos, é algo constante e transformador de suas formas de agir, já que,

Padrões antigos de governo estatal e imperial da natureza produziram um conjunto de condições de produção que eu chamo de Natureza Barata. Os Quatro Baratos - força de trabalho, alimentos, energia e matérias-primas - são necessários para lançar e sustentar grandes explosões de acumulação de capital. (MOORE, 2017, p. 177)

Para a acumulação de capital se sustentar em escala global, a quantia de trabalho não remunerado, deverá crescer na mesma medida ao trabalho pago e assim, no entendimento de Moore (2017, p. 184-185), esse trabalho não pago, não fica restrito ao trabalhador, o que seria um raciocínio lógico, ele avança na definição

e, para ele “o capitalismo mobiliza diferentes formas de trabalho - o trabalho humano não pago da reprodução social, o trabalho dos solos e das correntes, o trabalho dos escravos, o trabalho dos trabalhadores industriais - implica síntese” e, sendo assim, o capitalismo funciona e se põe em movimento, pois essa é a sua dinâmica, a sua raiz de funcionamento e acumulação, em verdade, o capitalismo funciona por conta de uma raiz violenta de expropriação bruta.

Existem diferentes concepções sobre a origem e o nascimento do capitalismo, alguns dizem que na Inglaterra, outros na Alemanha, entretanto, no entendimento de Moore (2017, p. 181), o seu nascimento ocorreu aqui nas Américas “[...] para simplificar, digamos 1492, ano zero do poder moderno, genocídio e acumulação de capital. E vamos ligar no dia 12 de outubro de 1492 no aniversário da *Cheap Nature*” uma vez que, até então, todos os recursos produtivos eram caros, não tinham em abundância necessária e de forma contínua.

No entendimento de (MOORE, 2017, p. 181), o capitalismo “é um sistema totalmente irracional de racionalidade, que tem como premissa a mobilização do trabalho de todas as naturezas - os humanos incluídos - gratuitamente ou o mais próximo possível disso”, ou seja, ele opera, age de forma dualística – liberdade/escavidão, caro/barato, fartura/necessidade, homem/mulher, proteção/destruição, preservar/usar, destruir/reconstruir, poluir/despoluir, natureza/sociedade, enfim, de inúmeras formas, pois situações de dualismo são, ao mesmo tempo, o problema e sua solução.

De acordo com (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 711), “à luz do pensamento antropocêntrico, esse raciocínio pode parecer paradoxal por duas razões” sendo a primeira delas, a coexistência em um objeto pois estes, tem como características, a instrumentalidade e a intrinsicalidade e, a segunda, é a própria “lógica por trás da intrinsicalidade” onde “se as pessoas imaginarem e praticarem essas ordenações ecológicas, elas precisarão abraçar a existência de todos os objetos para seu próprio bem”, ou seja, para Heikkurinen (2016) o homem, o trabalhador, o capital humano é uma força de transformação da natureza, do chamado capital natural

No entanto, objetos como o capital natural e humano não são substituíveis, mas apenas complementares (Daly, 1979), mesmo que isso. Para uma investigação ecológica, o fator de não substituíbilidade é de vital importância, pois objetos feitos pelo homem, como pensamentos, máquinas e processos

econômicos, não podem substituir objetos não feitos pelo homem (como estrelas, florestas e espécies) e vice-versa. . Daly (1996, p. 76 apud HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 710)

Dando sequência na explicação com (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 712), para os autores, há uma mudança de entendimento, uma nova ontologia proposta aqui, uma mudança mais realista para se evitar, justamente, os estratagemas, os artifícios de abordagens antropocêntricas e contra-realistas e, essa nova ontologia acaba propondo três características comuns a todos os objetos: autonomia, intrinsicalidade e singularidade e, assumindo tais qualidades dos objetos na organização de atividades, estes objetos, “[...] tornam-se capazes de se desdobrar em seus próprios modos (autonomia), adquirem direitos de existir por si mesmos (intrinsicalidade) e são respeitados pelo que são (unicidade)”.

O capitalismo nega tudo isso, age contra tudo isso, não respeita nada disso, que foi mencionado por Heikkurinen em (2016), de fato, na visão de Moore (2016, p. 3), “os esforços para transcender o capitalismo de qualquer forma igualitária e amplamente sustentável serão frustrados”, pois a sua forma de pensar, está baseada no dualismo entre a natureza e a sociedade e,

Além disso, os esforços para discernir os limites do capitalismo hoje - esse discernimento é crucial para qualquer estratégia anti-sistêmica - não podem avançar muito mais encapsulando a realidade em dualismos que são imanentes ao desenvolvimento capitalista. O argumento do Antropoceno mostra o dualismo Natureza / Sociedade em seu estágio mais elevado de desenvolvimento. (MOORE, 2016, p. 3).

Para Moore (2016), o Antropoceno é um fato histórico e não um fato geológico e, fatos históricos, são influenciados, modificados, gestados em outras áreas do conhecimento humano como o social-econômico, por exemplo, entretanto, o Capitaloceno, no entendimento de Moore (2016, p. 6), “não representa o capitalismo como um sistema econômico e social” e, também não representa um arqueamento, um direcionamento a Matemática Verde, pelo contrário, este representa uma forma de organização, uma forma de organização da natureza e assim,

Vou tentar usar a palavra com moderação. Tem havido muitos outros jogos de palavras - Anthroscene (Parikka 2014), econoceno (Norgaard 2013),

tecnoceno (Hornborg 2015), misantropoceno (Patel 2013) e, talvez mais deliciosamente, o mantropeno (Raworth 2014). Todos são úteis. Mas nenhuma captura o padrão histórico básico moderno da história mundial como a "Era do Capital" - e a era do capitalismo como uma ecologia mundial de poder, capital e natureza. (MOORE, 2016, p. 6)

Mais recentemente, em 2017, Moore esclarece que o Capitaloceno não é para culpar àqueles um por cento da população de mais ricos do mundo e colocá-los como únicos culpados pela grave crise ambiental que passamos a conviver, mas também, não é para excluir a culpa deles, pois, eles têm sim uma grande parcela de culpa nessa crise ambiental, por conseguinte, a combinação de poder, domínio/exploração da natureza e acumulação infinita de capital são, então, uma forma de esclarecimento histórica da devastação provocada pelo capitalismo e, dessa forma, o Capitaloceno se pergunta como a combinação perfeita entre a busca incessante pela acumulação de capital, a busca pelo poder e pela co-produção da natureza, agiram de forma conjunta, de forma orgânica e em constante desenvolvimento.

Para Moore (2017, p. 187) a dinâmica do capitalismo está de forma disseminada na vinculação/relação com o dinheiro e na relação de compra e venda, na comoditização de tudo “mas há uma esfera de poder mais ampla que trabalha para absorver os *Four Cheaps* - trabalho, energia, matérias-primas e alimentos - que sustentam a produção e a reprodução ampliada de mercadorias”, ou seja, tudo está sendo comercializado e, para isso, se aplica a dinâmica capitalista de produção, melhor dizendo, na busca incessante de ganhos de produtividade nestas quatro esferas, entretanto, tal modelo, está passando por dificuldades, ou seja,

o modelo Barato de Alimentos - baseado na produção de mais e mais calorias com menos e menos tempo de trabalho. É um modelo que está se desintegrando porque chegamos ao momento em que o mercado dos comuns atmosféricos está suprimindo o crescimento de produtividade nas quatro grandes plantações de cereais do mundo. (MOORE, 2017, p. 177)

Ainda consoante com Moore (2017), a desintegração deste modelo, está se dando em função da extenuação da natureza barata e isso, é uma consequência das mudanças climáticas. Prosseguindo com Moore (2017), estas mudanças climáticas são de efeito global com consequências imprevisíveis, irreversíveis e não lineares e, tais efeitos, já são possíveis de serem observados pelo modelo capitalista agrícola de

produção de alimentos com a necessidade de mais e mais áreas destinadas ao cultivo mesmo com ganhos constantes de produtividade na mesma área cultivada.

Em conformidade com (MOORE, 2017, p. 177), “a essência do capital no mundo moderno é que ele produz mais capital do que pode reinvestir de maneira lucrativa. Esse é o problema do capital excedente” que, está sendo desafiado por movimentos agrários de produção exteriores ao modelo intensivo capitalista e, também, por movimentos que buscam justiça alimentar.

Na opinião de Moore (2017, p. 178), por sinal ele é categórico ao afirmar que, “claramente, estamos em um momento de mudança fundamental na história do capitalismo e na história do sistema climático” e que estamos vivendo os momentos finais da era holocênica que, fora caracterizada pela constância climática e, estamos adentrando em uma nova era climática, o Antropoceno, que é marcada pela ação do Homem e suas crises ambientais que, estão sendo aprofundadas, pelo Capitaloceno, ou seja, “A era do Capital”.

Moore (2017) se pergunta se o capitalismo seria capaz de sobreviver às crises ambientais e quais seriam as condições que ele encontraria para reproduzir as suas condições de ganho a acumulação? A resposta é que:

Uma resposta convincente começa por reconhecer quão dependente o capitalismo tem estado nas fronteiras da natureza barata: os lugares onde comida, energia, matérias-primas e trabalhadores podem ser desenhados gratuitamente ou a baixo custo. [...] De alguma forma, é mais fácil denunciar a degradação ambiental, a produção em massa da violência e genocídio, a dinâmica da dominação, do que ver, como cada um desses momentos estão ligados ao sistema da Natureza Barata e à infinita acumulação de capital. Mas isso não vai acontecer. (MOORE, 2017, p. 178-179)

E, sendo assim, ele está em uma constante busca de novas oportunidades que geram um boom econômico e depois uma crise se instala então, ele avança para novos complexos produtivos, para novas fronteiras agrícolas que, precisam ser mais produtivas do que as anteriores e o ciclo se repete constantemente então, para Moore (2017, p. 181), “Os capitalistas não querem assumir o custo de criar famílias, de reproduzir a sociedade e de reproduzir campos ou florestas” continua (MOORE, 2017, p. 179) afirmando que o sistema capitalista é muito poderoso e que ele não quer manter separados o social e o ambiental “porque as questões de como o capital funciona, como o capitalismo destrói a vida e como a modernidade exige violência

racializada, de gênero e colonial são interpenetradas” é um sistema em que o grande não cai, não assumem suas responsabilidades, são muito grandes para quebrar e, sendo assim, o Estado acaba sendo influenciado a socorrer em nome da geração de empregos, do custo social, da geração de divisas, ou seja, e de acordo com (MOORE, 2017, p. 181), “o capitalismo é um sistema de natureza cara e os capitalistas estão sempre inventando novas maneiras de evitar pagar suas dívidas” assim sendo,

No futuro previsível - na verdade, enquanto houver sociedades humanas na Terra - haverá botes salva-vidas para os ricos e privilegiados. Se a mudança climática representa uma forma de apocalipse, ela não é universal, mas desigual e combinada: a espécie é tanto uma abstração no final da linha quanto na fonte (cf. MALM, 2013b; MALM & ESMAILIAN, 2012 apud MALM & HORNBERG, 2014, p. 05-06)

Na visão capitalista, a tecnologia irá resolver todos os problemas ambientais existentes e os que estão por vir, entretanto, Moore (2017, p. 183), entende que a própria história dos avanços tecnológicos e do capitalismo é que, “estão fundamentalmente enraizadas na exploração do trabalhador pelo capitalista. A história da tecnologia e dos recursos é uma história das lutas de classes entre burgueses e proletários” e, conseqüentemente, o que tem sido observado nos avanços tecnológicos na agricultura é, algo nunca visto antes, porém, tais avanços tecnológicos no *agribusiness* se devem a apenas um único esforço, isto é, e na perspectiva de Moore (2017, p. 199-200), “[...] a tentativa de restabelecer a acumulação de capital com base na produtividade estagnada” que desde 1990 esta quase estagnada na Europa, América do Norte e na Índia, mais especificamente no estado do Punjab, via a utilização da agrobiotecnologia e seus produtos tóxicos.

A acumulação de capital existente se deve ao capitalismo dos séculos passados e, o capitalismo de hoje, na visão neoliberal, acabou provocando muito mais miséria do que acumulação de capital, entretanto, se faz importante mencionar, que os avanços tecnológicos no mundo neoliberal, acabaram por reorganizar o estado da natureza barata, pois, no entendimento de (MOORE, 2017, p. 199), “os preços dos alimentos caíram, os preços do petróleo se estabilizaram depois de 1983, os custos trabalhistas foram revertidos através das ofensivas da classe capitalista em todo o mundo”.

Para Moore (2017), mais recentemente, nos últimos 40 anos ocorreram decréscimo na produtividade do trabalho e, posteriormente, houve um estancamento da produtividade, não somente na indústria, mas também na própria agricultura, esta, por sinal, em decorrência das mudanças climáticas e suas instabilidades. Continua Moore (2017), a ecologia no mundo tem como fonte principal a organização humana e, neste caso, deve-se incluir o sistema capitalista, já que, ele próprio é fruto da organização humana,

Isso é o que chamei de valor negativo: uma ideia que busca captar as maneiras pelas quais os pontos de inflexão do sistema planetário estão envolvidos com o impulso histórico de acumular capital e extrair mais trabalho / energia dos humanos e do resto da natureza. O valor negativo é uma maneira de conectar o "interior" - a ecologia do capitalismo - e o exterior, a teia da vida como um todo. (MOORE, 2017, p. 185)

Moore (2017) nos diz que, a resolução de problemas sociais e na natureza, não podem mais serem corrigidos com a utilização das antigas fórmulas, os antigos métodos e conceitos voltados a ideia produtivista e que, o Valor Negativo, abrange justamente as formas de vida e de política que não são resolvidas através de conceitos de distribuição da natureza, pois, isto estaria recolocando a natureza dentro do conceito capitalista, ou seja, novamente sendo avaliada como um recurso produtivo.

A nossa atenção é chamada por Moore (2017, p. 201) ao afirmar que, “o perigo hoje é que o capital global e as forças do império continuem a se comportar como se o valor negativo não existisse”. No entendimento de (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 711), se faz necessário um grau de autonomia aos pesquisadores, negada pelo sistema capitalista, para que estes possam desenvolver suas pesquisas científicas estudando as pessoas, chamado por ele de objetos, e suas formas de relação uns com os outros e,

Consequentemente, os humanos responsáveis pelas organizações tornam-se mais bem equipados para apreciar a ideia de que precisam não apenas entender como os objetos estão relacionados uns aos outros no sistema de produção, mas também entender a capacidade de todos os objetos para surpreender o sistema de produção com sua agência inerente. (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 711)

O sistema capitalista acaba por “castrar” a agência das pessoas com suas normas e padrões de comportamento organizacional e, para Heikkurinen et al. (2016), a única forma de se saber das qualidades que estes “objetos” tem seria evitando as instrumentalizações que foram impostas pelo sistema, ou seja, ao se instrumentalizar os objetos, estariam se colocando como se fosse um mero observador que procura e recompensa as qualidades objetivas, produtivas desse objeto, deixando de lado todas as outras qualidades subjetivas, melhor dizendo, seus valores, seus sentimentos e etc., e, de acordo com (PURSER et al., 1995 apud HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 712), os “sentimentos subjetivos como os valores, de fato, desempenham um papel central na ontologia ecocêntrica que não é dominada ou limitada pela racionalidade instrumental”.

Para poder entender o sistema capitalista que coloca toda a Natureza para trabalhar, na opinião de (MOORE, 2017, p. 186), “quando digo Natureza, quero dizer Natureza com maiúsculas, como uma abstração real, vivida, através da qual as estruturas de capital e poder se fundem com as estruturas do sentimento” e, sendo assim, primeiro devemos levar a sério a palavra trabalho e suas inter-relações, conseqüentemente, devemos canalizar a forma como pensamos o capitalismo na Teia da Vida, fugindo dos estereótipos de produção, consumo e dos indivíduos, por conseguinte, sem autonomia, os objetos não tem capacidade de se desenvolverem e atingirem toda a sua capacidade e, em consonância com (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 711), ao afirmar que,

Percebendo que os objetos não são substitutos de outros objetos e não podem ser reduzidos a nenhum outro objeto, a qualidade da singularidade torna-se acessível e, quando os objetos são revelados unicamente em um horizonte de tempo e lugar específicos, exige que a teoria e a prática respeitem e adotem sua excepcionalidade, incluindo transformação, mudança, decomposição e morte, isto é, também a vulnerabilidade e fatalidade dos objetos. (HEIKKURINEN, et al. 2016, p. 711)

A vulnerabilidade e a fatalidade estão presentes na Teia da Vida e muito distante de se reduzir tudo ao trabalho, devem-se identificar as conexões fundamentais da vida e do trabalho por intermédio das estruturas formais de trabalho remunerado que, no entendimento de (MOORE, 2017, p. 183), “[...] dependem fundamentalmente de outras formas distintas e não menos reais de trabalho pelos

humanos e o resto da natureza”, dessa forma, entraríamos no terreno da mais valia, do *surplus*, do ganho excedente que fora materializado por meios extras econômicos, ou seja, por meio da acumulação via expropriação.

Na percepção de (HEIKKURINEN et al. 2015, p. 710), “o capital humano é, ele próprio, uma transformação física dos recursos naturais que vêm do capital natural” que, sendo manuseado pela lógica do Capitaloceno, do qual estamos inseridos pois, esta Era do Capital, o Capitaloceno, transformou o modo de produção, revolucionando a escala produtiva, entretanto, como consequências, os alcances dos problemas ambientais saíram de sua localidade para uma globalidade,

Além disso, as ações humanas podem muito bem constituir a pressão evolucionária mais importante da Terra. O desenvolvimento de diversos produtos, incluindo antibióticos, pesticidas e novos organismos geneticamente modificados, juntamente com o movimento de espécies para novos habitats, a colheita intensa e a pressão seletiva de altas temperaturas do ar resultantes das emissões de gases de efeito estufa, provavelmente alterarão os resultados evolutivos. (LEWIS & MASLIN, 2015, p. 172)

No entendimento de (STEFEN et al. 2015; MACE et al. 2014; DIRZO et al. 2014 apud MOORE, 2016, p. 1), o planeta terra está doente, gravemente doente por que, as “pressões humanas” estão empurrando as condições de estabilidade da biosfera - clima e biodiversidade acima de tudo - para o ponto de ruptura”, já que, é visível, perceptível, que as condições climáticas estão se transformando de forma rápida e fundamentalmente.

As crises ambientais e, por conseguinte, econômicas e sociais, estão surgindo e se apresentando, entretanto, ao se falar de crise, na opinião de (MOORE, 2016, p. 1), “é muitas vezes difícil de entender, interpretar e agir já que crises, não são facilmente entendidas por aqueles que vivem através delas”, e as crises ambientais, a proposta de uma nova era geológica, o Antropoceno, são similares a uma gravidez. Sabemos que uma nova vida está se formando durante as 40 semanas de gestação, hoje, em decorrência dos avanços tecnológicos, podemos saber o sexo do bebê e até a sua saúde intrauterina, entretanto, este novo ser, não tem personalidade jurídica, não “existe” legalmente, enquanto não houver o parto e, assim será sobre o Antropoceno podendo ser muito tarde para a vida humana.

4 – COLONIALIDADE

Antes de iniciar esta pesquisa falando sobre a descolonialidade, se faz necessário, uma breve e incompleta introdução sobre a colonialidade e suas diversas formas de existir, como a colonialidade do Poder, do Saber, do Ser e do Bem Viver. A história da humanidade, de tempos em tempos, passa por períodos de colonização, ou seja, por períodos em que uma cultura passa a ser àquela dominante, hegemônica, verdadeiros impérios e acabam impondo os seus modos de pensar e agir e assim,

[...] Diversos impérios deste tipo existiram continuamente em diversas partes do mundo em qualquer momento histórico. A centralização política de um império foi ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. Sua força reside no fato de que ela garantiu fluxos econômicos das periferias para o centro por meio da força (tributo e taxaço) e de vantagens comerciais monopolísticas. (WALLERSTEIN, 1975, p. 15 apud WOOLF, 2014 p. 169)

Apenas para mencionar alguns exemplos históricos de impérios que nós, enquanto humanidade, tivemos ou fomos submetidos: O Império Romano na Europa e África (WOOLF, 2014); o Império Bizantino e Persa no Oriente Médio (CASTRO JÚNIOR, 2017); o Império Português na África, Ásia e América do Sul (SIQUEIRA, 2009); o Império Espanhol na América Central e do Sul (ROSA; DEVITTE, MACHADO, 2012); o Império Britânico em todos continentes (PASSETTI, 2016); o Império Francês na América do Sul e África (RIBEIRO, 2010) e o Império Americano com diversas ilhas e bases militares ao redor do mundo (HURRELL, 2005).

Consoante com (MIGNOLO, 2017, p.18) “As línguas que não eram aptas para o pensamento racional (seja teológico ou secular) foram consideradas as línguas que revelavam a inferioridade dos seres humanos que as falavam”, ou seja, os países colonizadores consideravam as línguas locais de segunda categoria e exigiam que estas não fossem utilizadas como a língua oficial. Mignolo (2017) continuou sua explicação deixando evidente que os países dominados deveriam aceitar a sua condição de inferioridade frente ao dominador e que as pessoas desses países eram tratadas como de segunda classe/categoria, como a de um senhor e seus criados ou escravos sobrando apenas a resignação.

Tendo em conta Woolf (2014), ao afirmar que, o motor da história, permanecia restrito ao centro dominador e que as populações dominadas, chamadas de periféricas, seriam apenas reativas, passivas ou, pior ainda, ficariam desprovidas de sua própria história e submetidas aos estados de poder.

Mas o que torna a atual colonialidade americana diferente das demais colonialidades e impérios que existiram em nossa história humana? Nos explica Woolf (2014) ao dizer que, seria um sistema-mundo, ou seja, uma unidade em que haveria apenas uma única divisão do trabalho com diversos sistemas culturais espalhados nas populações existentes, mesmo nos mais longínquos cantos e comparativamente estáveis entre si. Continuando com Woolf (2014) ele cita e explica as diferenças entre os sistemas que existiram antes e depois do capitalismo, ao utilizar Wallerstein (1975), para isso, quando este faz a distinção entre dois tipos de sistema-mundo, aqueles politicamente unificados, chamado de impérios-mundo e, aqueles dependentes exclusivamente de laços econômicos, chamado de economias-mundo e,

A maioria das economias-mundo foi rapidamente convertida em impérios-mundo por meio da expansão de um dos grupos dominantes naquela região. O capitalismo é especial porque ele representa a primeira economia-mundo estável, um sistema-mundo unido por uma única lógica econômica, mas governado por multiplicidades de Estados nação. (WALLERSTEIN 1975, p. 15 apud WOOLF, 2014, p. 167)

O que vimos nascer, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi uma nova superpotência, um novo sistema-mundo na definição de Woolf (2014), ou seja, os Estados Unidos da América, que passa a ser o principal representante hegemônico do capitalismo por ter experimentado um grande crescimento econômico durante o período da Segunda Guerra mundial, trocando as antigas potências, ou seja,

[...] Se no passado a influência hegemônica era francesa, com o desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial o eixo exportador das influências científicas, culturais, econômicas e militares passam a ser os Estados Unidos. A lógica do império norte-americano inclui a subordinação integral dos países periféricos, e mesmo economicamente desenvolvidos, às dinâmicas do centro de poder mundial. (SANTOS, 2015, p. 60)

As dinâmicas utilizadas pelo centro do poder, para dominação ou colonialidade não precisam, necessariamente, do uso da força. Ela pode ser e passa a ser absorvida por outras sociedades de forma não violenta ou até mesma pacífica e desejada, mas, para que isso ocorra se faz necessária a utilização de argumentos ou frases de efeito, que tenham grande poder de convencimento e de aglutinação, como por exemplo, *American Dream*, Líder do mundo livre; *American way of life*; Paz e amor e etc., e assim, passa a demonstrar o seu avanço socioeconômico, passando a ser desejado por outras culturas, conforme afirma Artese (2018, p. 45), “O discurso difundido massivamente constitui um elemento primordial para a construção da hegemonia política e ideológica-cultural...”.

A centralidade do poder nos Estados Unidos deveu-se ao fato de termos passado, àquela época, pela Segunda Guerra Mundial com suas consequências para a Europa e Mundo e assim, ter “argumentos” com poder de convencimento sobre os demais países. Consoante com Therborn (1987), tais argumentos estavam baseados em quatro formas, a saber: a) Utilização de oradores com ótima capacidade discursiva e boa divulgação; b) A escolha de um assunto ou tema de importância e que possa ser causador de “identidade” para àquela comunidade ou população; c) A utilização de exemplos passados e atuais que possam endossar essas ideias como sendo boas; d) Convocação para agir em situações que sustentem tais ideias, mas que possam incluir as consequências advindas deste ato separatório.

Apenas para mencionar alguns exemplos de instituições que foram criadas no pós-guerra e estão localizadas nos Estados Unidos, que reforçam o simbolismo do centro do poder mundial em todas as esferas da vida em sociedade que temos hoje, conforme segue. A (ONU) Organização das Nações Unidas (XAVIER, 2007) que objetiva assegurar a paz mundial e o desenvolvimento dos países membros, temos também a (OIT) Organização Internacional do Trabalho (XAVIER, 2007) que, como ela mesma se intitula, é direcionada para as leis mundiais do trabalho, na ordem econômica foi criado o (FMI) Fundo Monetário Internacional (PULCHERIO, 2015) com o objetivo de alavancar recursos “mais baratos” para seus membros e, por último, o (BIRD) Banco Internacional para a Reconstrução (PEREIRA, 2014) que passou a ser chamado de Banco Mundial.

A única exceção foi a (OMC) Organização Mundial do Comércio (ITAMARATY, 2018) que têm sua sede na Suíça e que foi criada em 1995 e, como ela mesma se

intitula, é responsável para regular as relações comerciais internacionais. Desde à época da criação destes organismos internacionais, o mundo passou a viver sob a égide de uma nova superpotência econômica, bélica e única nação nuclear além, é claro, da atração de corpos e mentes intelectualizados que foram formados/criados/desenvolvidos em outros países pois

O colonialismo envolveu a violência maciça em todos os lugares, mas também exigiu uma força de trabalho intelectual para operar o que Mudimbe (1988) chama de “estrutura colonizadora” – controlando o espaço, integrando a economia e mudando a mente dos nativos. (CONNELL, 2017, p. 92)

No entendimento de Mignolo (2017) o que diferencia o colonialismo histórico da colonialidade vivida pelas sociedades modernas é um padrão colonial de poder que se “esconde” em uma complexa retórica da modernidade com suas promessas de salvação, progresso para todos e de felicidade que justificaria a colonialidade imposta. Ainda prosseguido com Mignolo (2017) as palavras modernidade, colonialidade e descolonialidade, que são palavras distintas, acabam por representar apenas um conceito, ou seja, representam ou representa um conjunto de relações de poder que não é simples, mas, ao contrário, é complexo e com suas origens no pós Segunda Guerra com os Estados Unidos e assim

[...] a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000, p. 342 apud, BALLESTRIM, 2013, p. 101)

Essas relações desiguais foram, com base na opinião de Campos (1999), representadas pelos movimentos de liberdade sexual, da mulher no mercado de trabalho, dos negros e seus direitos civis e etc., ocorridos durante os anos de 1980 e 1990 e, em consonância com (SATO, 2000; AMORIM, 2012; BALESTRIM, 2017), além da própria expansão hegemônica capitalista, liderada pelos Estados Unidos que se inicia no pós-guerra, mas se confirma e se firma nos anos de 1990 com o fim da

Guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética no ano de 1991, foram movimentos que reforçaram tal domínio e as desigualdades entre os regimes.

Até então se falava mais em colonização e não de colonialidade. A colonialidade, na visão de Mignolo (2010), entende que o poder e a sua matriz colonial fazem parte de uma estrutura complexa de níveis entrelaçados e que, essa nova forma de colonialidade, engloba vários tipos de controle em vários campos da vida em sociedade como, por exemplo, o controle sobre a economia, da autoridade, dos recursos naturais, do gênero e da própria sexualidade e também o controle da subjetividade, do conhecimento adquirido e pesquisado pelas instituições de ensino.

Este entendimento das diferenças entre colonização e colonialidade também é compartilhado por Almeida (2011) quando afirma que a colonização e colonialidade são coisas distintas, entretanto, há uma lógica estruturada em certo momento histórico, mais exatamente, a partir do século XVI e que, acaba impondo uma nova forma de controle, de dominação e exploração, interligando frentes distintas, ou seja, conectando a conquista de novas terras, sua formação racial e o controle da força do homem para o trabalho e para a produção de conhecimento.

A colonialidade, no entendimento de Almeida (2011), está se reproduzindo em duas dimensões: a do Poder e do Saber, para Maldonado-Torres (2008) temos a terceira dimensão, chamada de colonialidade do Ser e, por último, o Bem Viver, é mencionado e tratado por Mignolo (2007) e Walsh (2012).

4.1 - O PODER

A definição de Estado para Althusser (1980) é a de que ele é constituído por diversos aparelhos e que estes Aparelhos de Estado (AE) são formados pelo Governo, a Administração, o Exército, Polícias, Tribunais e etc., os mesmos, são também Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) já que agem em conformidade com a ideologia dominante e, como exemplo de AIE, podemos citar os aparelhos: religioso, escolar, familiar, político, sindicatos, meios de informação e os meios culturais. Prossequindo com Althusser (1980) este ainda argumenta que a classe dominante é a que detêm o controle dos Aparelhos de Estado (AE) e, por conseguinte, exerce sua implantação ideológica via leis, decretos, base curricular e etc., então, na opinião do mesmo

(ALTHUSSER, 1980, p. 49) “[...] a partir do que sabemos, nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado”.

Em harmonia com Foucault (1988) ao escrever sobre o poder afirmando que ele não é alguma coisa que se possa comprar ou mesmo compartilhar, não seria tampouco, algo que se possa guardar e que se possa deixar escapar, é algo exercido tendo inúmeros pontos de partida e no meio de relações desiguais e móveis que induzem a estados de poder, continua Foucault:

[...] com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações. (FOUCAULT, 1988, p. 90)

Para a obtenção e execução do poder, ainda consoante com Foucault (1988), ele afirma que não há poder sem que se tenham uma série de objetivos e alvos e que estes, não são resultantes da escolha de uma pessoa, de forma individualizada, mas sim, de uma combinação aleatória de pessoas em busca pelo poder e que se alto sustentam nessa busca, que se apoiam e trabalham em forma de conjunto.

No entendimento de Ribeiro (2008), tanto as ideologias como as utopias estão e são relacionadas ao poder já que elas disputam as formas de interpretação do passado ou do futuro. Continua Ribeiro (2008) relatando que há uma luta pela implantação da hegemonia que irá estabelecer certas visões retrospectivas (ideologia) como também prospectivas (utopia) da verdade e da ordem natural do mundo. Essa verdade e ordem natural do mundo deram-se pela visão eurocêntrica de sociedade liberal, ou seja, esse modelo de organização social, essa modalidade de vida civilizatória,

Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a ideia de *modernidade*, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz

(“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (LANDER – 2005, p. 26)

Portanto, a visão eurocêntrica, organiza o tempo e espaço para todo o mundo partindo do ponto de vista de sua própria experiência e acaba por impor-se como padrão referencial superior e universal aos demais. Para Lander (2005) as outras formas culturais existentes nos demais países e lugares, as inúmeras formas de conhecimento, de organização da sociedade, são classificadas e transformadas em algo carente, incompleto, primitivo, rudimentar, tradicional, ou seja, pré-moderna.

Toda essa forma de pensar e agir, toda essa ideologia, fora construída ao longo do tempo para manter e atender interesses próprios da manutenção do poder histórico, econômico e cultural e, em conformidade com Mészáros (2004), os interesses da ideologia dominante são os de manutenção do status quo em que as desigualdades sociais já estariam enraizadas na sociedade e assim, mantidas sem grandes questionamentos.

No entendimento de Martínez et al. (2010-2011) ao explicar como as desigualdades de poder na Europa foram se acentuando quando, as dívidas contraídas com os empréstimos (Liberty Victoria Loan) em 1918, não foram perdoadas de seus pagamentos pelos americanos, e as duas grandes guerras mundiais e a consequente destruição e reconstrução da Europa, criaram as condições para que os Estados Unidos se fortalecessem economicamente, criando as bases para se tornarem a superpotência atual. Outra medida americana foi a elevação de barreiras alfandegárias dos produtos importados encarecendo-os e dificultando o comércio Europeu e sua recuperação, fortalecendo os produtores americanos assim, como também,

[...] outro de seus feitos importantes foi o investimento que os Estados Unidos realizam na Alemanha, desta forma criou um sistema triangular, onde eles investiam na Alemanha, que por sua vez utilizavam parte deste dinheiro e pagavam as dívidas com os países aliados e estes pagavam suas dívidas com os Estados Unidos (MARTÍNEZ et al. 2010-2011 – p. 10)

As condições histórico-econômico-culturais começavam a se estruturar para a implantação e implementação de sua ideologia dominante que, segundo (BOSI 2010, p. 11) “a ideologia é sempre modo de pensamento condicionado, logo relativo”, ou

seja, continuando com Bosi (2010), é uma hipótese flexível mas pode endurecer sempre que algo transponha a faixa estreita que a separa de um outro pensamento, que seja determinista.

No entendimento de Pulcherio (2015) ao falar sobre a economia política ele indica que, deve-se compreender não só o seu escopo, o impacto do poder e a sua autoridade representativa, mas também a sua fonte de poder, que pode ser a sua riqueza, a sua autoridade moral, a força e etc., entretanto, há uma diferença entre poder relacional e poder estrutural. O poder relacional, na visão de Pulcherio (2015), seria a capacidade de influenciar o outro a realizar algo atendendo aos interesses próprios de quem o influencia, já o poder estrutural seria,

[...] o poder de organizar e determinar as estruturas da economia política global dentro das quais outros Estados, suas instituições políticas, empreendimentos econômicos e (não menos importante) cientistas e outros profissionais terão de operar. [...] Não se trata apenas de estabelecer a agenda de discussões ou desenhar [...] os regimes internacionais de regras e costumes que devem governar as relações econômicas internacionais. (STRANGE, 1988, p. 24-25, apud PULCHERIO, 2015, p. 15)

No entendimento de Martínez et al. (2010-2011) as relações econômicas internacionais passam a serem reguladas com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em 1944 e assim, na opinião de Bendrath & Gomes (2012), um sistema de regras públicas foram criadas que passa a regular as relações financeiras entre os diversos países participantes do FMI e do Banco Mundial, ou seja, os países que desejassem recursos financeiros do FMI ou do Banco Mundial, deveriam se adequar às regras estruturais previamente estabelecidas. Diante disso, não existe, para países livres e independentes, poder relacional diretamente exercido, mas sim a necessidade de adequação à estrutura criada para a utilização dos recursos financeiros disponíveis e assim,

[...] o poder estrutural, é definido resumidamente por Strange (1988, P25) como o poder de definir como as coisas devem ser feitas e como o deve ser o arcabouço no qual os países se relacionam entre si, com outras pessoas ou com empresas. [...] Julgamos a noção de poder estrutural, portanto, mais adequada para a compreensão do poder exercido pelo FMI (e através dele) do que a noção de poder militar, econômico ou político separadamente. (PULCHERIO, 2015, p. 15)

Em conformidade com Bendrath & Gomes (2012) os Estados Unidos, além das credenciais econômicas e militares, tinham a capacidade e a necessidade de colocar a direção política dessa nova organização e, sendo assim, nomeava a direção do Banco Mundial enquanto os Ingleses nomeavam a direção do FMI, conseqüentemente e, com a prerrogativa de ajustes na economia global, ficam-se evidenciados quais são os países líderes e os países liderados, sendo assim, estão

[...] intimamente relacionados o poder político, o poder comercial, o poder sobre a produção e o poder sobre a disponibilização de capital, podemos perceber que as autoridades que detêm o poder político para delinear as linhas condutoras do FMI vão influenciar a liberdade de ação dos Estados que precisarem dele economicamente. (PULCHERIO, 2015, p. 15)

Na concepção de Artese (2018), os meios de comunicação acabam exercendo uma forte influência nas pessoas e, por ser o meio de comunicação hegemônica acabam por inculcando às pessoas, outros valores, outras crenças, outros códigos de comportamento que farão que estas pessoas, que esta sociedade, acabe por desejar se integrar à cultura dominante economicamente.

Conseqüentemente, na opinião de Martínez et al. (2010-2011), logo após a II Grande Guerra, os americanos, via a utilização da sua Agência de Inteligência (CIA), promoveram uma massiva aculturação da Europa ao seu modelo, com a utilização da classe intelectual e sindical que, naquele momento, estavam se inclinando ao comunismo na França e na Itália.

A CIA, de acordo com Martinez et al (2010-2011), aliciava autores e escritores que seguiam a linha americana de pensar e os patrocinava com a realização de eventos culturais, congressos, feiras e exposições, musicais de jazz, ópera, festivais de teatro, concedeu inúmeras bolsas de estudos e pesquisas e etc., além de financiar jornais que tinham cunho anticomunista e, evidentemente, pró América e, dessa forma, expressavam um quê de liberdade que o regime de caráter comunista não oferecia.

Na opinião de Ribeiro, (2008, p. 120) “quem fala, para quem, através de que mídia e em quais circunstâncias construídas, são elementos vitais de qualquer processo de comunicação” e assim, por estarem vivendo momento conturbado da Guerra Fria, e na perspectiva de (BOSI, 2010, p. 14) “os períodos de crise cultural

engendraram a suspeita de que pode não ser verdadeiro ou justo o sistema de valores que “toda gente” admite sem maiores dúvidas”.

Para Mészáros (2004), deve-se acentuar que o poder da ideologia dominante Norte Americana e Europeia é tão grande e abrangente que extrapola a noção de força esmagadora material e militar, para além dos instrumentos políticos e culturais incutidos nos demais. Ainda no entendimento de Mészáros (2004), as classes dominantes têm vantagens por criarem uma mistificação, privilégio exclusivo da classe dominante, em que as massas exploradas acabam por serem induzidas a enaltecerem valores e práticas políticas que, na verdade, são prejudiciais a elas mesmas e assim elas configuram, a sua forma de interpretação da realidade em alguma sociedade, conforme explica Therborn (1980 p. 16) “Algo pode ser bom e justo em todos os lugares, em algum lugar, aqui ou em outro lugar” e assim, na percepção de Mészáros (2004), acabam participando na continuidade, na reprodução e aperfeiçoamento nas adequações necessárias às imposições cambiáveis de hegemonia e proveito.

Na percepção de Ribeiro (2008) existe uma relação estreita e muito próxima entre a língua escrita e o poder, já que, o desenvolvimento de Estados e das burocracias só foram possíveis graças a escrita, pois entre outras coisas, foram apresentadas regras de conduta como algo impessoal e, na percepção de Connell (2017), existia a obrigação de se manter a cooperação entre os povos colonizados e, dessa forma, propiciar uma adaptação às novas regras de conduta, a nova cultura que eram transmitidas pelas escolas, igrejas, pesquisadores diversos, imprensa jornalística e cultural enfim, por diversas entidades da sociedade.

Para explicar, exemplificar e até apaziguar as diferenças sociais e, em nosso caso, as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Mészáros (2004), usa a história de Meneius Agripa, que fora um cônsul de Roma muito respeitado e conhecido como homem de opinião muito moderada, que utilizou a seguinte explicação:

cada posto social tem o seu lugar "próprio" no grande organismo, e as fileiras inferiores devem obter sua satisfação da "glória refletida", o que implica que, não importa quão baixo seja esse posto, eles são "igualmente importantes" para o funcionamento do corpo ao qual, inexoravelmente, pertencem.(MÉSZÁROS, 2004, p. 7)

Assim o poder poderia e seria executado mantendo as pessoas indesejadas, não qualificadas, não instruídas em seus lugares de origem, nas palavras de Mészáros (2004, p. 7) “cativas em seu “próprio” lugar””.

Defrontamo-nos com outra realidade apontada por Rist (op. cit., p. 243, apud RIBEIRO, 2008 – p. 121), ou seja, “aqueles com poder não têm interesse em mudanças, não importa que digam o contrário, e aqueles que querem mudanças não têm os meios para impô-las”.

No entendimento de Quijano (2005), a colonialidade do poder, fora estruturada a partir da ideia de raça quando esta estabelece divisões raciais na organização do trabalho, nas estruturas do Estado, na produção do Conhecimento e nas relações Intersubjetivas, no entanto, o conceito elaborado por Bernardino-Costa (2016), vai na contramão desta lógica ao propor um projeto de ruptura, um projeto decolonial, que busca uma romper a estrutura de poder atual através da descolonialidade, que será devidamente explicado.

4.2 - O SABER

A implementação de um colonialismo cultural, na visão de Santos (2017), ocorre nos anos de 1990 com a intensificação das agências de pesquisa localizadas nos Estados Unidos e principalmente, com a determinação da “agenda” de pesquisas a serem realizadas ao redor do mundo, ou seja,

[...] em sentido mais amplo, trata-se de uma nova forma de colonialismo intelectual em que as agências de fomento de pesquisa, as fundações privadas passam a exercer um papel preponderante na determinação e imposição de agendas de pesquisa voltadas para a importação da ciência praticada alhures e a subordinação intelectual de pesquisadores latino-americanos à medida que operam como reprodutores da lógica científica-acadêmica predominantemente produzida nos Estados Unidos da América (SANTOS, 2017, p. 62)

Em função de sua posição econômica-militar-cultural, os americanos passam a ditar os temas de seu interesse, como consequência, há grande avanço na área das ciências biológicas e biomédicas que, de acordo com Lander (2008. p. 43, apud

SANTOS, 2017, p. 63-64), “[...] são o âmbito privilegiado para o estudo das novas formas que está assumindo o processo de produção do conhecimento científico”.

De acordo com Connell (2017), para que a metrópole possa ter essa hegemonia intelectual é ou era necessário algum apoio institucional, que incluem as universidades, que são os centros do conhecimento, mas que serão padronizados ao estilo da cultura dominante. Dessa forma, cria-se nessas instituições, senso comum de que nas outras culturas, ditas inferiores, os saberes adquiridos seriam exóticos, passíveis de censura ou simplesmente descartáveis. Pensamento este reforçado por Santos (2015) ao dizer que: “nota-se que tal subordinação acadêmica-intelectual não se restringe à sociologia ou às ciências sociais. Está em todos os campos do conhecimento, nas artes, na literatura, na filosofia” e que,

Uma análise interessante dessas novas formas de colonialidade no campo do conhecimento é feita por Santiago Castro-Gomez (2006) quando mostra como a política de patentes hoje beneficia os conhecimentos produzidos nos países ricos, definindo e valorizando o que eles próprios consideram como inovação tecnológica, e fazendo com que os conhecimentos e a diversidade dos países periféricos tornem-se propriedades dos países do norte. (ALMEIDA, 2011, Pg. 5)

Quando Santos (2015), afirma que, no passado, tivemos aquilo que ele chamou de colonialismo acadêmico ou intelectual, que era baseado na lógica produtiva do modelo fordista, de uma sociedade de consumo de massas, engessada, padronizada que, no entanto, mudou nos anos de 1990. Continuando com Santos (2015), Tal mudança passou a ser chamada de neocolonialismo acadêmico e intelectual, partidário da ideia econômica chamada de neoliberalismo e da forma de produção fragmentada, segmentada, da sociedade de consumo, ou seja, do modelo produtivo chamado de toyotismo.

Pelo olhar de Santos (2015), o capitalismo evoluiu e passou a ser transnacional, o que é muito diferente daquele da década de 1970 e que cabe à sociologia crítica produzir conhecimento, que seja válido, e que venha a contribuir para a emancipação da América Latina já que, na percepção de Connell (2017), a globalização neoliberal coloca uma interrogação querendo saber quais tipos de inteligências são sustentáveis e autônomos, inseridos neste novo ambiente neoliberal onde há uma grande concentração na produção de conhecimento nos países do Norte.

Aprofundando com a crítica, Connel (2017) relata que a padronização dos currículos pelas universidades públicas e privadas, com a adoção de modelos pedagógicos de ensino e com o acirramento da competição, ou seja, esse conjunto de fatores acaba por enfraquecendo a formação do trabalhador e a sua autonomia no ambiente de trabalho.

Para Wood, Tonelli e Cooke (2011) a padronização dos currículos, dos processos pedagógicos e da formação da mão-de-obra se deram com a introdução no Brasil, do *management ou managerialism* como ideologia na Gestão dos Recursos Humanos (GRH) que, continuando com (WOOD, TONELLI e COOKE, 2011, p. 235) “a ideologia do management permeia os modelos e as práticas de GRH [...], além de prover sustentação para o discurso da colonização”, sendo assim, a implantação de cursos de GRH ocorreu de forma sistematicamente organizada e que,

[...] O primeiro curso totalmente focado em negócios e gestão foi criado em 1954, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Um grupo formado por professores da Michigan State University participou da concepção dos programas acadêmicos. Como parte do projeto, professores universitários brasileiros receberam treinamento nos Estados Unidos. (WOOD, TONELLI E COOKE, 2011, p. 233) (Tradução nossa)

Houve a propagação das escolas de *management* ao estilo americano no Brasil além da facilidade de aceitação destas novas formas de ensino em *management* além de que, segundo Ibarra-Colado (2008 apud WANDERLEY 2015, p. 241) “[...] o fato de autores latino-americanos tenderem a assimilar acriticamente as teorias vindas do Norte, sejam elas *mainstream* ou críticas, em um processo de autoimposição de colonialidade” que se espalhou, assim afirmam Barrios e Piedrahita (2017), nos arcabouços escolares e também em toda formulação das bases acadêmicas de pesquisa aplicada, passando a utilizar o referencial do management norte americano, inclusive para a sua criação e metodização.

No entendimento de Connell (2017) na produção de conhecimento, que também é uma forma de trabalho, entretanto, um trabalho específico, e que essa produção seja feita por um grupo de trabalhadores também específicos em contextos específicos então, esse processo de trabalho, que era estruturado pelo colonialismo está, agora, sendo reestruturado pela globalização e o seu neoliberalismo em que os

“Trabalhadores intelectuais” não são apenas aqueles com doutoramento ou um best-seller. O trabalho intelectual é muitas vezes coletivo; é feito em contextos institucionais que variam de corporações a escolas a igrejas, e pode ser combinado com outras formas de trabalho. Além disso, o trabalho intelectual é moldado em diferentes projetos de formação do conhecimento. (CONNELL, 2017, p. 91-92) (Tradução nossa)

No entendimento de Almeida (2011) a “suposta superioridade”, que serve de justificativa para essa missão, dita civilizatória, do ocidente, no entanto, que subjuga outras culturas e formas de conhecimento adquiridas pelos negros, índios e mestiços e estes, sendo inferiores, são passíveis de exploração e de opressão. Ao Estarmos vivendo em uma economia política global do conhecimento, para (CONNELL, 2017, p. 89), “o trabalho foi dividido de forma global [...] e o papel da periferia é fornecer dados e, posteriormente, aplicar o conhecimento sob a forma de tecnologia e método”.

O papel da metrópole, muito mais nobre, seria o de reunir e processar estes dados e produzir teoria, incluindo metodologias além, é claro, de desenvolver aplicações para estas que, posteriormente, serão exportadas para a periferia na forma de conhecimento pronto, acabado, sendo assim, na percepção de Almeida (2011), uma crítica pós-colonial necessária seria àquela em que apresentaria um grupo ou conjunto de ideias e ações que desfazem a história colonial partindo do ponto de vista do colonizador e se esforça na sua substituição por histórias escritas partindo do olhar do colonizado.

A ideologia colonialista vai impondo a sua colonialidade de forma sistemática, organizada, orquestrada, pois, ao se produzir ou reproduzir conhecimento do ponto de vista do colonialista, estão criando novas gerações com o pensamento colonizado, doutrinado. Tal ideia é muito bem resumida por Wanderley e Faria (2012, p. 225 apud WANDERLEY 2015) ao utilizarem dois pressupostos: “1) conhecimentos são coproduzidos no tempo e espaço pelo contexto e por indivíduos; 2) indivíduos e contextos são coproduzidos por conhecimentos no tempo e espaço”.

Com o passar do tempo e dentro de certos contextos históricos-econômicos-culturais, a colonialidade passa a formar seres humanos com o desejo de “pertencerem” a outro país, a outro lugar, a desejarem coisas, objetos e etc., produzidos pela cultura dominante. Este homem colonizado, moderno é fruto de um sistema de produção que visa acumulação de capital, que impõe uma cultura de

autovigilância, de autocontrole, do comportamento, do agir, ou seja, a colonialidade se utiliza de várias ferramentas, que passam a agir na subjetividade do homem, interferindo na formação do ser.

4.3 - O SER

No modo de produção capitalista, o ser humano, o seu corpo, o seu pensar e agir, teve que ser primeiramente dominado. De Homem livre e conhecedor de todo o processo produtivo passa a ser um executor de tarefas com a Revolução Industrial no final do Século XVIII e, consoante com Mansano & Carvalho (2015), além da obediência física, doutrinária que fora exercida, alguns aspectos subjetivos foram forçosamente incorporados ao trabalhador, entre eles, a exigência de se acompanhar o ritmo da máquina a vapor, de adaptação aos movimentos repetitivos das máquinas, de se cumprir tarefas ditadas por um supervisor.

Inicialmente foi-se necessário a “dominação” do corpo desse homem, torná-lo dócil e a política de subjetivação adotada era a disciplinar e, os trabalhadores, conforme relata Mansano & Carvalho (2015), eram escolhidos de forma cuidadosa e distribuídos em períodos de tempo favoráveis à produção. Esse era o homem no início do capitalismo, entretanto, a utilização da subjetividade nos dias de hoje, age na formação desse homem moderno, capitalista/consumista desse novo ser, passível de ser controlado, dominado, direcionado. Segundo nos aponta Mansano (2009) a nossa vida social deve ser fixa, organizada, que deve ser utilizar de regras e que, somos atravessados em cada tempo histórico, por valores, ideias, sentidos e que,

[...] os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação, enfim, de uma lista vasta que tem como principal característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na vida social. (MANSANO 2009, p. 111)

Da mesma forma, Guattari & Rolnik (1996) acrescentam que a produção de subjetividade não é mais de natureza humana e sim, de natureza industrial, uma natureza modelada, fabricada, consumida. Nesse sentido, a subjetividade está intrinsecamente ligada à infraestrutura produtiva e, da mesma forma que se planta /

produz tomate, com seus derivados como, molhos, extratos, catch up e etc., adicionando produtos químicos para fazer a sua transformação em novos produtos, assim também é nas mães e nos filhos que estas venham a gerar, com a injeção de várias representações que fazem parte do processo de produção subjetiva. Ainda para os autores (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 27), “trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”.

É o que se verifica nos casos em que as potências econômicas pretendem expandir-se pelos países subdesenvolvidos, onde suas atividades são iniciadas por meio de processos de subjetivação, pois, consoante com Guattari & Rolnik (1996), para se ter um controle sobre as diversas realidades sociais existentes, há de se fazer um trabalho prévio, um trabalho de preparação das forças de trabalho quanto do próprio consumidor e, esta preparação prévia, é realizada via meios de comunicação, meios econômicos, comerciais e industriais.

Na percepção de Santos (2015) ele afirma, que nos campos ou áreas mencionadas acima por Guattari & Rolnik (1996), tudo aquilo que acontece ou que venha a acontecer nos Estados Unidos passa a ser adotado como um modelo mundial e que deve ser seguido, copiado e até generalizado aos demais ou de forma espontânea ou de forma impositiva.

A conclusão preliminar é a de que a colonialidade do Ser para Maldonado-Torres, (2008, p. 96) “refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” e, de acordo com Oliveira e Candau (2010) essa colonialidade exercida no ser é realizada com a própria negação de humanidade para os negros africanos e para os índios, durante o período de colonização e que,

O privilégio epistemológico do Ocidente implica que sua realidade é assumida como a realidade que importa. São as suas experiências que se tornam universais e que definem a realidade, não só para si, mas também para os outros. Sua definição se torna autorizativa. O racismo então surge quando a autoridade para definir dá a um grupo étnico o privilégio de classificar as pessoas em termos dos conceitos daquele grupo em particular (SNYMAN, 2007, p. 63-64). (tradução nossa)

Temos então uma “elaboração enviesada” do senso comum e de tradições culturais e, com isso, foi possível colocar em prática a dominação completa de alguns povos sem “ofender” a moral da sociedade dominante, branca, europeia. Estou falando da escravidão do ser humano e, segundo Quijano (2000 apud MALDONADO-TORRES 2008, p. 96) ocorreu de forma que o “carácter preferencial da violência pode traduzir-se na colonialidade do poder, que liga o racismo, a exploração capitalista, o controlo sobre o sexo e o monopólio do saber, relacionando-os com a história colonial moderna”.

No entendimento de Lugones (2010), a pessoa considerada civilizada e até humana por completo era o branco europeu e os demais, os colonizados, eram considerados animais, grotescos, profanos e, sendo assim, passíveis de dominação. Prosseguindo com (LUGONES, 2010, p. 743) “O burguês europeu, colonial, homem moderno se torna o agente, pronto para mandar/ordenar, preparado para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser com mente e razão”²⁸. Continua Lugones (2010) os classificados como não humanos, que seriam os escravos africanos e povos indígenas, seriam espécies animais, selvagens e sexualmente incontroláveis.

Na ótica de Fanon (2008), ele diz que aquilo que diferenciaria o homem branco do homem negro é que o primeiro, não precisa anunciar a sua condição racial, já que ele encarna a concepção universal de homem. Ainda em consonância com (FANON, 2008, p. 27) “Que quer o homem? Que quer o homem negro?” Sua resposta: “O negro quer ser branco, quer ascender à condição do ser”. Transformar esse homem colonizado à condição de ser humano não era um objetivo colonial e, para Lugones (2010), esse processo de transformação, não seria apenas uma transformação de identidade, entretanto, seria uma transformação de substância, de essência.

Em conformidade com Snyman (2007) o racismo não é ou existe apenas na forma epidérmica entre branco e negro, mas sim em uma forma complexa e numerosa, que é contraditória nos discursos, nas práticas discursivas que são contestadas e sempre estão em formação e, em adição. Continua Snyman (2007), a forma de colonialidade do ser, é realizada pela aceitação ou convertimento aos padrões

²⁸ Tradução nossa

religiosos eurocêntricos, ou seja, cristão, e também pela absorção de hábitos, desejos, valores e costumes dos povos colonizadores e assim, acabando por formar um novo ser, um ser quase humano, um sujeito colonial.

Essa elite local, aliada aos desejos coloniais, fez com que, de acordo com: 1º) (LUGONES, 2010, p. 745) “colocou os colonizados contra eles mesmos incluindo repertório de justificativas para abuso da missão civilizadora”²⁹; 2º) (Mignolo 2005:77 apud SNYMAN, 2007, p. 64) “Isto é, aceitar viver sob a colonialidade do ser, narcotizando a ferida colonial, ignorando-a com todo tipo de analgésico”³⁰. Para Lugones (2010), essa missão civilizatória era, na verdade, uma máscara utilizada para se ter acesso e domínio total sobre outras pessoas, sobre outros corpos e, dessa forma, utilizar de todos os meios e formas para a sua exploração física e emocional, quando da utilização da força e do medo, para obter controle sobre estes corpos, chegando ao ponto de alimentarem cães com os corpos dessas pessoas que ousaram não obedecer a suas ordens.

Como transformar “não humanos” em humanos? Para Fanon (2008, p. 34) ao estudar as pessoas das Antilhas Francesas diz que “para tanto, o não-ser buscará usar máscaras brancas como condição para se elevar à condição de ser será tanto mais branco, isto é, se aproximará do homem verdadeiro, na medida em que adota a língua francesa”. Ao utilizar a linguagem do branco para se comunicar o negro antilhano tenta se igualar na condição de ser, mas continua Fanon (2008), a linguagem é uma instituição social que é recheada de valores culturais e que se

[...] observará um processo de escravização cultural do antilhano ao assimilar a cultura francesa. Vejamos alguns exemplos: nas escolas, os jovens negros não paravam de repetir “nossos pais, os gauleses”; as crianças, quando liam histórias sobre os selvagens nas obras dos brancos, logo pensavam no preto que vivia na África; quando compunham redações sobre as férias escolares, adolescentes de dez a catorze anos escreviam: “gosto das férias, pois poderei correr nos campos, respirar ar puro e voltar com as faces rosadas” (FANON, 2008, p. 141).

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

Ora, quando se utilizava da linguagem para se comunicar, o negro antilhano, de acordo com Fanon (2008) evitará ao máximo falar *petit-nègre* e caso o Francês venha a lhe responder em *petit-nègre*, será o sinal de que o negro não conseguiu chegar à condição de ser, ele ainda é um não-ser para o Francês, ou seja, corroborando com esta ideia, Bernardino-Costa (2016) cita o exemplo daqueles que mencionavam a origem de seus pais, aqueles que diziam que pretos eram somente os que viviam na África enfim, toda tentativa de aproximação com o homem branco era negada, desconstruída quando este “ser” encontrava-se com um homem branco que, fazia com que ele retornasse a classificação do não-ser.

Para Maldonado-Torres (2008) ao fazer uma reflexão sobre Heidegger acaba por concordar com sua opinião ao dizer que este ser-colonizado emerge quando o poder e pensamento são transformados em mecanismos que promovem a exclusão e que também o colonizado, não é resultado de um autor ou estudioso, mas sim da modernidade e da colonialidade, em suas diversas formas a saber, a colonialidade do Poder, do Saber e do Ser.

No entanto, (OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p. 17) nos diz que a “modernidade e colonialidade são as duas faces da mesma moeda”. Continua Oliveira e Candau (2010) e foi graças à colonialidade imposta pela Europa, que esta, pode introduzir como modelo único de ciência, modelo universal e objetivo na produção de conhecimento as ciências humanas e, ainda mais, pode descartar todas as demais epistemologias que existiam na periferia do ocidente.

Para Maldonado-Torres (2008) a relação entre a modernidade e a experiência colonial fez com que surgisse o conceito de Colonialidade do Ser e, este surgimento, ocorreu no decurso de conversas entre acadêmicos da América Latina e Estados Unidos como, por exemplo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano. Uma melhor explicação é dada por Maldonado-Torres (2008) quando continua sua explicação dizendo que

Foi com base nestas reflexões sobre a modernidade, a colonialidade e o mundo moderno/colonial que surgiu o conceito de colonialidade do Ser. A relação entre poder e conhecimento conduziu ao conceito de ser. E se, então, existia uma colonialidade do poder e uma colonialidade do conhecimento (colonialidad del saber), pôs-se a questão do que seria a colonialidade do ser Mignolo expressou de forma sucinta a relação entre estes termos ao escrever: (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 89)

A Europa vem aplicando esta lógica ao mundo colonial por séculos, continua Maldonado-Torres (2008) nos falando que, há a ideia de que as pessoas não conseguiriam sobreviver sem as conquistas culturais e teóricas europeias e que, esta forma de pensamento/ideologia, é um dos princípios mais importantes da modernidade.

Juntamente com o conceito de modernidade há o conceito de império, melhor dizendo, o Governo do Império, seja ele qual país for, não tem limites e, na concepção de Maldonado-Torres (2008), a forma conceitual de império acaba por estabelecer uma fronteira geográfica definida e, dentro destas linhas, as regras de governo são postas e exigidas o seu cumprimento e, entre elas e nos dias atuais, a colonialidade do ser é imposta por países com conceitos imperiais de domínio sobre o poder e o conhecimento, ou seja, sobre o saber, que utilizam diversas formas e conceitos para impor-se e manter-se ao longo do tempo no controle.

4.4 – BEM-VIVER

O conceito do Bem Viver não é algo novo para os povos da *Abya Yala*³¹ ou das Américas, na verdade, nos explicam Alcantara & Sampaio (2017), nasce ao Sul da Venezuela e vai até o Norte da Argentina, a chamada região Andina e é decorrente dos povos Quechua e dos Aymara que são povos de línguas pré-colonização espanhola e também de outras línguas, como os tupí-guaraní, que utilizam deste mesmo termo.

O bem viver ou buen vivir é uma tradução de alguns conceitos de povos indígenas e africanos como, nos afirma (WATSON, 2015, p. 147), “por exemplo, Lekil Kuxlejal, de origem Maya Tseltal; Teko Porã e/ou Ñande Reko, de origem Guarani; Sumak Kawsay, de origem Quechua; Suma Qamaña, de origem Aymara; Ubuntu, de origem Banto.”, ou seja, o uso do termo ou conceito do Bem Viver é algo que

³¹ Abya Yala (la denominación Abya Yala para referirse al continente americano, tomando en consideración que las organizaciones e instituciones de los pueblos indígenas han adoptado esa denominación común para referirse a él, recogiendo el nombre que le dio el pueblo kuna, de Panamá y Colombia, antes de la llegada de Cristóbal Colón y los europeos. Literalmente, esa expresión significa tierra en plena madurez o tierra de sangre vital, tierra noble que acoge a todos. (CEPAL, 2017, p. 22. apud PRESTES, 2018, p. 59-60)

transcende um povo, uma localidade específica e/ou se mantinham contato ou ainda se eles se conheciam pois, aquilo que todos os povos originais tem em comum e utilizando como exemplo, os Aymaras e os Quéchuas, desde as traduções e interpretações é um conceito chamado de Sumak Kawsay que,

[...] Na língua Aymara, Suma significa plenitude, sublime, excelente, magnífico, belo e Qamaña significa viver, conviver, estar sendo, ser estando. Portanto, para HUANACUNI a tradução que mais se aproxima de Suma Qamaña é “vida em plenitude”. Na língua Quéchuas Sumak significa plenitude, sublime, excelente bonito, e Kawsay, vida, ser estando e estar sendo. Neste sentido a tradução seria a mesma que na língua Aymara, ou seja, vida em plenitude (MARKUS, 2018, p. 93)

A vida em plenitude ou, utilizando um de seus possíveis sinônimos, vida em abundância era algo comum e desejado em Abya Yala (América) por “ser um símbolo de identidade e respeito pela terra que se habita” (CEPAL, 2017, p. 22 apud PRESTES, 2018, p. 60). Para Watson (2015) mesmo que estes povos falassem línguas diferentes e havendo sentidos únicos, próprios, específicos para cada comunidade, todas estas expressões, tem algum projeto de vida semelhante entre elas, que são contrários ao modo capitalista de ser e agir que apregoa o conceito de Vida Boa.

No entendimento de Alcântara e Sampaio (2017) a pauta de discussão sobre a crise do sistema capitalista e de nossa civilização propõe uma ponderação, uma análise sobre o Bem Viver visto que este, em conformidade com (ALCANTARA & SAMPAIO, 2017, p. 233), “[...] se relaciona a qualidade de vida e remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política, ética”.

Considerando a opinião de Prestes (2018) que faz uma defesa no sentido de deixarmos de lado, de praticar e buscar objetivo de “viver melhor”, este ligado ao modo capitalista de produção e acumulação uma vez que, neste sentido isto seria um projeto de acumulação infinita e, na contramão desta lógica, o Bem Viver, significa o bem estar para toda a sociedade, pois qualquer pessoa não poderia se sentir bem se, toda a sociedade, como um todo, também não estiver bem.

Nos é acrescentado por Lacerda e Feitosa (2015) quando estes nos dizem que existem vários termos cunhados pela modernidade que nos confunde e provoca consequências no indivíduo como também no coletivo. Para os mesmos

pesquisadores (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 10), os termos como: “viver melhor”, “bem-estar”, “qualidade de vida”, e “desenvolvimento humano”, os três primeiros facilmente associados a dicas de saúde física e mental proporcionadas em conselhos médicos, orientações psicológicas, receitas culinárias, etc.”., são termos utilizados para demonstrar que temos problemas que estão relacionados ao nosso estilo de vida, problemas em decorrência das desigualdades econômicas e sociais, problemas de desequilíbrio ambiental provocados pelo padrão econômico vigente, ou seja,

O estilo de vida moderno tem mais a ver com o que poderíamos chamar de mal-viver, para utilizarmos um termo trazido por Tortosa (2011). Um mal-viver marcado por pobreza e exploração, e pelo stress da competição e do consumo, que leva ao adoecimento físico e mental, depreda os recursos naturais do planeta e põe em risco a própria viabilidade da espécie humana. (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 11)

Estudiosos do Bem Viver questionam e se contrariam ao modelo de produção capitalista, a esse modelo consumista de ser e viver, esse modo de desenvolvimento constante e/ou infinito que traz consequências ao meio ambiente e ao homem e, para Prestes (2018), o bem viver não está baseado na lógica capitalista de acumulação, em sua riqueza material, mas sim no bem estar das pessoas e, por bem estar, este conceito se estende a todas as dimensões da vida. Na concepção de Lacerda & Feitosa (2015), o conceito de Bem Viver ou Viver Bem é uma opção de cunho descolonial, colocam ainda existirem formas e alternativas de vida fora dos padrões do “bem-estar”, fora do modelo capitalista e eurocêntrico.

Na percepção de Markus (2018) o Bem Viver é uma proposta política de vida que é muito diferente da visão eurocêntrica que apregoa uma dicotomia entre a natureza e a sociedade. O Bem Viver, no entendimento de Markus (2018) além de uma prática social de origem ancestral das populações indígenas ela traz, ao mundo moderno, ao mundo ocidental, uma nova forma de ver a vida, traz novos paradigmas existenciais, novas saberes, novas doutrinas, teorias, incumbências na relação com o meio ambiente e suas sociedades.

Na visão dos povos originais não existe o conceito eurocêntrico de desenvolvimento contínuo e de superação com objetivos de se alcançar alguma meta de acumulação capitalista, na concepção de Alcântara & Sampaio (2017), essa forma capitalista de produção e de consumo servem apenas para fazer uma separação, uma

divisão da forma que o mundo pode ser organizado. Para os povos ancestrais, melhor dizendo,

[...] para a cosmovisão indígena não há um conceito de desenvolvimento entendido a partir de um processo linear que estabeleça um estado anterior e um estado posterior. De modo que, não há um estado de subdesenvolvimento a ser superado, bem como não há um estado de desenvolvimento a ser alcançado, forçando a destruição das relações sociais e a harmonia com a natureza. No entender dos povos indígenas tampouco há a concepção tradicional de pobreza associada à carência de bens materiais ou de riqueza vinculada ao acúmulo destes. (ACOSTA, 2010 apud PRESTES, 2018, p. 116)

O Bem Viver, ao negar essa lógica capitalista de produção e acumulação, acaba por tratar de outras questões essenciais ao ser humano, são questões objetivas, de subsistência física e da vida, e de cunho subjetivo como o ambiente conservado e harmônico. No entendimento de Prestes (2018) o Bem Viver desfaz a ideologia capitalista de produção e acumulação voltando-se para a satisfação das necessidades propondo que todos os seres vivos, humanos e não-humanos, tenham quantidades e qualidades decentes para suas vidas.

O Bem Viver propõe uma remição à forma que os povos originais / ancestrais viviam e tratavam a mãe terra, propõe uma nova forma de se ver e pregar o desenvolvimento para que possa satisfazer o coletivo e não o individual, que seja mais sustentável e humano. Para (HATHAWAY;BOFF, 2012, p. 476 apud PRESTES, 2018, p. 121), “A comunidade não pode viver bem num ecossistema degradado; de fato precisamos estender nossa noção de comunidade para que ela abrace todas as criaturas bem como o ar, a água e o solo que as sustenta.”

O conceito elaborado por Markus (2018) avança e amplia o conceito de Bem Viver ao afirmar que ele deve promover um Estado inclusivo sendo este, mais acolhedor às diversas manifestações culturais existentes e que, numa vida em sociedade, a interculturalidade e o equilíbrio de poderes são condições que não se pode abrir mão.

Na visão de Lacerda & Feitosa (2015), as incompatibilidades existentes entre desenvolvimento e crescimento levam ao rompimento entre a história e as características culturais dos povos aliás, o sistema capitalista e seu modelo de desenvolvimento e crescimento apregoa que a existência destas culturas e suas

singularidades deveriam ser transformadas em produtos para o consumo e assim, esse reconhecimento das singularidades, acabariam por esvaziar os seus sentidos, suas identidades, transformando-as em aparatos festivos.

Exemplos³² dessa “folclorização e exotismo” não nos faltam é por isso que (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 8) chamam isso de “colonização epistêmica do desenvolvimento”. Nessa colonização epistêmica, ou seja, a colonização do imaginário nos faz ver e perceber os acontecimentos como coisas inerentes e normais ao sistema e modo de vida da sociedade, nos causou danos já que, os mesmos autores, Lacerda & Feitosa (2015), afirmam que a eloquência, entretanto, a verbosidade do desenvolvimento e todo a sua herança negativa de destruição ambiental, degradação humana, violências físicas e subjetivas, são postas como algo inerente ao processo de produção capitalista.

Na compreensão de Acosta (2012), há um afloramento, um renascimento do Bem Viver para providenciar respostas que o sistema capitalista não consegue prover aliás, o Bem Viver, no entender de (ACOSTA, 2012, p. 12) “É tanto uma crítica ao desenvolvimentismo, como um ensaio de alternativas. É um questionamento que abandona a ideia convencional de desenvolvimento e não procura reformá-la. Pelo contrário, quer transcendê-la”.

Em conformidade com Alcântara & Sampaio (2017) estamos vivendo uma crise no sistema, crise que faz com que as pessoas, poucas pessoas, tenham muito acumulado em detrimento de muitos que não tem muito para sua própria sobrevivência. Continuam Alcântara & Sampaio (2017) ao mencionar que estamos não apenas vivendo em uma crise ecológica, mas uma crise do próprio sistema que se manifesta nas mudanças climáticas globais tornando plausível toda a preocupação pela preservação de espaços naturais ou mesmo transformá-los em áreas restritas e, como consequência e de forma concomitante à crise ecológica e ainda,

Ao mesmo tempo, fugindo de extremos climáticos, de guerras, ou de péssimas condições de vida, milhares de pessoas deixam a cada ano o Sul “refugiados ambientais”. Trata-se aqui de uma verdadeira crise civilizatória,

³² [...] Enquanto uma reação da sociedade parece distante, na indústria da música, o modelo consumista irreal e inatingível da “ostentação” é vendido com sucesso aos jovens, em sua maioria, negros de periferia. No crescente mercado da fé, fieis buscam bênçãos divinas traduzidas em prosperidade econômica, ou seja, mais bens de consumo. (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 11)

onde a velha utopia liberal se mostra completamente obsoleta para as demandas de garantia da vida no planeta. (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 9-10)

Estes fatos e acontecimentos são decorrentes do modelo de “viver melhor” que é institucionalizado pelo sistema capitalista de produção e acumulação onde alguns membros da sociedade podem consumir muito mais em detrimento da maioria e causando danos ambientais por conta de suas práticas exploratórias. Qual a resposta para este problema ou situação? No entendimento de (ACOSTA, 2012, p.12), o Bem Viver “se projeta como plataforma para discutir alternativas conceituais, assim como respostas concretas urgentes para os problemas que o desenvolvimentismo atual não consegue resolver”.

O modelo atual não consegue responder já que ele não é verdadeiro em razão de, e em conformidade com Lacerda & Feitosa (2015), a existência de outras culturas, vivendo por séculos em harmonia com o meio ambiente, já seriam suficientes para a inconsistência dos pressupostos capitalistas de acumulação, ou seja, que o crescimento econômico contínuo, do progresso tecnológico e humano e, principalmente, das ideias neoliberais de equilíbrio de mercado, pela lei de oferta e demanda, demonstram por si que, tais pressupostos, são teóricos ou de cunho ideológico.

Nossa atenção é chamada por Costa (2017) ao falar sobre os cuidados com o conceito do Bem Viver, já que vivemos em tempos de disputas diversas que transpassam as definições ideológicas entre direita e esquerda, de movimentos sociais, de movimentos em gestão das populações originais enfim, muitos entendimentos e usos.

Evidentemente que o termo, o conceito do Bem Viver foi formulado, como já fora mencionado anteriormente, pelas experiências das comunidades locais não é um termo geral, universal. Costa (2017) ainda nos alerta para termos cuidado evitando as armadilhas sedutoras, que são colonizadoras, e que procuram dirimir o sentido real, verdadeiro e poderoso, que o termo Bem Viver, conceitualmente carrega,

[...] o Bem Viver – apesar de apresentar um cunho filosófico utópico mais do que uma proposta de mudanças concretas; mais inspiração do que uma revolução no modo de pensar; mais sonho do que realidade –, demonstram, sem dúvida, uma possibilidade de resistência ao modo de vida questionável

predominante da sociedade, propondo um novo arcabouço cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e sustentabilidade. (ALCANTARA & SAMPAIO, 2017, p. 240)

Para Markus (2018), ao relatar o Encontro Intercontinental de Indígenas sobre o Bem Viver, que ocorreu no Equador em 2013, ficou-se definida algumas similaridades, tais como, “[...] a forma de vida onde a natureza, a espiritualidade, a comunidade, a reciprocidade e complementariedade fazem parte”. (MARKUS, 2018, p. 67). Continua Markus (2018) relatando que, dentro das diversas comunidades existentes na América, principalmente no Norte da América, existem diferentes formas de expressão cultural e que têm relação de vida e não apenas de forma comunitária, ou seja, há uma relação de dependência entre seus membros.

No entendimento de Lacerda & Feitosa (2015) essa concepção de comunidade, ou de vida em comunidade apregoada pelo Bem Viver, não se restringe ou se busca o acúmulo de bens. Ela aponta para a colaboração da manutenção do equilíbrio cósmico, ou seja,

Esta concepção aponta para uma forma de organização social comunitária e intercultural, avessa à assimetria de poder, de gênero e de “raça” hegemonicamente presente no mundo moderno ocidental.[...] mas para a satisfação das necessidades coletivas a partir de relações harmônicas e respeitadas não apenas com os outros seres humanos, mas com todos os demais habitantes do planeta (animais, plantas, etc.). (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 17)

Todos os seres vivos e de todas as espécies existentes, estão interligados numa relação de interação e de complementariedade conjunta e, sendo assim, essa dinâmica harmônica precisa ser mantida, algo que o sistema capitalista não preserva ou busca fazer. Os pesquisadores Lacerda & Feitosa (2015) afirmam que o Bem Viver é radicalmente apostado aos princípios da filosofia moderna ocidental que prega o individualismo e não a coletividade.

O Bem Viver é uma utopia, algo que se busca que se quer, que está e é inacabado, em constante formação e aprimoramento, um compromisso com a mudança, ou seja, no entender de Alcântara & Sampaio (2017) há uma relação íntima com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que seria realizada com acesso

a melhor educação, com boas estruturas de proteção familiar, das relações de trabalho, do ambiente em que se está e etc.

Na concepção de Alcântara & Sampaio (2015, 2017) o Bem Viver é uma Utopia, um rumo, um destino, uma condição a ser alcançada já, para Lacerda & Feitosa (2015), também é de caráter utópico, entretanto, algo possível de ser realizado, chocando-se ou opondo-se ao modo antropológico do sistema capitalista para que,

“sempre a utopia será considerada irrealizável”. Uma vez feito, ele se transforma em Topos, e assim "haverá um grupo de pessoas que manterá seu 'sonho' e outras que, quando houver opressão, continuarão com a função utópica de buscar uma sociedade melhor". Assim, "a utopia sempre emerge". (SANTAMARÍA, 2015, p.151, apud LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 15) (tradução nossa)

A utopia do Bem Viver sempre emerge por ter sido desenvolvida sobre dois elementos básicos, definidos por (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 15): “a noção de Pachamama³³ – a chamada “mãe terra” –, e o conceito de Sumak Kawsay ou Suma Qamaña que designam o Bem Viver andino”. Para Markus (2018) a noção de Pachamama se evidencia apenas em lugares onde as rupturas entre o material e o espiritual sejam evidentes, claras e por estarem associadas, conforme (MARKUS, 2018, p. 72) “a um ecologismo em nível internacional, que sempre foi crítico ao capitalismo moderno”.

De acordo com Walsh (2012) a noção da Pachamama ou da mãe natureza como ela o chama, irá fornecer a ordem, o significado, a vida e as relações e ainda mais, em conformidade com (WALSH, 2012, p. 68) “intercalando conhecimento, território, história, corpo, mente, espiritualidade e existência dentro de um quadro cosmológico, relacional e complementar de convivência.”³⁴. Para Markus (2018), a negação do conceito eurocêntrico de universal e a aceitação do conceito de dualidade, da ideia de que as coisas estão ligadas umas às outras, de reciprocidade, não é algo

³³ A palavra Pachamama pode ser compreendida da seguinte forma: “PA viene de PAYA: Dos y CHA que viene de CHAMA: Fuerza. Dos fuerzas cósmico-telúricas que interactúan para poder expresar esto que llamamos vida” (MAMANI, 2010, p. 109). Assim, a compreensão deste conceito é fundamental para entender o mundo, já que, trata-se de um termo com múltiplos significados. Ademais destaca-se que Pachamama é a totalidade daquilo que é visível ao passo que PachaKama representa o que é invisível. PRESTES, 2018, p. 136).

³⁴ Tradução nossa

novo, em fato, é algo muito antigo, é algo que as comunidades andinas vivem, é algo que

Os avós dos povos ancestrais fizeram florescer a cultura da vida inspirada pela expressão do multiverso (multiverso, vem do conceito de que há 'muitas verdades', e não apenas um - universo), onde tudo está conectado, inter-relacionado, nada está fora, mas pelo contrário "tudo é para", a harmonia e o equilíbrio de um e de todos é importante para a comunidade. (HUANACUNI, 2010, p.15, apud MARKUS, 2018, p. 97) (tradução nossa)

O multiverso, a reciprocidade³⁵, para Markus (2018), acaba propiciando trocas culturais, comunicação, solidariedade, aquele contato com a criatura Divina e propicia conhecimento. Qual conhecimento se está falando? Para Walsh (2012), está se falando dos saberes, do conhecimento adquirido e transmitido de gerações a gerações³⁶ através das práticas culturais dos povos ancestrais, daqueles resgatados pelos estudiosos³⁷ e mais, continuando no entendimento de (WALSH, 2012, p. 70) “Sua relevância e importância é tanto para os povos indígenas e afro-equatorianos como para os demais setores sociais, parte de uma nova construção articuladora e interculturadora do conhecimento no pluralismo [...]”³⁸.

Na visão de Markus (2018) deixa muito claro essa ideia do pluralismo cultural, do multiverso, da importância e significado da reciprocidade dado que todas as espécies vivas, humanas e não humanas, ou seja, todos os seres são concebidos com consciência, com sentimentos e sentidos e assim, para as sociedades originais

³⁵ A reciprocidade não é apenas uma atitude moral, mas é um princípio regulador da vida. É uma regra imperativa. Ela perpassa a vida cotidiana, os rituais, os casamentos, e também as formas de produção, consumo e socialização dos bens. (MARKUS, 2018, p. 99).

³⁶ Os saberes ambientais contribuem para manutenção da biodiversidade e derivam em grande parte do saber fazer que se perpetua no tempo, resultado das experimentações e observações individuais ou de grupos. Esse saber fazer, em sua maioria, é domínio dos mais velhos, presumindo-se a experiência acumulada no convívio e troca com o meio onde se vive (Davis & Wagner, 2003 apud ALCANTARA & SAMPAIO, 2017, p. 239).

³⁷ Intelectuais indígenas, mantidos em situação de invisibilidade pelo sistema, conseguiram fazer retornar a concepção do Bem Viver.[...] mas como um projeto de futuro fortemente ancorado em valores ancestrais e em sua experiência de resistência acumulada ao longo de cinco séculos de opressão. (LACERDA & FEITOSA, 2015, p. 14).

³⁸ Tradução nossa

ou indígenas todas as formas de vida estão interconectadas, elas são proporcionais não havendo maior peço para a vida humana do que uma vida animal ou espiritual.

Essa é a lógica do Bem viver, ou seja, uma ruptura epistêmica, uma relação equilibrada do humano com os demais seres vivos, não pode ser baseado na atual concepção cristã, eurocêntrica, capitalista e hegemônica, contudo, tem que ser algo que, na percepção de Lacerda & Feitosa (2015), diferente do capital que é visto como o centro e do regime socialista que o homem é visto como o centro, no bem viver, a vida de todos os seres é vista como estando no centro e, a vida humana não é especial, ela faz parte do todo, ela faz parte da natureza.

Essa mudança de paradigma a ser praticada por nós humanos só será possível com a absorção do conceito de interculturalidade, dessa maneira, permitirá que se mude, de fato, a forma como temos tratado a mãe terra, as pessoas, os seres vivos em geral, pois para Prestes (2018), este é o grande desafio da sociedade capitalista onde a desigualdade é vista de forma normal, inerente ao sistema e, com o conceito de interculturalidade, tais diferenças são vistas como desafios urgentes a serem suprimidos e,

Para Lacerda & Feitosa (2015), a interculturalidade, diz respeito à diversidade já que, quando se aceita e se respeita as diferenças estamos também aceitando as semelhanças. O conceito eurocêntrico não permite uma relação intercultural de trocas equitativas, ele é um conceito de colonialidade, algo contrário ao pensamento do Bem Viver, que prega a descolonialidade, que prega o resgate dos saberes antigos, de práticas culturais diversas, algo que não está acabado, finito, pronto, algo em constante construção, ou seja, a descolonialidade constante.

Na contramão da colonialidade, a descolonialidade do poder, do saber e do ser também se faz urgente, mas como deve ser feita esta descolonialidade? Deve-se descartar tudo e todos os modelos e conceitos produzidos nos moldes da colonialidade? Por estas e outras tantas questões em aberto que se faz urgente o estudo da descolonialidade para poder conhecê-la e entender como ela vem sendo ou poderia ser realizada.

Como o conceito de Bem Viver é um conceito aberto e inacabado, as organizações empresariais, que detêm um grande volume financeiro, volume este, como já falamos, maior que o PIB de muitos países, deveriam adotar critérios ambientais mais rígidos nos seus aportes financeiros aos Países e ao mercado. A

liderança para um mundo sustentável não está sobre os Estados Nacionais e sim sobre as Organizações e são elas que devem tomar e tornar as iniciativas na preservação ambiental uma realidade, pois elas têm muito poder econômico e político e são capazes de influenciar tanto os agentes públicos como os consumidores.

4.5 – DESCOLONIALIDADE

O mundo passou por vários períodos de dominação que foram classificados com diversos nomes e que não é objeto desta pesquisa explicá-los especificamente e sim dar uma mínima noção deles antes de se falar sobre a descolonialidade. Para esta parte inicial da pesquisa inicia-se falando, muito sucintamente, sobre o colonialismo que é reconhecidamente diferente da colonialidade já que, de acordo com (MALDONADO—TORRES, 2017, p. 117), “Enquanto o colonialismo é tipicamente considerado um arranjo político que existe desde tempos imemoriais, a colonialidade refere-se à lógica, cultura e estrutura do sistema mundial atual ou moderno”.³⁹

No entendimento de Snyman (2007) quando comparava o *apartheid* acontecido na África do Sul com o colonialismo de tempos imemoriais, afirmava que existia um componente religioso muito forte e presente aos Europeus, de tradição Calvinista, ou seja, a facilidade de transformação daqueles perpetradores em mártires, por fazerem a vontade de Deus e assim, eles puderam utilizar de textos bíblicos que os justificavam já que, de acordo com (SNYMAN, 2007, p. 57) “se Deus o proclama, é certo e o crente deve seguir o exemplo. [...] Sem qualquer sensibilidade ou cuidado com a vítima, ela expressa uma teologia dos poderosos, na qual os perpetradores se tornariam vítimas da ira de Deus se não cumprissem”,⁴⁰ dessa forma, a não obediência seria castigada por Deus.

Para Catherine Walsh (2012), de forma contrária ao colonialismo que era uma relação política e econômica, uma relação de poder e controle de um povo sobre outro, a colonialidade torna-se o padrão de poder exercido pela visão eurocêntrica. Essa

³⁹ Tradução nossa.

⁴⁰ Tradução nossa

visão está intrinsicamente ligada ao novo modo de produção de bens e serviços, o capitalismo, à formas de controle e dominação, via uma maturidade em que questões de raça são tratadas, na América Latina em especial, entretanto, esta ideia se espalha pelo mundo e dessa forma, torna-se um modelo de poder moderno.

Assim foi o colonialismo que fez com que chegássemos a colonialidade no mundo atual/moderno. A colonialidade, já explicada anteriormente nesta pesquisa de forma rasa e superficial, seria o colonialismo de antigamente. A colonialidade acaba impondo um “racismo geográfico”, “sexismo” e etc., nos indivíduos acabando por fazer uma rotulação das pessoas e mais ainda, na percepção de Lugones (2010), a colonialidade abrange todos os aspectos do homem, o seu corpo, a sua mente, invade o seu trabalho, as questões de legalidade propiciando a posse da terra para alguns e a expropriação da mesma para outros e, esta lógica no agir, está alinhada com a lógica capitalista.

Para Snyman (2007) Não se resiste à colonialidade do gênero sozinho. A pessoa só resiste a colonialidade de uma forma que possa entender o mundo e assim, viver nele ⁴¹. Mas qual a razão de “se entender o mundo e poder viver nele?” Walsh (2012) nos diz que:

[...] a matriz da colonialidade afirma o lugar central da raça, o racismo e a racialização como elementos constitutivos e fundadores das relações de dominação e do próprio capitalismo (de fato entrelaçados com as estruturas do patriarcado e os tropos da sexualidade masculinista). É neste sentido que falamos da "diferença colonial", na qual se baseia a modernidade, e a articulação e crescimento do capitalismo global. (WALSH, 2012, p. 68) (tradução nossa)

A modernidade, mencionada acima por Walsh, só pode ser construída com uma nova relação das forças produtivas, ou seja, o capitalismo. Para tanto, se fez necessário criar uma marca, uma identidade que se diferenciava das demais formas de produção e, de acordo com Santos (2006) o primeiro nome moderno dessa nova identidade criada foi a subjetividade, melhor dizendo, “Identidades são, pois, identificações em curso” (SANTOS, 2006, p. 135).

⁴¹ Idem

Para que essas identidades possam mudar devem ocorrer mudanças mais profundas no ser humano, têm que haver mudanças na formação de sua subjetividade, mudanças na forma em que o seu entendimento e compreensão são elaboradas e que, para Guatari & Rolnik (1996), tais mudanças estão no coração das pessoas, em sua percepção de mundo, nas relações sociais com outros indivíduos e na própria sociedade.

Sato (2000) corrobora com o entendimento da formação de subjetividade através de um contexto ideológico e vai mais além ao afirmar que a percepção da realidade fica comprometida e torna-se um guia para suas ações. A formação de subjetividade continua Sato (2000), se tornou essencial em avaliações e elaborações de estratégias de ações no mercado interno como externo, pelas empresas e Governos.

Portanto, a formação da subjetividade ganha dimensões extraterritoriais, na verdade, nos afirmam (GUATARI & ROLNIK, 1996, p. 26), “[...] não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social a nível macropolítico, macrossocial, diz respeito também a questão da produção da subjetividade”.

O que Santos (2006) afirma é que a formação da subjetividade, de identidade, mesmo a identidade cultural, não podem mais serem consideradas estritamente rígidas, por conta desse processo de economia globalizada, pode-se afirmar que são resultados sempre efêmeros, nos processos de identificação. Para Santos (2006), isso é um processo muito mais profundo, já que,

Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 2006, p. 135).

Na afirmação de Santos (2006) é que, por conta dessa nova realidade produtiva capitalista, da modernidade, a formação do indivíduo e da sociedade mudou e, por consequência, passou a ser flexível, melhor dizendo, é mutante e altamente influenciável pelo capitalismo e sua força de persuasão individual e coletiva. A opinião de Santos (2006) sobre a formação desse indivíduo e que as identificações estão em

curso é compartilhada por Mansano (2009) quando nos fala que há variantes históricas e territoriais na formação da subjetividade, uma matéria-prima instável, mutante, viva, adaptável em que se é possível experimentar novas formas de percepção e ação.

No entendimento de Santos (2006), a sociedade civil, por meio do contrato social, se manifestou em favor do Estado liberal e lhe concedeu poder para agir sobre ela, sobre nós e que, por consequência disso, a subjetividade individual ficou exacerbada pelas regras do mercado e da propriedade privada.

Ao delegar este poder ao Estado Liberal para que regule e autorize as subjetividades dos indivíduos, isso significa que, de fato, retroagimos ao período colonial e que, o ente Estatal, acaba por nos negar a criação da nossa própria subjetividade individual, já que, ele passou a ser o representante da modernidade capitalista e, assim:

Nessa perspectiva, interessado em compreender a problemática da produção do sujeito nos dias atuais, Foucault comenta as lutas políticas que se fazem necessárias em nosso tempo. [...] No seu entender, o final do século XX é marcado pelo terceiro tipo de luta que coloca em evidência os modos de subjetivação e as possibilidades de resistência que eles atualizam. (MANSANO, 2009, p. 114)

Considerando pelo olhar de Santos (2006) ele nos diz é que, existem duas grandes tradições, a Teoria Social e Política da modernidade, ou seja, ele fez referência a subjetividade individual e coletiva como também, da subjetividade contextual e universal. Para (MANSANO, 2009, p. 114) a modernidade e a formação das subjetividades, têm como regra básica e universal, “englobar a totalidade dos indivíduos, comprometendo-os com a obediência” e esta forma de ação da modernidade, de replicação de um modelo, um padrão e acaba tornando inviável que novas formas e possibilidades de existência ocorram, não haveria multiplicidade de formas de pensar e agir, mas sim uma padronização.

Para (MIGNOLO, 2007, p.123) estamos falando de algo mais valioso, precioso e importante e que deve ser pensado e tratado, para além das fronteiras impostas pelas estruturas da Igreja, do Capital e do Estado, pois estamos falando da vida e de sua batalha pelo conhecimento e pela descolonialidade dos controles subjetivos impostos.

Estamos fazendo parte de uma luta que é silenciosa e desproporcional pois, na opinião de (MANSANO, 2009, p. 112), “há todo um empreendimento que busca nos convencer dos perigos presentes nas tentativas de romper com os valores capitalistas de referência, como se eles garantissem algum tipo de segurança ou ordem”.

O capitalismo e seus representantes com sua lógica acumulativa, eurocêntrica e negativa das subjetividades individuais, acabam nos encaminhando, nos direcionando para a sua própria negação quando agimos para manter os encontros sociais em pequeno número e que, entretanto, mantêm a chama da diversidade de pensar viva e assim, recusa-se a lógica capitalista do individualismo.

Para (MIGNOLO, 2007, p. 127), estamos falando do rompimento com regras universais de conhecimento e de agir que foram impostas ou plantadas no nosso subconsciente e que formou, e ainda forma, nossa subjetividade individual e coletiva e que, “para mudar a geografia do conhecimento, é necessário ver de perto a relação íntima entre conhecimento e subjetividade e modernidade / colonialidade”.⁴²

Com a modernidade e o seu modo de produção capitalista, podemos observar uma “destruição” do conhecimento individual, ora existente com o trabalhador na manufatura, para a formação de matéria prima que vai suprir as necessidades da máquina em pôr se em movimento. Conforme (MIGNOLO, 2009, p. 142), logo após a Segunda Guerra Mundial, as transformações no homem e no modo de produção se acentuaram dado que, até então, tínhamos a “egologia (ou filosofia e ciência, e a supremacia do indivíduo) como a estrutura orientadora”⁴³ que era caracterizada pela Universidade Iluminista e, com a ascensão dos Estados Unidos no cenário mundial, passamos a ter uma nova forma de conhecimento chamada de organologia, que é caracterizada pela organização do conhecimento e da história e, como consequência, o sujeito foi levado à segundo plano.

Essa prática, essa rotina organizativa foi implantada e amplamente utilizada na formação e lapidação desta matéria prima, chamada homem / trabalhador, ou seja, na busca da produção e da produtividade constante se tonou habitual e necessária e

⁴² Tradução nossa

⁴³ Idem

assim, as relações individuais, ora existentes na manufatura, são destruídas e, como consequência,

Quando a organização toma o lugar do indivíduo, o indivíduo perde terreno. A universidade corporativa é caracterizada não só por ter uma filosofia diferente, mas pela promoção de valores particulares: seus objetivos são perícia e eficiência, que substituem os objetivos humanistas da universidade renascentista e os objetivos críticos, filosóficos e científicos da universidade Iluminista. (MIGNOLO, 2007, p. 142). (tradução nossa)

Para se confrontar a este movimento impositivo da modernidade, com seu modo de produção que busca a produtividade e eficácia constantemente surgiram, conforme mencionado por (MIGNOLO, 2007, p. 123), “movimentos sociais que questionam seriamente a epistemologia da diferença colonial que mantém a distribuição desigual do poder”, ou seja, um pensamento, uma forma de agir iniciada pelos índios, pelos afrodescendentes e latinos, pelas mulheres negras, pelas minorias sexuais na formulação de uma consciência questionadora e de libertação, isto é, a descolonialidade e, ainda continuando com Mignolo (2007), os teólogos latinos que formularam a Teologia da Libertação, foram os primeiros dissidentes a participarem ativamente com sua contribuição na conscientização acontecida no século XX.

A ideia de descolonialidade epistêmica não é nenhuma novidade proveniente deste século, na verdade, é bem antiga, desde 1615, com Guaman Poma, em consonância com Mignolo (2007), Guaman Poma viveu em um contexto em que o conhecimento gerado ao longo dos tempos pelos povos Aimará e Quéchua havia perdido o seu valor e, diante disso, escreveu um manuscrito endereçado ao Rei Felipe III intitulado Nova Crônica e o Bom Governo em que deseja, em acordo com (MIGNOLO, 2007, p. 138), e “apresenta um projeto alternativo para o governo na região andina segundo o ponto de vista de alguém que conhecia a sociedade indígena e os planos da Espanha”⁴⁴.

Tal iniciativa era para que o Império Inca, ali no Peru, não fosse destruído em um confronto com os conquistadores espanhóis e, fazendo isso, ainda continuando com (MIGNOLO, 2007, p. 138) “Guaman Poma inaugurou a prática da “dupla crítica”:

⁴⁴ Idem

a teoria crítica e a descolonização epistêmica ao mesmo tempo, porque critica tanto os espanhóis quanto os incas”.⁴⁵

O que os Espanhóis da época de Guaman Poma fizeram, não foi diferente dos Portugueses, Ingleses, Franceses, Holandeses e etc., naquele período histórico já que, para Santos (2006), o entendimento de outro, entendimento de pessoa para com os nativos e escravos, aos olhos da Igreja e do Mercado, se distanciavam muito dos padrões colonizadores e, portanto, não eram classificados como pessoas então, o que se discute é que

[...] a descolonização não se resume a alcançar a libertação nacional, antes implica a criação de uma nova ordem material e simbólica que leva em consideração o espectro completo da história humana, incluindo as suas conquistas e fracassos. (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 71-72).

Para se chegar a opção descolonial ou a descolonialidade, a humanidade, passou por processos de libertação nacional, independência das colônias, questionamentos sobre a dominação econômica e política de origem eurocêntrica, mas, quais são as bases, os pilares, da opção descolonial? Mignolo (2008) diz que são duas, a saber: a desobediência civil por Martin Luther King e Ghandi e a desobediência epistêmica que, de fato, irá libertar dos controles teóricos e econômicos eurocêntricos.

A descolonialidade requer desobediência epistêmica e, essa desobediência, significa não adotar a narrativa da modernidade que procura fundamentar a opção nos imposta de colonialidade, isto é para (MIGNOLO, 2017, p. 30), “o pensamento fronteiriço é por definição pensar na exterioridade, nos espaços e tempos” para se desvencilhar dos conceitos ocidentais e de sua lógica de aglomeração de conhecimento e na opinião de Mignolo (2008), ele deixa bem claro que, a opção descolonial não significa abandonar, jogar pela janela, todo o conhecimento e saber que foram formados e sancionados ao redor do mundo, mas sim, pensar diferente, de forma agregativa, respeitando outros pensares.

Mignolo (2007) relata ainda que não há interesse nas universidades, tanto privadas quanto públicas, que se dediquem ao pensar indígena, uma vez que, as

⁴⁵ Idem

universidades possuem as suas próprias áreas de interesse de pesquisa acadêmica e, a única exceção, foi a criação da universidade Amawtay Wasi⁴⁶, localizada no Equador, que fora concebida em razão da queixa de direitos epistêmicos negados pelo pensamento eurocêntrico.

A universidade Amawtay Wasi fora criada como, continuando com Mignolo (2008), se estaria caminhando para um sistema de vida comunitário em que o poder não está localizado no Estado e nem em seus entes, sequer no proprietário privado ou organizacional, contudo estaria na comunidade onde muitos e diferentes mundos podem viver juntos, podem coexistir sem problemas.

O que de fato se está falando é sobre o princípio da interculturalidade⁴⁷, continua Mignolo (2007), a interculturalidade é responsável por outras duas distintas formas de visão do mundo: a ocidental e a indígena. Prossegue Mignolo (2007), está se falando de reivindicação de direitos epistêmicos, de descolonialidade, que não é o mesmo que os direitos culturais.

Ainda com Mignolo (2007), o Estado aceita bem os direitos culturais, tanto no Equador como em outro país eurocêntrico, em compensação os direitos epistêmicos, reclamados pela descolonialidade, acabam por provocar preocupações tanto nas ideologias partidárias de direita quanto de esquerda. Em conformidade com Walsh (2012) quando ela se utiliza do mesmo exemplo equatoriano, a interculturalidade,

terá significado, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, como ação, projeto e processo que busque intervir na refundação das estruturas e ordenanças da sociedade que racializam, inferiorizam e desumanizam, isto é, na matriz ainda presente da colonialidade do poder. (WALSH, 2012, p. 61) (tradução nossa)

No entendimento de Oliveira e Candau (2010), ao comentar Catherine Walsh, a interculturalidade, tem um sentido, uma noção que é visceralmente ligada a algum projeto de origem política, ética, educacional, social e, é claro, epistêmica que aponta

⁴⁶ [...] foi concebida dentro do paradigma da coexistência e representa uma transformação espacial na geografia do conhecimento e não uma interrupção temporária da linearidade do pensamento ocidental. (MIGNOLO, 2007, p.142). (tradução nossa)

⁴⁷ Que “foi introduzida no início da década de 1990 por intelectuais e líderes sociais indígenas, e foi vinculada a projetos de educação bilíngue da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)”. (MIGNOLO, 2007, p. 138-139)

no sentido à descolonialidade. A interculturalidade tem em sua concepção, uma carga de emoção, uma carga de sensibilidade que é carregada pelos movimentos indígenas latino-americanos que é questionadora das diversas formas de colonialidade existentes, a saber: do poder, do saber e do ser.

É nesse sentido que a interculturalidade não é compreendida somente como um conceito ou termo novo para referir-se ao simples contato entre o ocidente e outras civilizações [...] A interculturalidade concebida nessa perspectiva representa a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados e os ocidentais, numa relação tensa, crítica e mais igualitária. (OLIVEIRA & CANDAU, 2010, p. 27).

Essa relação tensa e crítica, que reivindica direitos indígenas de participação nas decisões do Estado e da própria educação, é consequência do movimento de interculturalidade. Na visão de Oliveira e Candau (2010) isto denota que, as outras formas de pensar, de se posicionar, que são diferentes do conceito eurocêntrico, que é um conceito de colonialidade, acreditam na promessa de um mundo mais equitativo.

Na opinião de Oliveira e Candau (2010), a interculturalidade não poderá resolver todas as diferenças existentes nas relações econômicas-sociais-culturais entre os países, mas se lança como proposta epistêmica nova e que é capaz de produzir novos saberes, novos conhecimentos e novas formas de compreensão das relações simbólicas do mundo não deixando de perceber e nem negando a colonialidade existente do poder, do saber e do ser.

Conforme Walsh (2012), quando se falar de interculturalidade deve-se ter em mente as diferentes visões de opiniões sobre essa temática, ou seja, a visão latino-americana de interculturalidade é bem diferente da visão europeia que age de forma impositiva da modernidade, da globalização e do livre comércio. A chave que diferencia as duas visões está na forma de

Entender a diferença étnico-racial-cultural como parte central - e como construção - dessa aspiração, emergência e imposição, é levar a discussão sobre interculturalidade a terras que, por necessidade, entrelaçam-se a questões de luta, poder e descolonialidade. (WALSH, 2012, p. 62) (tradução nossa)

O que Mignolo (2007) afirma é que, ao contrário do que os europeus fazem, ou seja, a interculturalidade, não descarta o conhecimento adquirido ao longo dos tempos na sociedade ocidental, conhecimento este exterior ao dos povos indígenas. Alguns passos já começaram a ser dados pelos Bolivianos e Equatorianos ao elaborarem as suas Constituições Federais com o claro esforço de interculturalidade como, por exemplo, nos explicita Walsh (2012), não descartar, não negar outras lógicas e formas de viver que, historicamente, tem sido negado pelo pensamento eurocêntrico e assim, tais modos negados, irão contribuir na construção e articulação transformadora de cunho descolonial.

Com a nova Constituição no Equador, em conformidade com Mignolo (2007), um exemplo prático de interculturalidade foi dado quando os povos indígenas passaram a ter espaço, passaram a ter vez e voz. Voz essa na sua língua tradicional, o Quechua e não apenas em Espanhol e assim, evita-se o processo de colonização cultural pela língua e o apagamento de memórias e sentidos únicos que, o Espanhol, por exemplo, não pode transmitir e assim, citando (MIGNOLO, 2007, p. 139), “a interculturalidade não significa que a mesma lógica é expressa em duas línguas diferentes, mas que duas lógicas diferentes dialogam em favor do bem comum”.⁴⁸

Deve-se tomar muito cuidado com a utilização de termos e/ou palavras, nos chama a atenção Mignolo (2007), para não se confundir ou deixar ser confundido por elas, ou seja, a interculturalidade, para o Estado não é um projeto cabível, apropriado já que questiona o seu poder então, o Estado, faz uso de palavras como, intercultural, querendo dizer, de fato, multicultural.

Enquanto a interculturalidade é um projeto que tem no seu cerne a descolonialidade da sociedade e é uma proposta criada por intelectuais indígenas com o objetivo claro de reivindicação epistêmica, o multiculturalismo, na definição de (MIGNOLO, 2008, p. 316), “[...] foi uma invenção do Estado-nacional nos EUA para conceder “cultura” enquanto mantém “epistemologia””. Ora o que se está buscando é a interculturalidade que, no entendimento de Mignolo (2008) tem o significado de inter-epistemologia, ou seja, um diálogo profundo entre universos que não são

⁴⁸ Tradução nossa

semelhantes, entre o universo oriental como os Africanos, Árabes e o universo ocidental, como o Latim, Espanhol, Inglês.

A construção da interculturalidade exige a transgressão e desmantelamento da antiga matriz colonial que, ainda se faz presente nos dias atuais, quer dizer, (WALSH, 2012, p. 69), “criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver que se distanciem do capitalismo e de sua razão única”⁴⁹, que é a acumulação e, na outra mão, se exigirá esforço da descolonialidade para ter o resultado esperado, para se interculturalizar, para dividir com os demais, com lógicas e modos de viver diferentes, entretanto, convivendo dentro do mesmo projeto civilizatório, variado e multiplicador, vivendo em um sentido de complementariedade entre os diferentes modos de viver.

O que Walsh (2012) está dizendo é que, ao se fazer a relação entre a interculturalidade e a descolonialidade, se demonstra os sentidos que foram erigidos dentro da sociedade (movimentos sócio-político-ancestrais) que, ao invés de observar a gama de diversidade nela existente (étnico-cultural), se utiliza as imperfeições e padrões de colonialidade ainda existentes,

Por essa razão, a interculturalidade deve ser entendida como um projeto e uma proposta da sociedade, como um projeto político, social, epistêmico e ético, voltado para a transformação estrutural e sócio histórica, baseado na construção de todas as condições - de saber, ser, poder e vida em si – de sociedade, Estado e país radicalmente diferente. (WALSH, 2012, p. 73) (tradução nossa)

Um alerta é feito por (MIGNOLO, 2007, p. 135), quando afirma que: “Não há lugares raciais, ideológicos ou religiosos seguros”, isto é, tanto na colonialidade, na interculturalidade e na descolonialidade ou em qualquer outra epistemologia existente ou que venha a existir, a mudança, a insatisfação com aquele modelo existirá e isto acontece por ser uma ética e independente de credos religiosos, ideológicos e raciais. Avança Mignolo (2007), o alinhamento com alguma proposta que seja de cunho imperial, colonial ou descolonial não será definida nem pela cor da pele, da religião, ideologia política, local de origem ou mesmo por sua sexualidade.

⁴⁹ Idem

Todavia, para (WALSH, 2012, p. 73), “deve ser entendido como uma ferramenta de ação; isto é, interculturalizando como uma ação deliberada, constante, contínua e mesmo insurgente, entrelaçada e dirigida com a descolonização”⁵⁰ e, na opinião de Walsh (2012), ao se fazer a relação das três formas de interculturalidade existentes, a saber: relacional, funcional e crítica, ela nos diz que, a interculturalidade tem que ser acima de tudo,

[...] criticamente, como uma ação, projeto e processo que busca intervir na refundação das estruturas e ordenamentos da sociedade que se racializam, inferiorizam e desumanizam, isto é, na matriz ainda presente da colonialidade do poder. (WALSH, 2012, p. 62) (tradução nossa)

A interculturalidade relacional, como o próprio nome nos indica, na definição de (WALSH, 2012, p. 63), faz vínculo direto com o “contato e troca entre culturas, isto é, entre diferentes pessoas, práticas, conhecimentos, valores e tradições culturais, que poderiam ocorrer em condições de igualdade ou desigualdade”.⁵¹

A interculturalidade relacional existiu, a contar do tempo da colonização espanhola e portuguesa na América Latina, pois desde então, continua Walsh (2012) ocorreram contatos e relações entre os povos locais, os nativos, os indígenas e os de origem africana e em razão desta mistura racial, desta mestiçagem formada, a negação do racismo e de condutas de racialização, sempre existiram nos países latino-americanos e, ainda pelo fato, de uma “identidade nacional” criada, dificultando o entendimento de conflitos existentes em contextos de dominação e de poder existentes e advindos destas situações.

Sobre a interculturalidade funcional na percepção de (WALSH, 2012, p. 63), “aqui, a perspectiva da interculturalidade está enraizada no reconhecimento da diversidade e da diferença cultural com objetivos para a inclusão dela dentro da estrutura social estabelecida”.⁵² O que Walsh (2012) nos diz é que, apesar de buscar a promoção do diálogo, tolerância e o convívio entre as pessoas, a interculturalidade funcional, é útil ao sistema dominante e não irá abordar e nem se contrapor a questões

⁵⁰ Tradução nossa

⁵¹ Tradução nossa

⁵² Idem

de natureza promocionais das desigualdades existentes, sejam elas, sociais ou culturais.

No entendimento de Walsh (2012), a interculturalidade funcional, segue a lógica existente, ou seja, promove-se a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos para se perpetuar a lógica do modelo neoliberal através da utilização de respeito pela diversidade cultural que, na verdade, tem como objetivo o controle, a dominação, não questionamentos e assim a “preservação” de estabilidade social na sociedade como um todo.

A última forma de interculturalidade apontada por Walsh (2012) foi a interculturalidade crítica que é diferente da interculturalidade funcional, pois demonstra que o obstáculo a ser superado é a globalização (capitalismo de mercado) e a estrutura que foi construída e recebemos como herança, que é a estrutura colonial e racial.

O que a interculturalidade crítica faz, para Walsh (2012), é demonstrar, aliás, ela faz muito mais, ela se contrapõe a lógica do pensamento capitalista de homogeneidade e aponta para outra forma de sociedade, para outra ordem social.

A interculturalidade crítica está centrada nas relações de poder e, conseqüentemente, na sua lógica discriminatória racial, além disso, a interculturalidade crítica, na percepção de (WALSH, 2012, p. 65), “é um chamado de pessoas que sofreram uma submissão histórica e subalternização, de seus aliados e dos setores que lutam, junto com eles, pela refundação e descolonização social, para a construção de outros mundos”.⁵³

Dentre estas pessoas que foram submetidas ao julgo de outros e que sofreram agressões diversas (física, psicológica, emocional) e continuam sofrendo discriminação em nossa sociedade, nos dias de hoje, estão as mulheres e, em concordância com (LUGONES, 2010, p. 745-746), “Ao contrário da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que está na intersecção de gênero / classe / raça como construções centrais do sistema capitalista mundial de poder.⁵⁴”, portanto, continua Lugones (2010) a descolonização ou descolonialidade do gênero é

⁵³ Idem

⁵⁴ Idem

uma ação imperiosamente de cunho orientativo social e, somente assim, os diversos tipos de opressão sofridas como, por exemplo, a racial, a sexual, a colonialista e capitalista são, de fato, uma transformação experimentada pela sociedade.

A descolonialidade se aplica em todos os lugares do saber, do poder e do ser porque ela prega uma atitude de coexistência, prega a necessidade de diversidade e, para (MIGNOLO, 2007, p. 135-136), a “(diversidade em termos de teoria política, diversidade de opiniões na economia política, diferentes escolas filosóficas).⁵⁵” assim como fora Marx, na elaboração de seu pensamento crítico logo após a Revolução Industrial, também o foi Guaman Poma, muito antes, ao apresentar o paradigma da coexistência.

A ideia de coexistência manifestada inúmeras vezes no pensamento descolonial não pode ser entendida apenas como uma manifestação epistêmica nas áreas do poder, do saber, do ser, entretanto, para (LUGONES, 2010, p. 754), “mas é importante que esses caminhos não sejam apenas diferentes”⁵⁶ e segue Lugones (2010), essas opções de coexistência, de descolonialidade, são para se sobrepor o coletivo sobre o individual, o indivíduo sobre o lucro, a relação com as pessoas sobre a hierarquização das relações e foi, graças a essas resistências, essas condutas, reconhecimentos e preceitos que foi possível resistir à colonialidade e, portanto, na opinião de Mignolo (2007), os movimentos de origem indígena não agem dentro da lógica deste modelo eurocêntrico mas trabalham para a mudança de conteúdo.

Mignolo (2007) dá sequência ao seu pensamento ao mencionar que, os afro-andinos, falantes de espanhol e não francês ou crioulo estão recuperando as suas noções de sabedoria e recordações (memória). Essa recuperação está sendo feita para (MIGNOLO, 2007, p.134), “Através da elaboração de um conjunto de noções teóricas, como "ancestralidade" e "o que é próprio", que permitem conceituar-se”⁵⁷, sendo assim, torna-se possível um diálogo, de forma crítica, continua Mignolo (2007), com as hierarquias eurocênticas que foram introduzidas pelos Espanhóis a àqueles

⁵⁵ Idem

⁵⁶ Tradução nossa

⁵⁷ Idem

que estavam nas Américas, e que foram obrigados a adquirir, interrompendo a linguagem imperialista adquirida.

Corroborando com essa ideia, Oliveira e Candau (2010), nos dizem que, os afro-andinos, após terem sido desumanizados pela colonialidade, estão resgatando “o que é próprio” deles com a reconstrução de outros modos de viver, poder e ser, iniciando daquilo “que é próprio” deles, ou seja, partindo das pessoas, resgatando suas práticas sociais, historicamente negadas, suas práticas epistêmicas e organização política, portanto, a descolonialidade representa também a reconstrução do ser, a reconstrução do poder e a reconstrução do saber.

A ideia de “o próprio”, utilizada pelos afro-andinos significa, também, para (MIGNOLO, 2007, p. 134), “[...] como um marco para "apropriar" ideias ou conceitos e redefini-los desde a ferida colonial...⁵⁸”. Dá sequência Mignolo (2007), ao mostrar que, ao contrário de abstrair-se, de negarem a si mesmos, utilizam do conceito de “o próprio” como modelo de definição de suas próprias ideias e experimentos vividos então se apodera e se empoderam para descolonizarem da Igreja, do Capital, do Estado ou mesmo de intelectuais do “bem comum”. O pensamento de descolonialidade, como mencionado anteriormente nesta pesquisa, dá-se início a partir das línguas e categorias que foram rejeitadas pelo pensamento ocidental, eurocêntrico.

Para Mignolo (2007) essa forma de pensamento excludente das demais pessoas, das demais formas epistêmicas, de pessoas categorizadas como de segunda categoria, foi chamada de “*Los damnés*”, ou seja, os condenados da terra ao citar Franz Fanon. Dando prosseguimento, Mignolo (2008) nos diz que a descolonialidade e com ela a vida, sua reprodução, vem do conceito de *damnés*, cunhado por Franz Fanon, isto é, daquelas vidas declaradas dispensáveis, humilhadas e que, seus corpos, foram utilizados como força motriz em algum processo produtivo em qualquer momento histórico, mas principalmente, durante o processo capitalista e que, é exatamente isso que torna o pensamento descolonial forte, pois permite ao indivíduo, a possibilidade de conceber um mundo repleto de outros mundos e a sua coexistência, portanto a

⁵⁸ Tradução nossa

Descolonização, ou melhor, descolonialidade, significa ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (por exemplo, o bem-sucedido e progressivo sujeito e prisioneiro cego do consumismo) (MIGNOLO, 2008, p. 313)

Um alerta é feito por Mignolo (2017), dizendo que a descolonialidade, quando menciona Giddens, não pode ser vista e entendida como uma “terceira via”, que tem que ser considerada na forma de desvinculando-se das formas ocidentais de ver e gerir as explicações sócio-econômico-culturais dadas, e continua reafirmando que a descolonialidade é uma opção de vida, uma opção de pensar, viver e conviver livre dos modelos impostos e que, conquanto, aceita outras opções concomitantes e adicionais a descolonialidade.

Para Mignolo (2017), os desafios que se descortinam nos dias de hoje são os mesmos desafios que apontam ao futuro, já que, resistir, lutar, contrapor apenas revela ou traduz que o jogo ainda continua o mesmo, que não ocorreram mudanças significativas, que existe controle de alguns sobre os demais e que os grandes desafios do futuro ainda estão por vir e que se pautam na imaginação e na construção de uma vida equilibrada para todos.

Citando Catherine Walsh, Oliveira & Candau (2010) dizem que este enfoque crítico acaba por refletir nos processos educacionais quando se fala sobre o outro, a outra pessoa e sua forma de pensar, sobre a descolonialidade e o pensamento crítico fronteiriço.

Para (OLIVEIRA E CANDAU, 2010, p. 25), O que significa então o pensamento fronteiriço? “Significa tornar visíveis outras lógicas e formas de pensar, diferentes da lógica eurocêntrica dominante”. Na definição de Mignolo (2008) sobre a lógica eurocêntrica dominante apontada por Oliveira e Candau, ele entende que essa lógica dominante não é específica a algum lugar, mas sim um pensamento hegemônico, um pensamento dominante e dominado pelas línguas Europeias, a saber: Inglês, Francês, Alemão, Português, Espanhol e Italiano.

No entendimento de Oliveira e Candau (2010), o pensamento de fronteira ou fronteiriço, tem uma preocupação sim com o pensamento dominante de origem eurocêntrica, mas apenas para tê-lo como guia ou parâmetro, contudo ele deverá ser

submetido a questionamentos frequentes para que possa incluir outras histórias e formas de raciocinar.

O pensamento fronteiriço tem a peculiaridade do conhecimento de qualquer projeto de descolonialidade já que, de acordo com (MIGNOLO, 2017, p. 16), “a epistemologia fronteiriça é a epistemologia do *anthropos* que não quer se submeter à *humanitas*, ainda que ao mesmo tempo não possa evitá-la”, ou seja, que o *humanitas* (eurocêntrico, universal) não venha esmagar o *anthropos* (o humano, afro-andino,) e seus saberes locais dessa forma, o pensamento fronteiriço e a descolonialidade seguem juntas para poderem mudar não apenas a abordagem dada sobre algumas temáticas mas mudar a própria temática e, para tanto, nos alerta Mignolo (2017) que, este saber, tem que ser buscado fora dos ambientes e locais originários da modernidade, isto é, da Grécia, de Roma, do Iluminismo e etc.

Diante desse cenário, a opção descolonial, não pode ser vista como uma opção de conhecimento ou uma opção de forma de pesquisa acadêmica ou um domínio de estudo e sim, uma opção de vida, uma opção de pensar e de fazer. No entendimento de Almeida (2011), ao afirmar que ao se descolonizar, partindo da experiência brasileira, seria produzir meios e relações, produzir conceitos e discursos, redes e tecnologias e também uma “linguagem” para agirmos, como sociedade, contra as formas de colonialidade e pós-colonialidade do poder e da forma de saber imposta atualmente.

[...] descolonizar não significa se desfazer “das ferramentas conceituais das ciências nem tampouco das hermenêuticas críticas da sociedade, mas repensar sua utilidade ou seus efeitos sobre as relações coloniais, perguntando até que ponto perpetuam (involuntariamente talvez) a lógica vigente” (WALSH; FREYASCHIWY & CASTRO-GOMEZ, 2002, p. 14- apud ALMEIDA, 2011, p. 7)

Na percepção de Connell (2017) no momento em que afirma que o argumento, para se utilizar ou desenvolver uma teoria do sul, não é sobre proposições diferentes, mas sim sobre as práticas diferentes de conhecimento e que os países e intelectuais localizados no Norte Global possam olhar e que procurem aprender de novas formas, partindo de novos entendimentos, de novas convivências.

Não estamos parados no tempo. Estamos em diversas áreas do conhecimento humano desenvolvendo saberes / conhecimentos / pesquisas utilizando as teorias do

Sul e Connell (2017) faz uma lista das áreas do saber em que já foram desenvolvidas pesquisas científicas com estas teorias, a saber:

Quadro 07- Grandes áreas do conhecimento e origem dos autores sobre a descolonialidade

Autor	Ano de publicação	Grande área de estudo	País de origem
Aníbal Quijano		Sociologia	Peru
Enrique Dussel	2000	Filosofia	Argentina
Walter Mignolo	1998	Semiótica	Argentina
Immanuel Wallerstein	1990	Sociologia	Estados Unidos
Santiago Castro-Gómez	2007	Filosofia	Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	2007	Filosofia	Porto Rico
Ramón Grosfoguel	2007	Sociologia	Porto Rico
Edgardo Lander	2006	Sociologia	Venezuela
Arthuro Escobar	1995	Desenvolvimento / Antropologia	Colômbia
Fernando Coronil	1997	Antropologia	Venezuela
Catherine Walsh	2009	Linguística	Estados Unidos
Boaventura Santos	2005	Sociologia	Portugal
Zulma Palermo	2009	Semiótica	Argentina
Anne Hickling-Hudson	2009-2011	Educação	Jamaica
Debbie Epstein & Robert Morrell	2012	Gênero e Educação	Estados Unidos & África do Sul
Helen Meekosha & Karen Soldatic	2011	Deficiência e Direitos Humanos	Austrália
Lawton Burns	2008	Psicologia Aplicada	Estados Unidos
Maritza Montero	2007	Psicologia Política	Venezuela
Pamela Nilan	2011	Educação	Austrália
Satu Ranta-Tyrkko	2011	Serviço Social	Finlândia
Robert Westwood & Jack Gavin	2007	Administração	Austrália e Estados Unidos
Susanne Schech	2012	Administração	Austrália
Susanne Schech	2009	Criminologia	Austrália
Katja Franko Aas	2012	Geopolítica	Eslovênia
Susan Parnell & Jennifer Robison	2012	Geografia Urbana	África do Sul & Inglaterra
James D. Sidaway	2012	Geografia	Inglaterra
Jennifer Robinson	2006	Geografia Urbana	Inglaterra
Vanessa Watson	2008 e 2009	Geografia Urbana	África do Sul

Fonte: Com base em Connel (2017), elaborado pelo autor, 2019

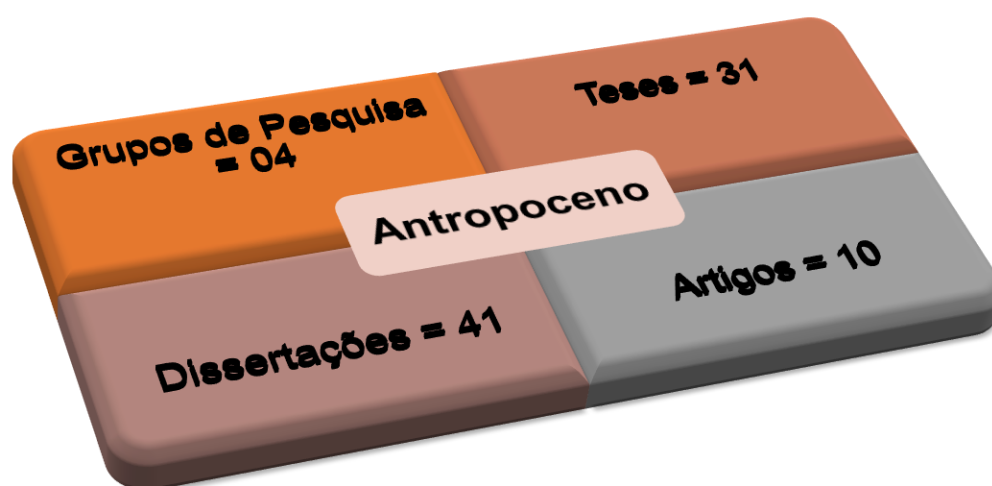
Por fim, a descolonialidade funda-se na troca de posição. Posição de inferioridade, posição de se sentir como um escravo, para assumir a posição de um argumentador contínuo, para assumir o “timão” de seu barco, sendo capaz de tomar

decisões que, não necessitem seguir os modelos eurocêntricos, mas sim decisões que resgatem os valores da cultural local, do saber originário que foi passado de pai para filho, de gerações em gerações, de boca em boca e, utilizando as palavras de Frantz Fanon, devemos ter e ser. **“oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”** aí sim, estaremos exercendo a descolonialidade de fato.

5 – PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

Iniciaremos analisando as informações encontradas nas Bases Brasileiras, propiciando um melhor entendimento da atual conjuntura sobre o tema desta pesquisa e, na sequência, migraremos para analisar os Artigos na Base da Scielo publicados em Espanhol, Inglês e Português. Lamentavelmente, não dispomos das bases de teses e dissertações destes países, para poder realizar uma comparação completa entre as bases estudadas nesta pesquisa, o que, não inviabiliza ou desqualifica esta pesquisa, pois nos dão caminhos a serem seguidos por futuras pesquisas, também será apresentado os resultados da base Web of Science, que será tratado por último.

Figura 04- Antropoceno - Visão Geral no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

A Figura 4 nos aponta que no Brasil existem apenas 04 Grupos de Pesquisas que tratam sobre o Antropoceno, além da elaboração de 31 Teses de Doutorado, 41

Dissertações de Mestrado e apenas 10 Artigos, entre 01 de janeiro de 2002 e 31 de dezembro de 2018. Importante destacar a necessidade de aprofundamento na pesquisa sobre tão importante assunto, cujos impactos atingem todas as esferas da vida humana e não humana.

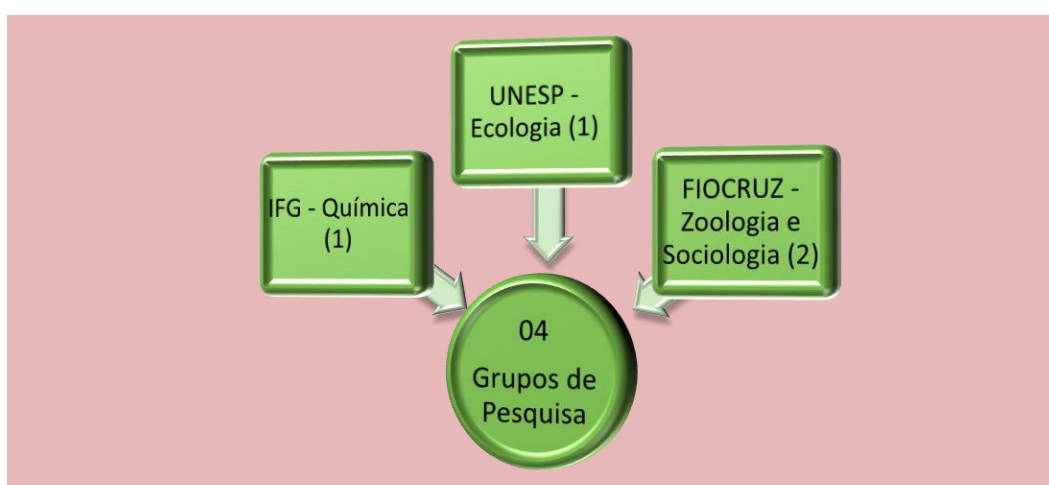
Na sequência detalharemos as análises feitas em cada um dos 04 grupos pesquisados, sendo eles os Grupos de Pesquisa, as Teses, as Dissertações e os Artigos comparando-os com os trabalhos encontrados na base da Scielo.org.

5.1 – GRUPOS DE PESQUISAS

Os Grupos de Pesquisas ou Grupos Focais são formados com o objetivo de aprofundamento sobre um tema, assunto, questionamento. Segundo Ressel et al (2008), tais grupos de discussão dialogam sobre um tema em particular pelo fato de receberem estímulos apropriados para o debate, corroborando com esse entendimento as pesquisadoras Lervolino & Perlicione (2001), ao afirmarem que o grupo focal pode ser usado na compreensão das diferentes percepções e atitudes sobre um fato, produto ou serviço, e até mesmo uma prática.

Nesse sentido, os grupos de pesquisa existentes que estudam o Antropoceno procuram esclarecer a importância e as consequências atuais e futuras do Antropoceno.

Figura 05- Antropoceno - Grupos de Pesquisas Existentes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

Existem apenas 04 Grupos de Pesquisas sobre o Antropoceno no Brasil, sendo 01 no Departamento de Química do Instituto Federal de Goiás (IFG); 01 no Departamento de Ecologia na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); e 02 grupos na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), nos Departamento de Zoologia e de Sociologia.

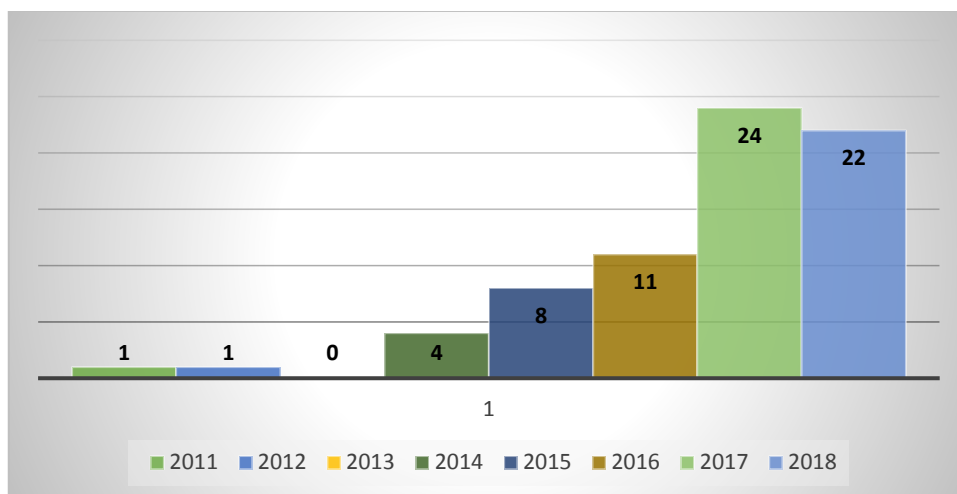
Ao analisarmos a localização destes Grupos de Pesquisas observamos que 03 deles estão na Região Sudeste do Brasil, sendo 01 em São Paulo e 02 no Rio de Janeiro, seguidos da Região Centro-Oeste com 01 grupo em Goiás. Estranha-se e não temos como responder o porquê disso, o fato de outras regiões do Brasil, não terem Grupos de Pesquisas registrados que pudessem estudar o Antropoceno, mesmo que em outras áreas do conhecimento.

Quadro 08 – Grupos de Pesquisa por Curso

PESQUISADORES / UNIVERS./ ESTADO	CURSO	NOME
Ricardo Moratelli Mendonça da Rocha e Cecília Siliansky de Andreazzi – FIOCRUZ – Rio de Janeiro	Zoologia	Biodiversidade, Ambiente e Saúde: uma abordagem One Health sobre a ecologia de zoonoses na Mata Atlântica do Sudeste do Brasil.
Carlos José Saldanha Machado – FIOCRUZ – Rio de Janeiro	Sociologia	MEANDROS - Estudos Interdisciplinares sobre Ciências, Tecnologias e Políticas Públicas em Saúde e Ambiente.
Mauro Galetti Rodrigues e Marina Correa Cortes – UNESP – São Paulo	Ecologia	ECODIN: Ecologia, Conservação e Dinâmica da Biodiversidade no Antropoceno.
Alessandro Silva de Oliveira e Lidiane de Lemos Soares Pereira – IFG - Goiás	Química	Núcleo de Pesquisas e Estudos na Formação Docente e Educação Ambiental- NUPEDEA

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

É possível observar neste quadro que somente o grupo de pesquisa do curso de ecologia chamado de Ecologia, Conservação e Dinâmica da Biodiversidade no Antropoceno – ECODIN -, da UNESP, é dedicado ao estudo sobre o Antropoceno enquanto que os demais estão ligados a outros temas como, por exemplo, Políticas Públicas, Biodiversidade e Educação. Faz-se importante mencionar que todos estes grupos de pesquisa estão e são registrados no CNPQ e não temos conhecimento da existência de outros prováveis grupos.

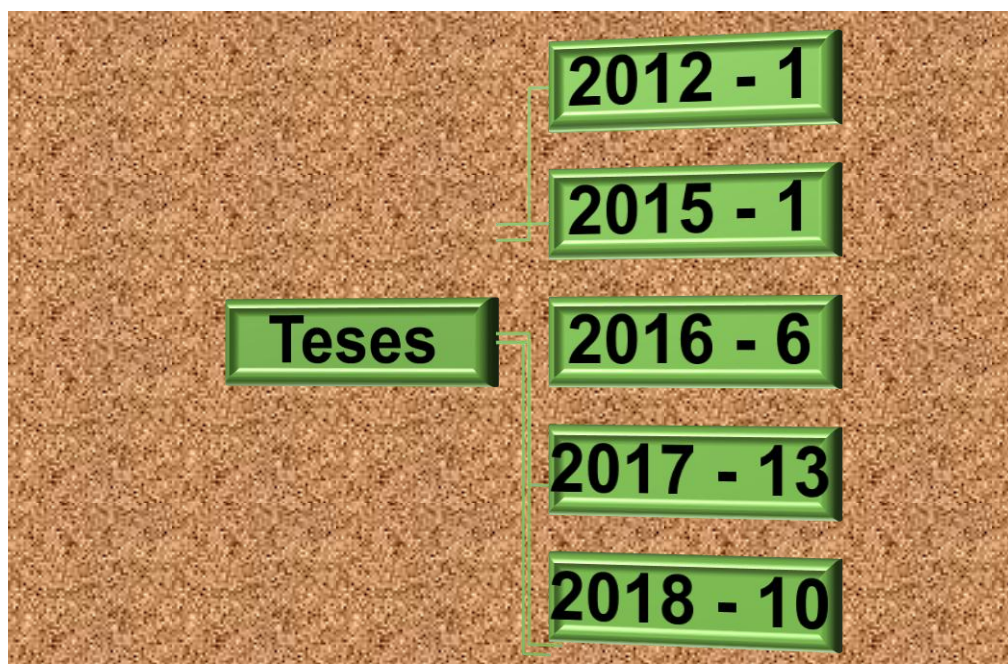
Gráfico 01- Antropoceno - Dissertações e Teses por Ano

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

Quando analisamos o Gráfico 01, concluímos que desde que o conceito sobre o Antropoceno fora criado em 2002, os trabalhos em Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado levaram 9 anos para surgirem no Brasil e com pouquíssima produção acadêmica entre os anos de 2011, 2012 e 2013. Observa-se que a partir de 2014 a produção acadêmica começa a aumentar, com 4 publicações, houve grande evolução nesse número, chegando à 24 publicações em 2017 e 22 publicações em 2018.

5.2 - TESES

Em relação às teses, podemos observar na Figura 06 que a primeira publicação ocorreu em 2012 e as próximas voltaram a ocorrer somente a partir de 2015. Em 2017 tivemos a maior quantidade de teses totalizando 13, voltando a diminuir para 10 em 2018.

Figura 06- Antropoceno – Teses Publicadas por Ano

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Ao analisarmos os números de publicações é possível observar que entre os anos de 2012 e 2015 a quantidade de publicações manteve-se estável, sem publicações entre 2013 e 2014, no entanto, a partir de 2016 ocorreram aumentos significativos nas publicações. Na própria relação entre os anos de 2015 e 2016 tivemos um aumento de 600%, aumentando em mais de 100% para o ano seguinte, com um decréscimo na ordem de 23,07 % para o ano de 2018. Cabe destacar que o tempo de produção de uma tese é de, no mínimo, 3 (três) anos e o mais comum no Brasil é de 4 (quatro) anos.

Quadro 09- Antropoceno – Teses e Universidades por Ano

ANO	UNIVERSIDADE	QUANTIDADE	TOTAL/PERÍODO
2012	UFF	1	1
2015	USP	1	1
2016	USP	2	6
	UFPR, UFCE UERJ, UFSC	1 cada	
	UFF, UERJ,		

2017	USP, PUC-SP	2 cada	13
	UNICAMP, UFJF, UNESP, PUC-RJ, UFESCAR	1 cada	
2018	UFSC, UFRGS,	2 cada	10
	UFRRJ, UEL, UFF, UFRJ, PUC-SP, UFAM	1 Cada	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

O ano de 2017 foi o ano com a maior quantidade de teses e as universidades que mais estudaram sobre o Antropoceno foram a Universidade de São Paulo (USP) com 5 publicações na somatória dos anos 2015, 2016 e 2017, seguida pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com 4 e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com 3 publicações.

Interessante se faz observar que dentre as 31 publicações, apenas 04 foram de universidades particulares, sendo 03 da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e 01 da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), demonstrando a liderança indiscutível das universidades públicas no estudo sobre o Antropoceno, entretanto, chama-nos a atenção o fato de que apenas a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, realizou uma pesquisa sobre o Antropoceno. Não é possível se afirmar ou ser conclusivo em nada, porém, questões são levantadas como, por exemplo: Por que há mais interesse das instituições localizadas no Centro-Oeste e Sul? Seria em razão da histórica degradação ambiental? Será que a preocupação com a Amazônia é mais de outras regiões do que dos povos amazônicos? Enfim, tantas outras possíveis questões com diversos ângulos.

Quadro 10- Antropoceno – Cursos e Universidades com Publicações de Teses

Letras (5)	Ciências Ambientais (4)	Direito (3)	Sociologia (3)	Ecologia (2)	Zoologia, Saúde Pública, Biologia Marinha, Comunicação, Filosofia, Ciência da Informação, Eng. Hidráulica, Ciência da Educação, Genética, Geografia, Geociências, Ciências Humanas, Tecnologia da Inteligência e Educação. (1 cada)
----------------------	-----------------------------------	-----------------------	--------------------------	------------------------	---

UERJ (2)	UFESCAR, UERJ, UFAM, UFSC	USP, UFSC, UFPR	UNICAMP	UFJF	UNESP, USP, UFF, PUC-SP, PUC-RJ, UFRJ, UEL, UFSC
UFF, UFSC, UFRGS (1 cada)			PUC-RJ		
			UFRRJ		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Com esse quadro é possível visualizar uma vasta gama de cursos com apenas 01 (uma) publicação sobre o Antropoceno e outros com uma maior concentração de publicações. Ao aprofundarmos o olhar sobre estes cursos com apenas 01 (uma) publicação, foi possível verificar que, as universidades USP, UFF, PUC-SP e PUC-RJ, foram as que mais concentraram estudos sobre o Antropoceno.

Quadro 11 – Autores das Teses por Cursos

AUTOR / UNIVERS./ ESTADO	ANO	CURSOS	TÍTULO
Cassiano Ribeiro da Fonseca – UFJF – Minas Gerais	2017	Ecologia	Diversidade de Espécies Arbóreas e sua Relação com o Histórico de Perturbação Antrópica em uma Paisagem Urbana da Floresta Atlântica
André Luis Luza – UFRGS – Rio Grande do Sul	2018	Ecologia	Efeitos da dispersão e da extinção na distribuição de mamíferos entre regiões e hábitats
Ana Paula Aprígio Assis – USP – São Paulo	2016	Genética	Seleção natural e mudanças climáticas na história evolutiva de esquilos (Sciuridae: Tamias)
Jaqueline de Oliveira Zeni – UNESP – São Paulo	2017	Zoologia	A decade later: the effects of land use changes in biodiversity patterns of stream fish assemblages from a tropical agroecosystem
Marina Ferreira Frega – UERJ – Rio de Janeiro	2016	Linguística, Letras e Artes	Do Fóssil ao Húmus: Arte, Corpo e Terra no Antropoceno
Leandra Duarte Lampert Soares – UERJ – Rio de Janeiro	2017	Linguística, Letras e Artes	Caminhos Atlânticos, Cartas de Terras Insondáveis: vagar, escutar, fabular.
Marcia Heloisa Amarante Gonçalves – UFF – Rio de Janeiro	2017	Linguística, Letras e Artes	Possuídos: Matizes e Matrizes Políticas nas Narrativas Arquetípicas do Horror Estadunidense.
Melina Pereira Savi – UFSC – Santa Catarina	2018	Linguística, Letras e Artes	Ursula K. Le Guin: Otherworldly Literature for Nonhuman Times
Ricardo Alfonso Moreno Baptista – UFRGS – Rio Grande do Sul	2018	Linguística, Letras e Artes	Lanternas Flutuantes: Práticas Artísticas de Participação Comunitária com habitantes das Ilhas no Bairro Arquipélago em Porto Alegre, na Era do Antropoceno.

Juliana Pellegrini Cezare – USP – São Paulo	2017	Saúde Pública	Mudança do clima e clima de mudança: conflitos de interesses e participação pública em torno das questões socioambientais na Região Norte do município de São Paulo – SP
Luciano Carvalho Rapagnã – UFF – Rio de Janeiro	2017	Biologia Marinha	Ictiofauna Holocênica em uma área de Ressurgência e Interpretação Paleoceanográfica: Análise de Multiproxy
Luiz Saavedra Baptista Filho – UFF – Rio de Janeiro	2012	Geociências	O Antropoceno na Baía de Guanabara com base nas Variações das Características Sedimentares dos Elementos – Traço e das Razões Isotópicas de Chumbo em Testemunhos
Tiago Costa Nepomuceno – USP – São Paulo	2015	Educação	Educação ambiental & espiritualidade laica: horizontes de um diálogo iniciático
Juliana Fausto de Souza Coutinho – PUC – Rio de Janeiro	2017	Filosofia	A cosmopolítica dos animais
Paula Ferreira Falheiro – UFF – Rio de Janeiro	2018	Geografia	Reconstituição ambiental da planície costeira do Nordeste da Baía de Guanabara (RJ) a partir do Holoceno Médio e contribuições ao debate do Antropoceno
Tainá Mascarenhas de Luccas – UNICAMP – São Paulo	2017	Sociologia	Naturezas Proliferantes: Narrativas, Antropoceno e Afetos
Sydney Cincotto Junior – PUC – São Paulo	2017	Sociologia	Em busca de uma antropologia fundamental: diálogos com Edgar Morin e Michel Serres
Camila Cunha Moreno – UFRRJ – Rio de Janeiro	2018	Sociologia	A métrica do carbono e as novas equações coloniais
Bruno Lara de Castro Manso – UFRJ – Rio de Janeiro	2018	Ciência da Informação	Museu do Amanhã: Uma Nova Proposta de Museus de Ciência
André Arias Fogliano de Souza Cunha – PUC – São Paulo	2017	Comunicação	As revoltas de Junho de 2013: uma cartografia afetiva dos enunciados e das imagens do levante brasileiro
Júlio Cesar Garcia - UFPR – Paraná	2016	Direito	A Intangibilidade do Bem Ambiental
Renata Martins de Carvalho Alves - USP – São Paulo	2017	Direito	Gestão do Risco de Desastres e a Responsabilidade Civil para o Desenvolvimento Sustentável
Ana Maria Moreira Marchesan - UFSC – Santa Catarina	2018	Direito	O Fato Consumado e o Dever de Preservação do Meio Ambiente como Bem Fundamental: Novos Fundamentos Ecojurídicos para Análise do Fato Consumado em Matéria Ambiental
Denise Taffarello – USP – São Paulo	2016	Engenharia Hidráulica	Segurança hídrica e adaptação baseada em ecossistemas nas bacias de cabeceira do Sistema Cantareira, Brasil
Priscila Carvalho Holanda – UFCE – Ceará	2016	Ciências Ambientais	O Papel dos Aquários Públicos no Antropoceno: Uma Avaliação da "Estratégia Global dos Aquários para Conservação e Sustentabilidade"
Carlos Wilmer Costa – UFESCAR – São Paulo	2017	Ciências Ambientais	Mapeamentos geoambientais, em escala 1:50.000, aplicados em análises de planejamento territorial de manancial periurbano: bacia do Ribeirão do Feijão, São Carlos, SP

Dalila Silva Mello – UERJ – Rio de Janeiro	2017	Ciências Ambientais	O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio – Amazônia – Brasil
Wagner de Deus Mateus – UFAM – Amazonas	2018	Ciências Ambientais	A Relação Pessoa-Animal em Comunidades Amazônicas a Partir de Processos Educativos para a Conservação do Gavião-Real (<i>Harpia harpyja</i>) e do Tracajá (<i>Podocnemis unifilis</i>)
Fábio Eduardo de Giusti Sanson – UFSC – Santa Catarina	2016	Ciências Humanas	Florestas do Antropoceno: tensões no contexto das mudanças climáticas
Bruna Jamila de Castro – UEL – Paraná	2018	Ciência da Educação e Matemática	O Antropoceno e a urgência de pensar possibilidades não modernas para a análise de questões ambientais: a controvérsia da solução para a poluição dos oceanos por plásticos
Alessandro Mancio de Camargo - PUC – São Paulo	2018	Tecnologia da Inteligência	Modos de Troca Cognitiva no Agrossistema Digital

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019. **⁵⁹

Os quadros 10 e 11 nos demonstram, de forma completa, quais cursos e suas universidades que mais estudaram e publicaram Teses sobre o Antropoceno, sendo que os cursos de Letras e Ciências Ambientais foram os que mais demonstraram interesse nesta temática, com 5 e 4 publicações, respectivamente, seguidos pelos cursos de Direito e Sociologia com 3 teses e o curso de Ecologia com apenas 2 publicações. Todos os demais cursos tiveram 1 (uma) única publicação sobre o Antropoceno.

Cabe destacar que algumas vezes, na mesma universidade, cursos diversos publicaram, como é o caso da USP, que publicou nos cursos de Educação, Engenharia Hidráulica, Genética e Saúde Pública. Pontuamos ainda que a única universidade e curso que tiveram mais de uma publicação foi o curso de letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Outra constatação é que as 2 (duas) publicações no curso de ecologia, quando lemos os títulos, nos aponta para o entendimento de assunto mencionado em nosso tópico sobre o Antropoceno, ou seja, ao apontarmos a homogeneização das biotas o que, reforçamos, é uma dedução com base nos títulos dessas teses.

⁵⁹ No site do CNPQ há uma duplicidade de informação. A Tese de Bruno Lara de Castro Manso do curso de Ciência da Informação está registrada duas vezes (registros 18 e 19)

Quadro 12- Antropoceno – Teses Publicadas por Estados do Brasil

São Paulo (11)	Rio de Janeiro (10)	Santa Catarina (3)	Rio Grande do Sul (2)
USP (5); PUC -SP (3); UNICAMP, UFESCAR, UNESP (1 cada)	UFF (4), UERJ (3), UFRJ, UFRRJ, PUC- RJ (1 cada)	UFSC (3)	UFRGS
Paraná (2)	Minas Gerais (1)	Amazonas (1)	Ceará (1)
UEL, UFPR (1 cada)	UFJF	UFAM	UFCE
TOTAL	31		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Dos 27 Estados do Brasil, as pesquisas foram realizadas em apenas 08, com grande concentração na região Sudeste, sendo o Estado de São Paulo com 11 teses, seguido pelo Rio de Janeiro com 10 e o Estado de Minas Gerais com 01 publicação. Na Região Sul totalizou-se 07 publicações, sendo Santa Catarina com 03, Rio Grande do Sul e Paraná com 02 cada. Nas Regiões Nordeste e Norte os Estados do Ceará e Amazonas tiveram 01 (uma) publicação cada.

Observa-se uma ausência total dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste e pouca participação das Regiões Nordeste e Norte nos estudos sobre o Antropoceno.

5.3 - DISSERTAÇÕES

Uma dissertação de mestrado é um trabalho acadêmico que não se faz necessário ter um tópico, tema ou assunto que seja inédito, pelo contrário, objetiva-se o aprimoramento e aprofundamento das pesquisas ao se estudar determinando assunto com diferentes olhares.

Figura 07- Antropoceno – Dissertações por Ano

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Ao analisar a Figura 07 observamos que o número de Dissertações desenvolvidas no período compreendido na nossa pesquisa foi de 40, número superior ao de Teses publicadas no mesmo período, como vimos nas análises anteriores. Observa-se também que, assim como nas teses, os anos de 2017 e 2018 foram os anos com maior número de publicações sendo 11 em 2017 e 12 em 2018. Ao observar os números publicados podemos observar que em 2016 ocorreram 05 publicações e no ano seguinte este número aumentou em mais de 100%, passando para 11, cujo crescimento manteve-se estável para o ano de 2018 com 12 publicações.

Quadro 13- Antropoceno – Dissertações por Universidades

Ano	Universidade	Quantidade	Total/Período
2011	UNB	1	1
2014	UNG	2	4
	UFBA, PUC-RJ	1 cada	

2015	UNG	4	7
	USP	2	
	UEM	1	
2016	UNIVERITAS	3	5
	UNICAMP, UFJF	1 cada	
2017	UNIVERITAS	4	11
	UNG, PUC-RJ, UFF, UNIEURO, UFPI, UFRJ, UFSC	1 cada	
2018	UFRGS, UFSC, UFMG	2 cada	12
	UESC, UFRJ, UNICAMP, UFCE, FIOCRU, UFSJ	1 cada	
TOTAL			40

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No quadro 13 podemos observar uma grande evolução na quantidade de Universidades que estudaram o Antropoceno. Verificamos que houve grande concentração dos estudos em que as universidades UNG e UNIVERITAS concentraram 12 dissertações publicadas, demonstrando grande interesse na temática, no entanto, é importante destacar a grande variedade de universidades estudando sobre o tema.

Outro ponto muito interessante desta tabela é que, as universidades UNG e UNIVERITAS são universidades particulares e pertencem ao mesmo grupo - SER Educacional, sendo assim, 30% de todos os estudos realizados nas dissertações ficaram concentradas em um mesmo grupo educacional, cuja preferência ou justificativa não é nosso objeto de estudo.

Quadro 14- Antropoceno – Dissertações por Cursos e Universidades

Geociências (8)	Ciências Ambientais (8)	Direito (5)	Ecologia (4)	Letras (3)	Filosofia (2)	Demais Cursos (com 01)	
UNG (7)	Univeritas		USP	PUC-RJ	UFPI	Economia	Geologia

	(7)	UFSC (3)	UEM			Eng. Civil	Ciência Política
		UFMG		UFF		Zoologia	Geografia
			UFMG				
UNB	USP			Unicamp	PUC-RJ	Oceanografia	Artes
		UFRGS	UFFJF				
						Sociologia	Biologia
							Meio- Ambiente

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O quadro 14 nos propicia uma melhor visão para o entendimento de que os cursos de Geociências e Ciências Ambientais representam a maior quantidade de dissertações publicadas com 08 cada um, seguidos pelo curso de Direito com 05 publicações, Ecologia com 04, Letras com 03 e Filosofia com 02 cada.

Destaca-se que a UNG e a UNIVERITAS são universidades particulares e pertencem ao mesmo proprietário a Ser Educacional, infelizmente, este pesquisador não conseguiu fazer contato com os professores orientadores para poder investigar tão interesse pela temática do Antropoceno, ficando aqui registrada, uma sugestão de pesquisa para futuros estudos.

Quadro 15 – Autores das Dissertações por Cursos

AUTOR / UNIVERS./ ESTADO	ANO	CURSOS	TÍTULO
Alyne de Castro Costa – PUC – Rio de Janeiro	2014	Filosofia	Guerra e paz no Antropoceno: Uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour
Ricardo Avalone Athanásio Dantas – UFPI - Piauí	2017	Filosofia	Heidegger, Derrida e a Fenomenologia entre Natureza e História
Daniel Varajão de Latorre – USP – São Paulo	2015	Ecologia	Padrões macroecológicos de disparidade morfológica e distribuição de massa de mamíferos terrestres
Erick Caldas Xavier – UEM - Paraná	2015	Ecologia	A efetividade das unidades de conservação na sustentabilidade da paisagem
Thiago Rubioli da Fonseca – UFJF – Minas Gerais	2016	Ecologia	Diversidade e Estrutura de Fragmentos Florestais Urbanos: Abordagem Prática do Conceito de “Ecosistemas Emergentes” (Novel Ecosystems) para a Floresta Atlântica
Henrique Godoy Corsetti Purcino – UFMG – Minas Gerais	2018	Ecologia	A percepção de produtores agropecuários do entorno do Parque Estadual do Rio Doce sobre as mudanças nos serviços

			ecossistêmicos após o rompimento da barragem do Fundão (MG)
Leildo Machado Carilo Filho – UESC – Santa Catarina	2018	Zoologia	Tolerância ao aquecimento em anfíbios no sul da Bahia, Brasil: padrões em espécies e grupos
Lucas de Jesus Santos – UNICAMP – São Paulo	2016	Linguística, Letras e Artes	Retorno à Filologia e Humanismo em Edward W. Said
Antônia Soares Pellegrino – PUC – Rio de Janeiro	2017	Linguística, Letras e Artes	O mundo depois do fim
Branca Albuquerque de Barros – UFF – Rio de Janeiro	2017	Linguística, Letras e Artes	Para não contar os gatos em Zanzibar: A Etnografia nos contos de Ficção Científica de Ursula K. Le Guin
Rafael Cabral Carvalho – UNB - Brasília	2011	Geociências	Recifes de Coral e Unidades de Conservação Marinha no Estado da Bahia: Análises Geoambiental de Representatividade e Conectividade de Ambientes
Adriana Aparecida de Oliveira Dias Faes – UNG – São Paulo	2014	Geociências	Estudo Geotecnogênico da Urbanização: o caso do loteamento do Parque Continental II, Município de Guarulhos, SP
Daniele dos Santos Marques – UNG – São Paulo	2014	Geociências	Estudo Geotecnogênico das alterações provocadas pelo uso da terra da região do Cabuçu, Guarulhos, SP
Ericson Silva Ferreira – UNG – São Paulo	2015	Geociências	Análise Geoambiental de Interface de Florestas Urbanas: o caso do Parque Estadual da Cantareira, em Guarulhos, SP
Luiza Cordeiro da Silva – UNG – São Paulo	2015	Geociências	Transformação Antrópica da Planície de Inundação do Rio Tietê, entre os rios Baquirivu Guaçu e Cabuçu de Cima, no município de Guarulhos, SP
José Carlos Vitorino – UNG – São Paulo	2015	Geociências	O Tecnógeno em Guarulhos, Estado de São Paulo: o estudo de caso do bairro Jardim Fortaleza
Fabíola Menezes dos Santos – UNG – São Paulo	2015	Geociências	Caracterização Geoambiental das Cachoeiras do Município de Guarulhos/SP: uma avaliação do seu potencial geoturístico
Carolina Miyoshi – UNG – São Paulo	2017	Geociências	Reconstrução ambiental de uma região sob influência antrópica: uma avaliação dos últimos 200 anos do Rio Guaíba (RS)
Mayanne Jesus Oliveira – UFBA - Bahia	2014	Geologia	Os Corais Construtores da Estrutura Holocênica do Recife da Coroa Vermelha, Abrolhos, Bahia
Sara Lemos Pinto Alves – UFRJ – Rio de Janeiro	2017	Geografia	Vulnerabilidade Ambiental na “Cidade do Aço”: a Geotecnogênese na Construção de Paisagens de Perigo no Setor Leste de Volta Redonda (RJ)
Matheus Reis Pellegrini – UFRJ – Rio de Janeiro	2018	Sociologia	Ecovilas e Permacultura: uma etnografia da Aldeia da Mata Atlântica
Isabela Prado Callegari – UNICAMP – São Paulo	2018	Economia	Crescentismo, Um Réquiem para uma ideia de progresso: Origens Limites e Alternativas
Eduardo Hernandez Dutra – UFRGS – Rio Grande do Sul	2018	Meio Ambiente	Debate Público Sobre Mudanças Climáticas e Agricultura no Brasil: Práticas Discursivas na Faculdade de Agronomia da UFRGS

Marina Demaria Venancio - UFSC – Santa Catarina	2017	Direito	O Estado de Direito Ecológico e a Agroecologia: a Legislação Agroecológica na Instrumentalização e Ecologização do Direito
Thiago Burlani Neves - UFSC – Santa Catarina	2018	Direito	O Acesso à Justiça Ambiental por meio da Conscientização da Cidadania Promovida pela Defensoria Pública na Busca por um Maio Ambiente Equilibrado
Alysson Amorim Mendes da Silveira – UFMG – Minas Gerais	2018	Direito	Contra o Direito de Não Ter Cuidado: Ventilações Ameríndias para Resistir no (ao) Antropoceno.
Leatrice Faraco Daros - UFSC – Santa Catarina	2018	Direito	Justiça Ecológica e Crime Internacional: Os Limites e as Possibilidades do Direito no Combate ao Ecocídio
Leonardo Coppola Napp– UFRG – Rio Grande do Sul	2018	Direito	O Estado de Coisas Institucional Relacionado às Políticas Públicas envolvendo Agrotóxicos: Uma Análise Jurídica sobre o seu Uso Massivo e o Seu Controle Inadequado
Renan Vieira Rocha - UFCE - Ceará	2018	Engenharia Civil	Antropoceno: Impactos Antrópicos de Mudanças no Uso do Solo e Operação de Reservatórios nas Secas do Ceará – Fortaleza - 2017
Mariana Figur Seide – USP – São Paulo	2015	Ciências Ambientais	Dinâmica territorial e socioeconômica na região do entorno das Usinas Hidroelétricas Canoas I e II (PR/SP) e as relações com a piscicultura local
Elizabeth Braga - Univeritas– Guarulhos	2016	Ciências Ambientais	Análise de área de risco geológico em terreno tecnogênico da encosta do Jardim Fortaleza, Município de Guarulhos (SP)
Antonio Candido Carneiro de Azanbuja Neto - Univeritas – Guarulhos	2016	Ciências Ambientais	A Percepção dos Inpactos Ambientais Antrópicos: Indicador BUDA - uma ferramenta de estudo
Elisete Giovana Balisa - Univeritas – Guarulhos	2016	Ciências Ambientais	Estudo dos Serviços Ecosistêmicos no Município de Guarulhos/SP
Rosana Cornelsen Duarte - Univeritas - Guarulhos	2017	Ciências Ambientais	Caracterização da Vegetação de Guarulhos e suas Relações com o Meio Físico
Rodolfo Vieira da Silva - Univeritas – Guarulhos	2017	Ciências Ambientais	Análise Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego Água Branca (Itaquaquecetuba, SP) como subsídio ao Plano Diretor Municipal
Claucio Riccelli Silva dos Santos -Univeritas – Guarulhos	2017	Ciências Ambientais	Influência da cobertura do solo na temperatura da superfície urbana: o caso de Guarulhos – SP
Eliana Queiroz Santos – Univeritas - Guarulhos	2017	Ciências Ambientais	Transformações Tecnogênicas da APA Cabuçu Tanque Grande, Município de Guarulhos, SP
Maithê Gaspar Pontes Magalhães – FIOCRUZ – Rio de Janeiro	2018	Biologia	Descrição da Biodiversidade Molecular de <i>Hypancistrus zebra</i> (Loricariidae: Siluriformes), uma Espécie de Peixe Ornamental Ameaçada de Extinção
Romíria Penha Turcheti Vasconcelos - UFSJ – Minas Gerais	2018	Artes	Poética das Peles: Contato Improvisação como Ação Estética e Política
Karina Martins – UNEURO - Brasília	2017	Ciência Política	SABERES TRADICIONAIS E O ANTROPOCENO: o caso dos povos

			indígenas Haliti-Paresi da Amazônia Legal Matogrossense.
Mariana Samor Lopes – UFF – Rio de Janeiro	2016	Oceanografia	Diversidade Ictiológica do Holoceno em Sambaquis do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

Também é possível verificar que a UNG e a UNIVERITAS, nos cursos de Geociências e Ciências Ambientais, foram as Universidades com maior número de publicações individuais por curso, com 07 para cada curso, seguido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 03 publicações no curso de Direito.

Quando comparamos este Quadro com a Figura 6 sobre as teses, podemos observar que os cursos de Letras, Direito e Ciências Ambientais são os cursos que mais concentram estudos sobre o Antropoceno e os cursos de Ecologia e de Direito, foram os que mais tiveram estudos descentralizados, apresentando publicações nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais para o curso de Ecologia e nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul para o curso de Direito.

Quadro 16 - Antropoceno – Publicações de Dissertações por Estados do Brasil

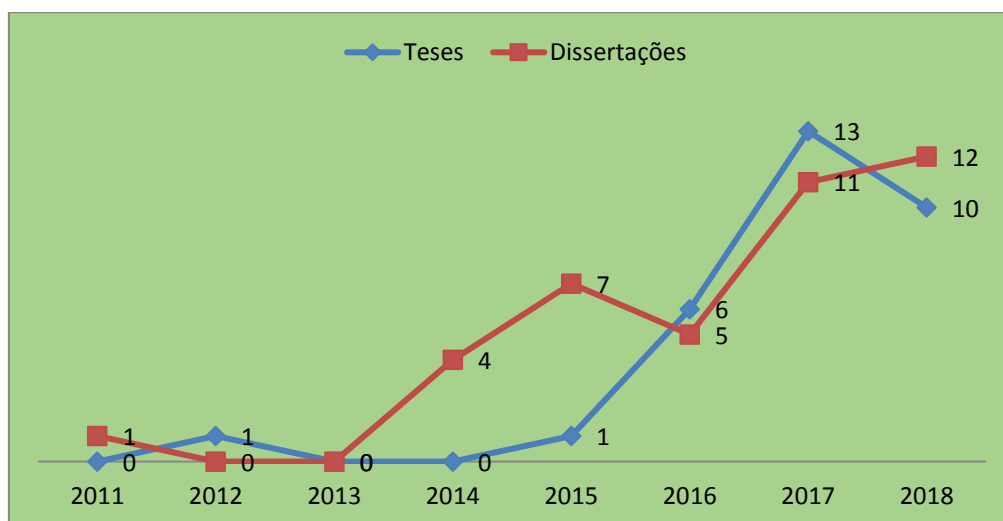
São Paulo (18)	Rio de Janeiro (06)	Minas Gerais (04)	Santa Catarina (04)	Rio Grande do Sul (2)
UNG - 7 Univeritas - 7 UNICAMP - 2 USP - 2	PUC-RJ - 2 UFRJ - 2 UFF - 1 FIOCRUZ - 1	UFMG - 2 UFJF - 1 UFSJ - 1	UFSC - 3 UESC - 1	UFRGS - 2
Brasília (2)	Paraná (1)	Ceará (1)	Bahia (1)	Piauí (1)
UNB UNIEURO	UEM	UFCE	UFBA	UFPI
TOTAL	40			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O Estado de São Paulo é o que apresenta maior quantidade de dissertações sobre o Antropoceno com 18 publicações, seguido pelo Rio de Janeiro com 06 estudos e Minas Gerais e Santa Catarina com 04 pesquisas cada, demonstrando certa concentração de estudos na Região Sudeste do Brasil, seguida pela Região Sul, com Santa Catarina tendo a maior quantidade de publicações, observando ainda que a Região Norte do Brasil não teve nenhuma publicação.

Quando comparamos com a Figura 8 podemos observar e concluir que, novamente, os três Estados da Região Sudeste - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais – são os líderes em estudos sobre o Antropoceno, seguidos pelos Estados das Regiões Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Gráfico 02- Evolução na Produção das Teses e Dissertações por Ano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Podemos observar no gráfico 02 a existência de uma maior produção de Dissertações do que de Teses sobre o Antropoceno. É demonstrado que nos anos de 2012, 2013 e 2014 não ocorreram publicações, o que não implica em relação direta com a produção já que a duração de pesquisa acadêmica para as Teses é maior do que para as Dissertações. Enquanto necessita-se de 04 anos de estudos para se obter uma publicação de Tese e de 02 anos para cada Dissertação, não podemos categorizar conclusões sobre ter ou não ter produção acadêmica maior ou menor para as Teses e Dissertações, em virtude desta dinâmica temporal exigida para cada uma.

5.4 - ARTIGOS

A Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) regulamenta e disciplina a forma de produção científica no Brasil, determinando os critérios para a utilização da documentação, da Publicação Seriada, Publicação Periódica Científica Impressa, dos Artigos, dos Periódicos, dos Artigos Científicos e Artigos Acadêmicos através da NBR 6022:2018. Cabe ressaltar que esta norma se utiliza de outras normas previamente redigidas e implantadas pela ABNT para a produção de Artigos, sendo a NBR 10520:2002; NBR 6023:2002; NBR 6023:2018; NBR 6024:2012; NBR 6028:2003 e IBGE Normas de Apresentação tabular 3ª. Edição - Rio de Janeiro, 1993.

Figura 08- Antropoceno – Artigos Publicados por Ano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A figura 08 ilustra a quantidade de artigos publicados no período estipulado por esta pesquisa, sendo apenas 10. Nos chama a atenção que os últimos artigos publicados foram no ano de 2017, além de que os mesmos foram, em sua maioria, publicados nas revistas setoriais dos seus respectivos cursos e não em plataformas científicas como a Scielo, por exemplo.

Quadro 17- Antropoceno – Artigos Publicados em Revistas das Universidades

ANO	UNIVERSIDADE	QUANTIDADE	TOTAL/PERÍODO
2012	EBAPE	1	1
2014	UNESP, UFPR, UFSC	1 cada	3
2016	UNB	1	1
2017	UFSC	4	5
	USP	1	
TOTAL		10	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Salientamos que o artigo publicado no ano de 2012 nos cadernos EBAPE foi o único na área da Administração. Observamos também uma grande concentração de artigos publicados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 05 artigos no total, em contrapartida, ocorreram outras publicações em diversos Estados da Federação.

Quadro 18- Antropoceno - Artigos Publicados por Cursos e Universidades

Filosofia (3)	Ciências Sociais (2)	Geografia (2)	Literatura (1)	Letras (1)	Administração (1)
UFSC	UNB	USP	UFSC	UFSC	EBAPE
	UNESP	UFPR			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Apesar do curso de Administração ter apenas 1 (um) artigo publicado nos cadernos EBAPE, destaca-se também que este foi o primeiro artigo a ser publicado sobre o Antropoceno no Brasil, no ano de 2012 e, muito mais recente, no ano de 2017, ocorreram as publicações de artigos no curso de Filosofia. Outra constatação encontrada é que, os autores do artigo em Administração, não publicaram suas dissertações e teses com o mesmo tema e tem suas graduações em outras áreas sendo, o Dr. Eduardo Viola com graduação em Sociologia e doutorado em Ciência Política e o Dr. Matías Franchini com graduação em Ciência Política e doutorado em

Relações Internacionais. Fato também interessante é que, ambos publicaram um livro no ano de 2018 com o título: *Brazil and Climate Change: Beyond the Amazon* em que abordam as mudanças climáticas e a participação do Brasil no passado, no presente e no futuro.

Quadro 19 – Autores dos Artigos por Curso

AUTOR / UNIVERS./ ESTADO	ANO	CURSOS	TÍTULO
Cláudia de Lima Costa – UFSC – Santa Catarina	2014	Letras	Feminismos descoloniais para além do humano. (Debates) (artículo em português)
Sonia Torres – UFSC – Santa Catarina	2017	Literatura	O antropoceno e a antro-po-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação
Claudia de Lima Costa, Susana Bornéo Funck – UFSC – Santa Catarina	2017	Filosofia e Ciências Humanas	O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas
Melina Pereira Savi – UFSC – Santa Catarina	2017	Filosofia e Ciências Humanas	O Antropoceno (e) (n)as Humanidades: possibilidades para os Estudos Literários
Izabel Brandão – UFSC – Santa Catarina	2017	Filosofia e Ciências Humanas	A propósito de "feminismos transcorpóreos e o espaço ético da natureza", de Stacy Alaimo
Pedro Roberto Jacobi – UFPR - Paraná	2014	Geografia	Mudanças climáticas e ensino superior: a combinação entre pesquisa e educação
José Eli da Veiga – USP – São Paulo	2017	Geografia	The First Anthropocene Utopia
Renzo Taddei – UNESP – São Paulo	2014	Ciências Sociais	Existing in the sertao: chapters of life as visceral philosophy/Ser-estar no sertao: capitulos da vida como filosofia visceral/Ser-estar en el sertao: capitulos de la vida como filosofia visceral.(espaco aberto)
Eduardo Viola e Larissa Basso – UNB - Brasília	2016	Ciências Sociais	O Sistema Internacional no Antropoceno
Eduardo José Viola, Matias Alejandro Franchini – Cadernos EBAPE – Rio de Janeiro	2012	Administração	Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Brazil/Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil.(Report)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O curso de Filosofia da UFSC é o curso que tem a maior quantidade de artigos publicados sobre o Antropoceno e vem seguido dos cursos de Ciências Sociais e Geografia com 02 artigos, e os cursos de Literatura, Letras, e Administração com apenas 01 artigo publicado.

A Universidade Federal de Santa Catarina tem 05 dos 10 artigos publicados, centralizados nos cursos de Filosofia com 03 e Letras e Literatura com 01 publicação cada. Já nos cursos de Ciências Sociais e de Geografia ocorreram descentralização

dos estudos que foram desenvolvidos em diversas Universidades, como a UNB, UNESP, USP e UFPR, localizadas em diversos Estados do Brasil.

Quadro 20 - Publicação de Artigos por Estados do Brasil

Santa Catarina	São Paulo	Brasília	Paraná
(5)	(3)	(1)	(1)
UFSC	EBAPE, UNESP, USP	UNB	UFPR
TOTAL	10		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Santa Catarina é o Estado que mais teve artigos publicados sobre o Antropoceno nos cursos de Filosofia, Literatura e Letras e, ao adicionarmos o Estado do Paraná, com o curso de Geografia, podemos observar que a Região Sul do Brasil é a que mais escreveu sobre esse assunto, seguida pelas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Não há nenhuma publicação de artigos nas demais regiões.

Também é possível notar que no Estado de São Paulo não houve concentração de estudos em uma universidade, ocorrendo publicações na UNESP, USP e no caderno da EBAPE. Já em Santa Catarina a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi responsável pela totalidade de suas publicações.

5.5 – ANÁLISE DA BASE SCIELO (ESPAANHOL, INGLÊS, PORTUGUÊS)

O website da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) é uma base que abarca coleções de periódicos científicos brasileiros, previamente selecionados. Ela é o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e que, desde o ano de 2002, passou a contar com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quadro 21 - Evolução Anual dos Artigos Publicados por Países

2014 (2)	2015 (3)	2016 (7)	2017 (11)	2018 (18)
Brasil	Brasil	Argentina (3)	Brasil (5)	Brasil (6)
		Brasil	México (4)	México (4)
		Equador		USA (3)
Porto Rico / Venezuela	Chile	Chile	Portugal	Chile (2)
				Equador
	Colômbia	Colômbia	Colômbia	Holanda
				Inglaterra
TOTAL	41			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O quadro 21 nos mostra claramente que o número de publicações sobre o Antropoceno em Espanhol, Inglês e Português, pesquisados nesta base da Scielo, apresenta-se em uma evolução interessante, crescendo em mais de 61% de 2017 para 2018. Ao compararmos a evolução de 2014, ano das primeiras publicações, com o ano de 2018, chegamos a uma variação positiva de mais de 1.111%. O quadro nos mostra ainda que, de 2014 até o ano de 2016, Brasil e Argentina lideravam as pesquisas com um total de 03 publicações cada país, entretanto, a partir de 2017, o Brasil ainda se mantém na liderança das publicações, mas surgem o México e os Estados Unidos com bom volume de publicações.

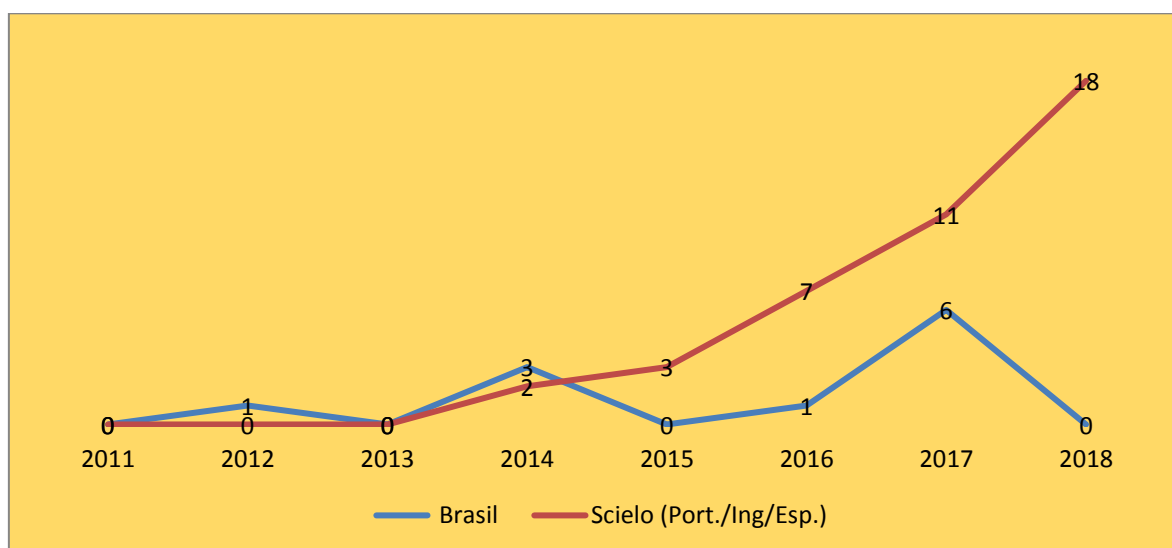
Cabe esclarecer que utilizamos como critério de seleção para estes países a Universidade onde o pesquisador estava quando realizou sua publicação, retratando exatamente o país interessado no tema Antropoceno.

Quadro 22 - Cursos que Publicaram Artigos Sobre o Antropoceno

Ciências Sociais (8)	Antropologia (5)	Geologia (5)	Políticas Públicas (3)	História, sociologia, Meio Ambiente e Educação. (2 cada)	Comunicação, Ciências Humanas, Ecologia, Ciências Agrícolas, Engenharia, Sócio Ambiental, Artes Cênicas, Relações Internacionais, Estudos de Gênero, Zoologia, Biologia, Geografia. (1 cada)
TOTAL	41				

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Este quadro 22 nos mostra que o curso de Ciências Sociais, com 08 publicações foi o de maior atividade, seguido por Antropologia e por Geologia com 05 publicações cada um. Além deles temos o curso de Políticas Públicas com 03 artigos publicados e, com 02 publicações cada um, aparecem os cursos de História, Sociologia, Meio Ambiente e Educação. Os demais tiveram apenas 01 (uma) publicação, sendo Comunicação, Ciências Humanas, Ecologia, Ciências Agrícolas, Engenharia, Sócio Ambiental, Artes Cênicas, Relações Internacionais, Estudos de Gênero, Zoologia, Biologia e Geografia. Como podemos notar, não há nenhuma publicação do curso de Administração, Business ou algo similar sobre o Antropoceno.

Gráfico 03- Evolução da Produção de Artigos por Ano

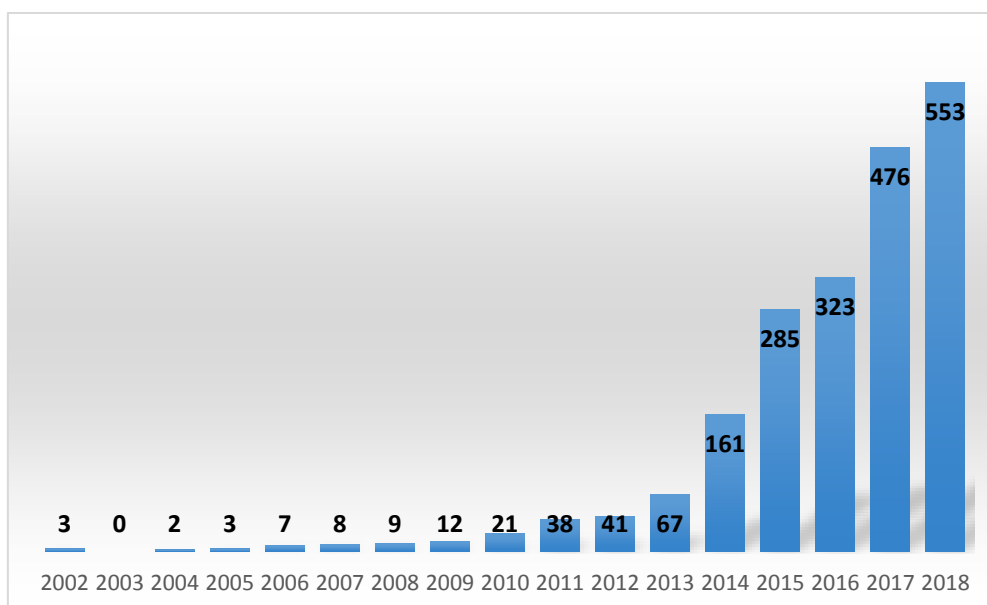
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O Gráfico 03 nos demonstra que no Brasil a primeira publicação somente ocorreu em 2013 enquanto que na base da Scielo esta primeira publicação ocorreu 02 anos antes, ou seja, em 2011, podendo ser um indicativo de protagonismo dos pesquisadores de outros países. Este gráfico também demonstra que o Brasil teve seu ápice no ano de 2017 com 06 artigos publicados e que no ano de 2018 não ocorreu nenhuma publicação. Na base da Scielo é possível visualizar um incremento contínuo a partir do ano de 2014, com 02 publicações, chegando a 18 publicações no ano de 2018.

5.6 – ANÁLISE DA BASE WEB OF SCIENCE

A partir da análise dos dados da base internacional Web of Science, poderemos fazer considerações e comparações com as bases brasileiras, medindo a evolução ou involução das publicações acerca do tema Antropoceno. Nesta base foram encontradas 2.800 publicações acerca do Antropoceno, no entanto, após uma filtragem inicial selecionando apenas artigos, diminuíram para duas mil e nove 2.009 publicações.

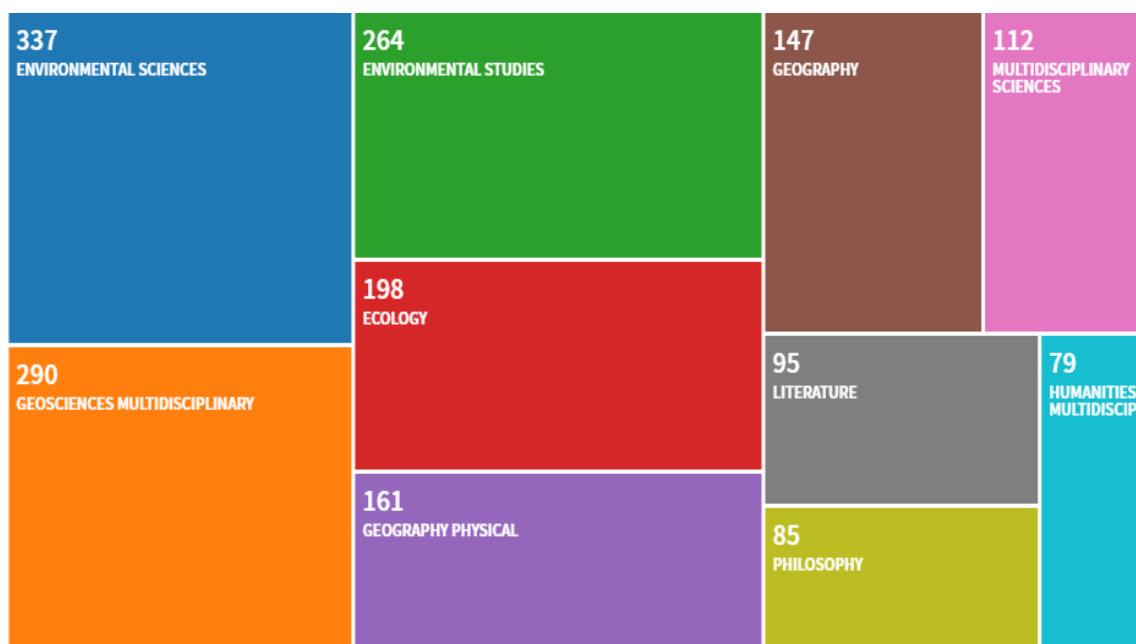
Figura 09- Antropoceno - Evolução da Produção de Artigos por Ano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Na plataforma Web of Science é possível verificar uma grande evolução no número de produção de artigos sobre o Antropoceno, aumentando cerca de 18.400% entre os anos de 2002 e 2018. Com exceção do ano de 2003, onde não houve publicação, todos os demais tiveram aumentos unitários e percentuais, com destaque para os anos de 2013 e 2014, cuja variação foi de 240,30%, e entre 2017 e 2018, últimos anos de nossa análise, onde o ganho percentual foi de apenas 13,77%, demonstrando fôlego da temática se comparado aos demais.

Figura 10- Antropoceno - Grandes Áreas de Estudo (10 Primeiras)



Fonte: Web of Science, 2019.

Quadro 23- Antropoceno - Grandes Áreas de Estudo (Demais)

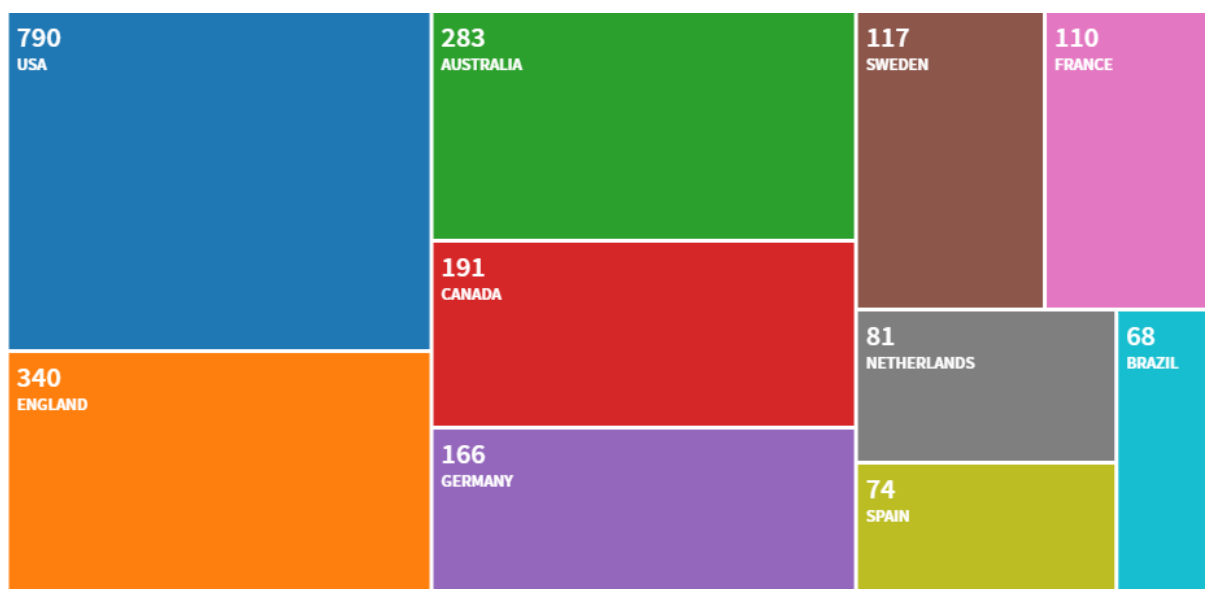
Anthropology	Political Science	Social Sciences Interdisciplinary	Green Sustainable Science Technology
78	55	54	43
Cultural Studies	Biodiversity Conservation	Religion	Marine Freshwater Biology
59	47	33	41
Sociology	Biology	Water Resources	Education Educational Research
48	39	44	

			45
International Relations	History	Meteorology Atmospheric Sciences	
36	38	56	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Na Figura 10 e no Quadro 23 acima podemos observar que as Ciências Ambientais e da Terra são as grandes áreas que mais concentram pesquisas sobre o Antropoceno. A área das Ciências Humanas tem apenas 79 artigos publicados, representando apenas 3,94% do total, e Ciências Sociais com 54 artigos, representando 2,69% do total de artigos publicados.

Figura 11- Antropoceno - Países que Publicaram Artigos (10 Primeiros)



Fonte: Web of Science, 2019.

Quadro 24 - Antropoceno - Países que Publicaram Artigos (Demais)

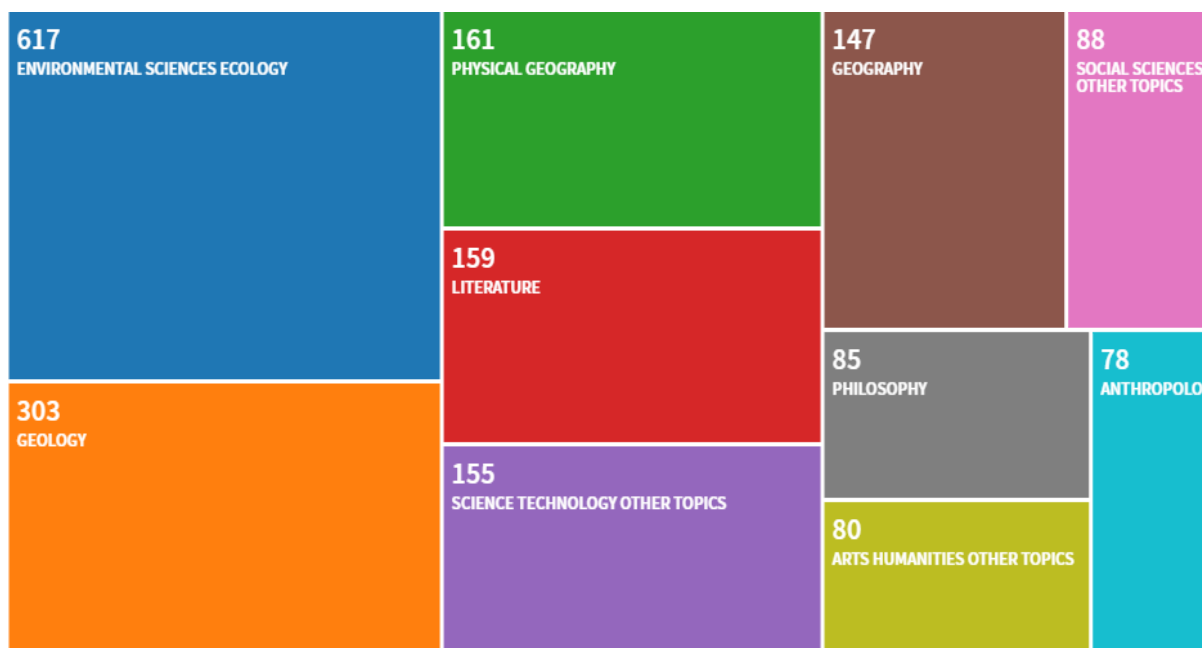
Itália	China	África do Sul	Dinamarca	Suíça
67	67	62	49	55
Escócia	Noruega	Nova Zelândia	Áustria	Bélgica
56	48	39	34	33
Chile	Finlândia	Portugal	Índia	Polônia
28	27	24	23	23

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

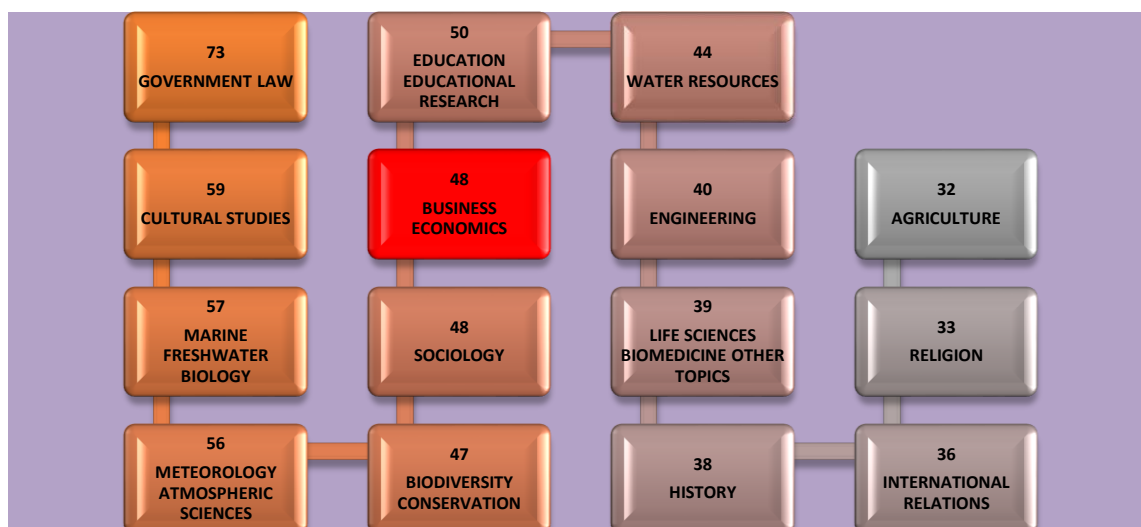
Na Figura 11 e no Quadro 24 observamos que os países de língua inglesa como os Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália são os maiores publicadores de artigos sobre o Antropoceno, sendo os Estados Unidos o maior pesquisador sobre o assunto, com 790 artigos publicados, representando 57% a mais que a Inglaterra que ocupa o segundo lugar com 340 publicações. Além destes, destacamos a Alemanha, Suíça e França com mais de 100 artigos cada um e o Brasil, mesmo ocupando a última posição, com 68 artigos publicados nesta plataforma, representando apenas 3,385% das publicações.

Podemos analisar também que Brasil e Chile são os únicos países que tem artigos publicados na América do Sul, na América do Norte temos publicações nos Estados Unidos e Canadá e na Europa as publicações são da Inglaterra, Alemanha, Suíça, França, Holanda e Espanha. A Austrália e Nova Zelândia são os representantes da Oceania e na Ásia e África, temos a China e África do Sul, respectivamente, como os únicos países com publicações sobre o Antropoceno.

Figura 12- Antropoceno - Cursos que Publicaram Artigos (10 Primeiros)



Fonte: Web of Science, 2019.

Figura 13- Antropoceno - Cursos que Publicaram Artigos (Demais)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O curso de Ciências Ecológicas tem 30,712% de toda a produção de artigos, com 617 publicações, seguido pelo curso de Geologia com 15,082%, sendo 303 publicações. Os demais apresentam produção com menor expressividade se comparado aos primeiros, como é o caso de *Business Economics* com apenas 48 publicações, sendo apenas 2,389% do total, além de outros com resultados ainda menores. Dentre os 48 artigos publicados na área de *Business Economics* ao analisarmos de forma criteriosa, foram encontrados apenas 17 artigos na área da Administração que representam 35,42 % do total que serão analisados a seguir.

Quadro 25- Antropoceno - Países que Publicaram na Administração

Inglaterra (5)	Alemanha (2)	França (2)	Austrália (2)	Coréia do Sul (1)
Estados Unidos (1)	Suécia (1)	Canadá (1)	Dinamarca (1)	Finlândia (1)
Total de Publicações			17	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

É possível identificar que, dos 17 artigos publicados na área da Administração, os países que mais publicaram foram a Inglaterra com 04 artigos, seguida pela

Alemanha, França e Austrália com 02 e Coréia do Sul, Estados Unidos, Suécia, Canadá, Dinamarca e Finlândia com 01 artigo cada um. Há uma maior concentração dos estudos na Europa com 11 artigos publicados equivalendo a 64,71% do total, seguida pela América do Norte com 11,76%, Oceania e Ásia com 5,88% cada.

Quadro 26- Antropoceno - Países e Universidades com Artigos na Administração

Inglaterra	Alemanha	Austrália	França	Canadá
Lancaster Univ.; Hull University; Open University; Henley Business University; Center Syst of Philosophy.	Darmstadt Tech University; Syst Excellence	Camberra Univ.; Flinders University	Jean Moulin Lyon III University (02 Artigos)	Yok University
Dinamarca	Finlândia	Coréia do Sul	USA	Suécia
Aarhus University	Aalto University	Honam University	Massachussets University	Linnaeus University
Total de Publicações		17		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Vemos neste quadro que a Inglaterra apresenta o maior número de universidades com publicações sobre o Antropoceno com 5 (cinco) universidades, entretanto, ao analisarmos a quantidade de publicações por Universidade, a França através da Universidade Jean Moulin Lyon III se destaca pois, apresenta um maior número, com 02 publicações por ela. Ainda não é possível afirmar ou fazer grandes deduções de qualidade de publicações apenas pela análise dos países.

Quadro 27- Antropoceno - Universidades Classificadas no Ranking da SCIMAGO

Universidade	País	Posição Geral	Posição de Pesquisa	Posição de Inovação
Aarhus University	Dinamarca	140	89	334
Aalto University	Finlândia	368	244	345
Technische Universitat Darmstadt	Alemanha	457	305	354
Flinders University	Austrália	530	314	432
York University	Canadá	540	328	463
The Open University	Inglaterra	597	323	477
The University of Hull	Inglaterra	602	370	421

University of Massachusetts, Boston	Estados Unidos	677	395	468
Universite Jean Moulin Lyon 3	França	769	488	444

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De acordo com a coluna Posição Geral na classificação do site SCIMAGO, observamos neste quadro que a Universidade melhor classificada em todos os três critérios do site é a Aarhus University da Dinamarca, ocupando a 140^o Posição Geral e nos rankings de Pesquisa e de Inovação obtendo as posições 89^a e 334^o, respectivamente. Das 9 Universidades citadas, a maioria encontra-se na Europa, nos seguintes países; Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Inglaterra e França, consolidando-se com um centro de estudos voltado ao Antropoceno. Este quadro já nos permite inferir algum critério de qualidade na análise pois, sendo a universidade Aarhus da Dinamarca, classificada entre as melhores do mundo então, é possível afirmar com certo grau de exatidão, que ela é um grande centro de estudos sobre o Antropoceno, seguida pela Aalto University da Finlândia e etc., observando que, a Universite Jean Moulin Lyon III, localizada na França, que detêm 02 (duas) publicações sobre esta temática é a última colocada na classificação do site Scimago como melhores universidades do mundo, ocupando a classificação geral na posição de 769.

Quadro 28- Antropoceno - Publicações da Administração

Título	Autores	Ano	Citações	Médias Anuais
Moving from Disciplinarity to Transdisciplinarity in the Service of Thrivable Systems	David Rousseau & Jennifer Wilby	2014	9	1,8
Governing in the Anthropocene: What Future Systems Thinking in Practice?	Ray Ison	2016	7	2,34
Climate change and tourism - Are we forgetting lessons from the past?	Brian Weir	2017	4	2
Ecosystem Approaches to Health and Well-Being: Navigating Complexity, Promoting Health in Social-Ecological Systems	Martin J. Bunch	2016	4	1,33
Rethinking Systems Thinking: Learning and Coevolving with the World	David Ing	2013	3	0,5
When rivers go to court: The Anthropocene in organization studies through the lens of Jacques Ranciere	Viktorija Kalonaityte	2018	2	2
Organizing food differently: Towards a more-than-human ethics of care for the Anthropocene	Jonathan Beacham	2018	2	2

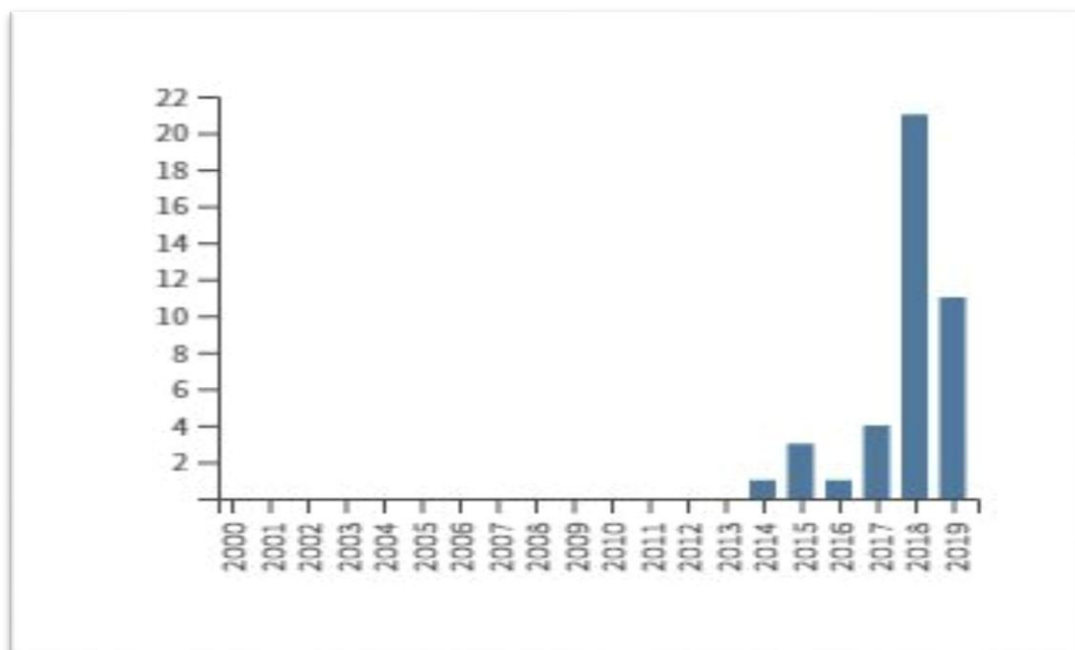
Ecologies of Sustainable Concerns: Organization Theorizing for the Anthropocene	Seray Ergene; Marta B. Calas; Linda Smircich	2018	2	2
Till the Muddle in my Mind Have Cleared Awa': Can We Help Shape Policy Using Systems Modelling?	David C. Lane	2016	2	0,67
Paths to sustainable enterprise excellence	Rick Edgeman; Andy Neely & Jacob Eskildsen	2016	2	0,67
Organizing the unthinkable in times of crises: Will climate engineering become the weapon of last resort in the Anthropocene?	Markus Lederer & Judith Kreuter	2018	1	1
Climate adaptation in the Anthropocene: Constructing and contesting urban risk regimes	Nichole K. Wissman-Weber & David L. Levy	2018	1	1
Alternative visions: Permaculture as imaginaries of the Anthropocene	Anahid Roux-Rosier; Ricardo Azambuja & Gazi Islam	2018	1	1
Lost in delegation? (Dis)organizing for sustainability	Stephen Allen; Martin Brigham & Judi Marshall	2018	1	1
Thinking and Acting Systematically About the Anthropocene	Yeon-soo Shim & Donald C. Bellomy	2018	0	0
Towards a Practice of Systemic Change - Acknowledging Social Complexity in Project Management	Louis Klein	2016	0	0
Educating and Empowering Children for Governing in the Anthropocene: A Case Study of Children's Homes in Sri Lanka	Eshantha Ariyadasa	2016	0	0

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

O Quadro 28 nos apresenta a relação das 17 obras publicadas na Administração, identificando seus títulos, autores, ano de publicação, quantidade de citações por outros autores e a média anual das citações calculada até 2018. Como resultado de nossa análise temos que os maiores números de citações são para as obras de David Rousseau & Jennifer Wilby, com 9, seguidas por Ray Ison com 7 citações. No entanto, ao observarmos a média de citações, a ordem entre os autores se inverte, estando a obra de Ray Ison publicada em 2016 em primeiro lugar, com a média de 2,34 e a obra de David Rousseau & Jennifer Wilby publicada no ano de 2014 em segundo lugar, com média de 1,8. Não podemos utilizar a média de citações como parâmetro para medir a qualidade das publicações ou outras variáveis pois, a média obtida é o resultado da quantidade de citações e do seu ano de publicação e, a obra de David Rousseau & Jennifer Wilby foi publicada no ano de 2014 e a de Ray Ison, no ano de 2016. Isso significa que o resultado obtido da obra de Rousseau & Wilby, por terem 2 (dois) anos a mais para o cálculo influencia no seu resultado final. Se a

mesma tivesse sido publicada no ano de 2016, assim como a obra de Ray Ison, sua média seria de 3 % (três) e não 1,8 % (um ponto oito). Ao somarmos todas as citações chegamos ao total de 41 (quarenta e uma) citações nos 17 artigos escritos sobre o Antropoceno dentro da área específica da Administração.

Gráfico 04- Antropoceno - Citações por Ano



Fonte: Web of Science, 2019.

A observação conjunta do Quadro 28 e do Gráfico 04 nos possibilita explicar facilmente a diferença de médias anuais comentadas na análise do Quadro 28. Quando refletimos sobre os dados, vemos que o artigo de David Rousseau e Jennifer Wilby data de 2014 e o de Ray Ison de 2016. Ao se calcular a média, a base de anos utilizada para o artigo de David Rousseau e Jennifer Wilby é maior em 02 anos comparada a de Ray Ison, justificando sua média anual menor.

Verificamos ainda no Gráfico 04 que o maior número de citações ocorreu em 2018, seguido de 2019, no entanto nossa pesquisa se dá até 2018 e o dado consta no gráfico apenas por ter sido fornecido de forma automática pelo site Web of Science.

Figura 14- Antropoceno – Palavras-Chave Utilizadas Pelos Autores



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

Quadro 29- Palavras-Chave mais utilizadas

Palavras	Quantidade
Anthropocene	08
Climate Change	03
Imaginaries	02

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

Quando analisamos a figura 14 vemos claramente que a palavra Antropoceno foi a mais utilizada pelos autores quando da elaboração de suas palavras-chave em seus artigos. De um total de 172 palavras utilizadas nos 17 artigos da área de Administração, a palavra Antropoceno apareceu 08 vezes, seguida por Mudança Climática 03 vezes, além das demais palavras com menores repetições.

As palavras, Imaginário, Sistema, Clima, Mudança, Gerenciamento, Sistema Social e Organização também são palavras muito utilizadas e refletem implicitamente uma preocupação ou objeto de estudo. Também se destacam as palavras Práticas

Quando analisamos a figura 15 observamos o grande destaque para a palavra Ciência e Futuro, seguidas das palavras Sustentabilidade, Mudanças Climáticas e Antropoceno. Muito interessante se faz notar que, por coincidência, a palavra Antropoceno está à esquerda da imagem juntamente com outras palavras formando um cenário que cita: Economia, Desastre, Conflitos e Metabólico.

Ao analisarmos o Quadro 30 é possível verificar que várias palavras vão aparecendo de forma individual ou combinada.

Quadro 31- Autores mais utilizados nas Referências Bibliográficas

2016		2018	
Autor	Quantidade	Autor	Quantidade
Crutzen, P.	4	Crutzen, P. & Steffen, W.	13
		Bonneuil, C.	8
Stoermer, E; Malm, A.; & Hornborg, A	2	Gibson-Grahan, J.K.	7
		Dalby, S & Hamilton, C.	6
		Clark, N.; Haraway, D.; McNeil, J.R. & Grinevald, J.	4

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 32- Antropoceno – Autores e Artigos mais utilizados nas Referências Bibliográficas

Ano	Autor	Artigo
2013	Rockström J, Steffen W, Noone K, et al.	A safe operating space for humanity
	Rockström, .J.W., Noone S.K.,; Persson, A.A. et al.	Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity
2014	Ison, R.	Governing the Anthropocene: the greatest challenge for systems thinking in practice?
2016	Crutzen, P.J.	Geology of mankind
	Crutzen, P.J., Stoermer, E.	The Anthropocene
	Malm, A., Hornborg, A.	The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative
2017	Coombes, P., & Barber, K.	Environmental determinism in Holocene research: Causality or coincidence?
	Gren, M., & Huijbens, E. H.	Tourism and the Anthropocene
	Steffen, W., Persson, A., Deutsch, L., Zalasiewicz, J., Williams, M., Richardson, K., et al.	The Anthropocene: From global change to planetary stewardship

2018*	Crutzen, P.J.	Geology of Mankind
	Crutzen, P.J.	Albedo Enhancement by Stratospheric Sulfur Injections: A Contribution to Resolve a Policy Dilemma
	Crutzen, P.J. and Steffen, W.	How long have we been in the Anthropocene era?
	Crutzen, P.J. and Stoermer, E.F.	The Anthropocene
	Steffen, W., Broadgate, W., Deutsch, L., et al.	The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration
	Steffen, W., Crutzen, P. J. and McNeill, J. R.	The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature
	Steffen, W., Grinevald, J., Crutzen, P., et al.	The Anthropocene: Conceptual and Historical Perspectives
	Steffen, W., Persson, Deutsch, Å. L., et al.	The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship
	Steffen, W., Sanderson, A., Tyson, P., Jäger, J., Matson, P., Moore, B. III, Oldfield, F., Richardson, K., Schellnhuber, J., Turner, B. L. II	Global change and the earth system: a planet under pressure
	Bonneuil, C. and Fressoz, J.B.	The Shock of the Anthropocene
	Gibson-Graham, J.K.	A feminist project of belonging for the Anthropocene
	Gibson-Graham, J.K. and Miller, E.	Economy as ecological livelihood
	Gibson-Graham, J.K. and Roelvink, G.	An economic ethics for the Anthropocene
	Dalby, S.	Anthropocene ethics: rethinking 'the political' after environment
	Dalby, S.	Anthropocene security
	Dalby, S.	Biopolitics and climate security in the Anthropocene
	Hamilton, C.	Getting the Anthropocene so Wrong
	Hamilton, C.	Defiant Earth. The End of Humans in the Anthropocene
	Hamilton, C, Bonneuil, C, Gemenne, F.	The Anthropocene and the global environmental crisis: rethinking modernity in a new epoch
	Clark, N.	Geo-politics and the Disaster of the Anthropocene'
Clark, N. and Yusoff, K.	Geosocial Formations and the Anthropocene	
Haraway, D.J.	Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin	
Haraway, D.J.	Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019. *Somente os 10 mais citados

Os quadros 31 e 32 juntos, ilustram os autores mais utilizados nos 17 artigos sobre o Antropoceno e a quantidade de vezes por ano que foram citados na elaboração dos artigos, tanto individualmente ou quando escreveram com outros autores. Os autores Crutzen, P. & Steffen, W. foram os mais utilizados nos anos de 2016 e 2018 com 17 e 15 menções cada, respectivamente. No ano de 2018 houve

inúmeras citações de outros autores que não estão presentes no Quadro 09, dentre eles Haraway, D., Heikkurinen, P., Lorimer, J., Malm, A., Hornborg, A., Moore, J.W., dentre outros com 02 utilizações/citações de suas obras.

Quadro 33- Antropoceno – 17 Artigos Publicados na Administração

Autor	Artigo	Temática / Assunto	Tipo
David Rousseau & Jennifer Wilby	Moving from Disciplinarity to Transdisciplinarity in the Service of Thrivable Systems	General Systems Theory	Teórico
Ray Ison	Governing in the Anthropocene: What Future Systems Thinking in Practice?	Systems Sciences	Teórico
Brian Weir	Climate change and tourism - Are we forgetting lessons from the past?	Grounded Theory	Teórico
Martin J. Bunch	Ecosystem Approaches to Health and Well-Being: Navigating Complexity, Promoting Health in Social-Ecological Systems	Ecosystem Approach (also known as the 'ecohealth' approach)	Teórico
David Ing	Rethinking Systems Thinking: Learning and Coevolving with the World	Systems Thinking	Teórico
Viktorija Kalonaityte	When rivers go to court: The Anthropocene in organization studies through the lens of Jacques Rancière	Organization Studies	Teórico
Jonathan Beacham	Organising food differently: Towards a more-than-human ethics of care for the Anthropocene	Ethnographic Study	Teórico
Seray Ergene, Marta B. Calás and Linda Smircich	Ecologies of Sustainable Concerns: Organization Theorizing for the Anthropocene	Ecologies of Sustainable Concerns (Organization Studies)	Teórico
David C. Lane	'Till the Muddle in my Mind Have Cleared Awa': Can We Help Shape Policy Using Systems Modelling?	Systems Modelling	Teórico
Rick Edgeman, Andy Neely and Jacob Eskildsen	Paths to sustainable enterprise excellence	CSR – Corporate Social Responsibility	Teórico
Markus Lederer, Judith Kreuter	Organising the unthinkable in times of crises: Will climate engineering become the weapon of last resort in the Anthropocene?	Climate Engineering	Teórico
Nichole K. Wissman-Weber and David L Levy	Climate adaptation in the Anthropocene: Constructing and contesting urban risk regimes	Risk Regime	Teórico
Anahid Roux-Rosier, Ricardo Azambuja and Gazi Islam	Alternative visions: Permaculture as imaginaries of the Anthropocene	Imaginaries	Teórico
Stephen Allena, Martin Brigham and Judi Marshall	Lost in delegation? (Dis)organizing for sustainability	Actor-Networks	Teórico
Yeon-soo Shim and Donald C. Bellomy	Thinking and Acting Systematically About the Anthropocene	Systems theory	Teórico

Louis Klein	Towards a Practice of Systemic Change — Acknowledging Social Complexity in Project Management	Project Management	Teórico
Eshantha Ariyadasa	Educating and Empowering Children for Governing in the Anthropocene: A Case Study of Children's Homes in Sri Lanka	Eco-System Governance	Empírico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Este quadro, ao observarmos em detalhe, poderemos notar que dentre os 17 artigos publicados, apenas 01 (um) foi trabalho empírico com um Estudo de Caso realizado no Sri Lanka e, os demais artigos publicados, foram todos teóricos. Também é observado que existem 04 (quatro) artigos diretamente ligados às organizações assim distribuídos: 02 (dois) em Estudos Organizacionais; 01 (um) em Responsabilidade Social das Corporações e 01 (um) em Gerenciamento de Projetos e, os demais artigos, de outras abordagens teóricas. O pouco empirismo dos estudos é explicado, ou pode ser justificado, pelo fato do conceito e aceitação sobre o Antropoceno ainda não estar enraizado na sociedade. Também é possível imaginar a hipótese de que a área da Administração não tem interesse no assunto; não existiria autores como referência ligados à administração e etc.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre o Antropoceno, desde a sua origem, demonstram uma visão interdisciplinar, evidenciada ao ser apresentada por alguns químicos, Paul Crutzen (2002), Will Steffen (2003) e por um biólogo, Eugene Stoermer (2002), que rompem com a categorização colocada pelos geólogos na definição de eras geológicas. Entretanto, é importante mencionar que foram utilizados critérios científicos geológicos, como a medição dos registros de carbono fixados na camada de gelo polar, para realizarem a afirmação de que uma nova era geológica está em curso, chamada de era dos humanos ou de Antropoceno.

As medições polares constataram dois registros que caracterizaram duas possíveis datas para o seu início sendo, 1610 e 1964. Para o ano de 1610, os estudos propõem que, a descoberta, colonização e a colonialidade imposta pelos Europeus nas Américas, principalmente na América espanhola, foram determinantes para esta

data. A colonização e colonialidade, nos moldes impostos, causaram grande desmatamento para a implantação de monoculturas, exploração de suas riquezas minerais, principalmente ouro e prata, escravidão de negros e nativos (índios) e o genocídio de mais de 50 milhões de nativos e escravos durante pouco este pequeno período de quase 100 anos, causados pela barbárie da escravidão e por doenças provenientes do homem branco.

Ao adotar o ano de 1964, como outra possível data, também foi encontrado o mesmo registro de carbono nas camadas de gelo polar e, suas causas foram marcadas como sendo, o sistema de produção de bens e serviços, iniciados pelo mercantilismo nos séculos anteriores e aperfeiçoados pelo capitalismo e sua grande aceleração nos anos seguintes ao término da II Grande Guerra Mundial em 1944, pelos esforços de domínio de armamento nuclear e seus testes e pela explosão de uma sociedade capitalista e consumista.

Logo após o término da II Grande Guerra ocorre a ascensão de uma nova potência mundial, os Estados Unidos, que implantou novos domínios territoriais, nos 04 cantos do mundo e, um domínio cultural, financeiro, econômico, armamentista e político desde então, ocorreram também a “comoditização” do emprego, da agricultura, dos minerais e etc., regidos pelas leis do mercado e do dólar como moeda de troca internacional.

Essa comoditização acelerou e afetou o meio ambiente global provocando uma homogeneização das diferentes biotas existentes, pois há, em todos os continentes e regiões, cultivos de soja, milho, trigo, por exemplo, além de animais que, antes do descobrimento das Américas, eram restritos a certos lugares, como o cavalo, o búfalo, boi, porco e galinha, que vieram de outros continentes, trazidos pelos colonizadores e que, hoje, são mais algumas commodities produzidas e exportadas mundo afora pelo Brasil e outros países.

Essa política de comoditização faz parte de uma colonialidade que vem sendo exercida por séculos pelos Europeus em todo o planeta. Além da colonialidade exercida sobre o corpo do homem, há também, a colonialidade de seus aspectos subjetivos e, dessa forma, faz-se um domínio e controle sobre o seu corpo e sua mente. A forma encontrada para romper com este ciclo de colonialidade é chamada de descolonialidade e que, consiste em repensar o papel do homem na sociedade.

Repensar a sua forma de ver e tratar a natureza para que ela não seja apenas uma fonte de matéria-prima e satisfação de nossas necessidades consumistas, mas que possa ser vista como a nossa mãe terra, onde todos nela vivem e dela sobrevivem. O romper com a colonialidade não implica em abandonar toda a estrutura científica já alcançada e preparada, pelo contrário, é com a utilização dessa que uma nova ciência será alcançada e que venha a valorizar os outros saberes, os saberes dos povos nativos de diferentes áreas geográficas do mundo.

Além das discussões teóricas, este estudo apresenta evidências empíricas sobre a importância de se estudar mais sobre o Antropoceno quando da realização da pesquisa bibliométrica, pois a mesma identificou que, mesmo sendo uma temática com impactos sobre toda e qualquer vida, humana e não-humana, sobre todos os tipos de organizações humanas, sociais, políticas e econômicas, o Antropoceno ainda é pouco estudado, principalmente, na Administração.

Esta falta de estudos é demonstrada pelos números obtidos durante a pesquisa. Foram identificados no Brasil, nas bases e universidades brasileiras, apenas 04 grupos de Pesquisas, 31 Teses, 41 Dissertações e apenas 10 Artigos concentradas em algumas universidades privadas como a UNG/VERITAS que pertencem ao mesmo grupo empresarial e uma concentração em algumas regiões geográficas do Brasil, como no caso da região Centro-Oeste.

Chamou nossa atenção o fato de que a região com a maior biodiversidade e riqueza mineral do mundo, a região amazônica, só teve uma única pesquisa realizada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e também, a primeira região brasileira colonizada, a região Nordeste, também realizou minguados estudos. No total de publicações de pesquisadores da Região Nordeste foram: 01 (uma) Tese e 03 (três) dissertações com destaque para o Universidade Federal do Ceará, UFCE, com 02 (duas) publicações seguidas pelas, Universidade Federal da Bahia, UFBA, em 2014 e pela Universidade Federal do Piauí, UFPI, em 2017, ambas com dissertações.

A pesquisa também foi realizada na base brasileira científica de artigos de caráter internacional, a Scielo, onde encontramos publicações em Português, Espanhol e Inglês, totalizando apenas 41 artigos sobre o Antropoceno. Nesta base foram identificados artigos oriundos de universidades do Brasil, Chile, México, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra. Mesmo o Brasil mantendo a liderança em estudos sobre o Antropoceno, foi possível verificar que o México vem colocando

esforços nessa mesma temática, esforços estes que podem ser quantificáveis pelo seu crescente numérico em publicações.

Em relação à base Web of Science, o Brasil destaca-se entre os 10 (dez) maiores produtores científicos, entretanto a distância numérica entre os 03 (três) primeiros países colocados são, de certa forma, gritantes. Na plataforma Web of Science, foram identificados, coincidentemente e novamente, apenas 11 artigos publicados em Administração, entre os 2009 encontrados entre os anos de 2002 e 2018, período selecionado em nossa pesquisa.

Dentre estes poucos artigos em Administração, a esmagadora maioria compreende artigos teóricos contendo apenas 01 (um) artigo empírico, um estudo de caso no Sri Lanka, evidenciando-se a grande necessidade de se estudar o Antropoceno em Administração, justificada também quando entendemos que um novo fator está sendo adicionado ao ambiente profissional. Este novo ingrediente, que vai muito além da competição, que é própria do regime capitalista de produção/distribuição/acumulação, é a incerteza climática e, como consequência disso, uma incerteza de grandeza maior sobre o próprio futuro dos negócios e da vida pois, a natureza como fonte de matéria-prima, passa a ser extremamente volátil e imprevisível característica da nova era geológica, o Antropoceno.

Durante a era geológica do Holoceno, as estações climáticas, eram bem definidas com os seus ciclos de seca, chuva, calor e frio, entretanto, na era geológica do Antropoceno, a única certeza é a incerteza crescente, já que, os ciclos naturais de seca e chuva, calor e frio estão sendo alterados e, ao continuar ocorrendo a elevação das temperaturas globais, causadas pelos impactos da ação do homem sobre o meio ambiente, e se tal elevação chegar, em média até 2º graus Celsius, grandes catástrofes climáticas, ambientais, sociais, econômicas e humanas irão ocorrer ao redor do globo.

O Antropoceno, muito criticado por alguns e defendido por poucos será mais bem entendido se compararmos o mesmo a uma mulher grávida. Durante a gravidez, sabemos que há uma vida sendo gestada, sendo criada e alguns pais fazem toda a preparação do quarto de seu novo bebê, utilizando os avanços tecnológicos como a ultrassonografia para saber o sexo, saber a saúde e já definir o nome. Alguns não querem ver o sexo, mas fazem uma lista de nomes para meninos e meninas, outros, entretanto, preferem aguardar a surpresa total enfim, em todos os casos, não se é

negado, todos sabem que há uma gestação, porém, a personalidade jurídica só é dada quando tal criança nascer.

Tal narrativa em forma de analógica também acontece com o Antropoceno, pois, enquanto alguns já estão se preparando, estão estudando e tentando se antecipar à sua chegada, ou seja, preparando o quarto, outros sabem que ele vem, sabem que o Antropoceno está por aqui, entretanto, continuam fazendo *business as usual*, continuam com padrões elevados de consumo exacerbado, ou seja, aguardam a sua chegada, aguardam a surpresa do sexo e, a grande maioria da população não tem conhecimento dos impactos profundos que nossas ações provocaram e continuaram a provocar por mais alguns bons anos e, dessa forma, só se darão conta quando for tarde, ou seja, só se preocuparam quando a criança nascer.

7 - REFERÊNCIAS

AFONSO, M.H.F., et al - Como Construir Conhecimento Sobre o Tema de Pesquisa? Aplicação do Processo Proknow-C na Busca de Literatura Sobre Avaliação do Desenvolvimento Sustentável - Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 5, n. 2, p.47-62, mai./ago. 2011.

ALCANTARA, Liliane C.S.; SAMPAIO, Carlos Alberto C. - **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** – SER – UFPR – Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 40, p. 231-251, abril 2017.

ALMEIDA, Julia. - **Geopolíticas e descolonização do conhecimento**, v. 1, n. 1 (2011).

ALTHUSSER, L – **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado** – 3ª Edição - Editorial Presença, 1980.

AMORIM, C.L.N - **Entre o Desequilíbrio Unipolar e a Multipolaridade: o Conselho de Segurança da ONU no Período Pós-Guerra Fria** – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

ARTAXO, P. – **Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?** - REVISTA USP • São Paulo • n. 103 • p. 13-24 • 2014.

ARTESE, Matías. – **La Justificación ideológica del avance neoliberal em Argentina: la ideología de la “grieta / mancomunió”** in: **SANTOS, Cleito et al - América Latina em movimento: dominação, hegemonia e resistência** – Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 41-56.

BALLESTRIM, L. – **América latina e o giro decolonial** - Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BALESTTRIM, L - **Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial** - DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 60, no 2, 2017, pp. 505 a 540.

BARRIOS, E.V.; PIEDRAHITA, E.J. - **La epistemología del poder en el management clásico/racionalista** - Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 4, Artículo 1, Rio de Janeiro, Oct./Dic. 2017.

BARRY, A. and MASLIN, M. - **The politics of the anthropocene: a dialogue** - Geo: Geography and Environment, 2016, 3 (2), e00022.

BATAGLIA et al - **Implicações das Teorias Ambientais para a Administração Estratégica** - Revista Gestão.Org – 7 (3):314-330 – Set/Dez 2009.

BECK, U. – **Sociedade de Risco – Rumo a uma outra modernidade** – São Paulo, Ed. 34 – 2010.

BENDRATH, E. A.; GOMES, A. A. - **Educação e economia: a (re) construção histórica a partir do pós-guerra.** - Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 44, p. 92-106, jun. 2012. ISSN 1676-2584 Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639980/7540>> . Acesso em: 06 jan. 2019. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v11i44.8639980>.

BERNARDINO-COSTA, J. **A prece de Frantz Fanon** - Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BOECHAT, A. M. F. – **Economia e Sociedade** – Maringá (PR), Unicesumar, 2018.

BOSI, Alfredo - **Ideologia e contra ideologia: temas e variações** - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRESSER PEREIRA, L.C. - **O Colapso de uma Aliança de Classes – A Burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático** – São Paulo – Ed. Brasiliense – 1978.

BRESSER PEREIRA, L.C. – **Desenvolvimento Econômico e Revolução Capitalista** - FGV-EESP – Setembro 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. - **As Duas Fases da História e as Fases do Capitalismo** - FGV-EESP – Maio 2011.

CAMPOS, M.M. – **A mulher, a criança e seus direitos** – Cadernos de Pesquisa, nº 106, março/1999.

CAPRA, F. – **A Teia da Vida. Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos** - São Paulo, Cultrix, 1996.

CASTRO, C. – **Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives** – SAGE – June 2004.

CASTRO, F. - Bautista Vidal: **Iniciativa estratégica** - Agência FAPESP - 29 Out 2007.

CASTRO JÚNIOR, L.A.S. et al - **O Islã e a Civilização Ocidental: Reflexões de Interesse Preliminar ao Estudo do Fenômeno do Terrorismo** - Revista da Escola Superior de Guerra. v. 32, n. 65 (maio/ago.) 2017 – Rio de Janeiro: ESG, 2017.

CHAGAS, C.R.; SOARES MARINHO, P.P - **A colonização francesa e sua influência na formação cultural das américas** – www.academia.edu – 2014.

CLIMATEMPO.COM.BR – **Desertos no Mundo** - <https://www.climatempo.com.br/clima-de-viagem/noticia/mundo/2016/03/03/venha-conhecer-as-paisagens-surpreendentes-da-patagonia-7637> acesso em 11/08/2019

CODATO, A.N. – **Uma História Política da Transição Brasileira: Da ditadura militar à democracia** - Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 165-175, nov. 2005.

COGGIOLA, O. – **Dinâmica da economia mundial contemporânea** – Scortecci, São Paulo, 2003.

CONNELL, R. – **Usando a Teoria do Sul: Descolonizando o Pensamento Social na Teoria, na Pesquisa e na Prática** – Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), PP. 87-109, 2017.

COSTA, Maria G. – **Agroecologia, (eco)feminismos e “Bem Viver”**: **Emergências Descoloniais no Movimento Ambientalista Brasileiro** - Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th - Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CRUTZEN, P.J. - **Geology of mankind** – NATURE.COM - Vol 415 - 3 January 2002.

DAVIS, H. & TODD, Z. - **On the Importance of a Date, or Decolonizing the Anthropocene** - ACME: An International Journal for Critical Geographies, 2017, 16(4): 761-780.

DIAS, R.; RODRIGUES, W. **Comércio exterior: Teoria e Gestão** - 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ ALVES, J.E. - **Holoceno e Antropoceno** – Revista EcoDebate – 08/08/2012 – Disponível em 27/06/2019.

DOVERS, S. – **Sustainability: Demands on Policy** – Journal of Public Policy, Vol. 16, No 3 – Pg. 303-318 – (Sep. – Dec.1996).

ECYCLE.COM.BR - **O que é Antropoceno?** – Disponível em 27/06/2019.

ESTADAO.COM.BR – **Desertos no Mundo** - <https://busca.estadao.com.br/?q=desertos%20no%20mundo> acesso em 11/08/2019.

FANON, F. – **A Dying Colonialism** – Grove Press – New York – 1965.

FEARNSIDE, P.M., - **O processo de desertificação e os riscos de sua ocorrência no Brasil** - ACTA AMAZÔNICA 9 (2), 1979.

FEIL, A. e SCHREIBER, D. – **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados** – Cad. EBAPE, V. 14, No 3, Artigo 7 – Rio de Janeiro – (Jul – Set. 2017).

FLICK Uwe – **Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes** (Tradução. Magda Alves; Revisão Técnica: Dirceu da Silva) – Porto Alegre – Penso, 2013.

FORBES.COM – Maiores Empresa do Mundo - <https://forbes.uol.com.br/listas/2019/05/global-2000-as-maiores-empresas-de-capital-aberto-do-mundo-em-2019/> acesso em 12/08/2019.

FOUCAULT, M. - **História da sexualidade I: A vontade de saber** - Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FUSFELD, D.R. – **A Era do Economista** – Tradução Fábio D. Walternberg – São Paulo – Saraiva, 2003.

GENNARI, A.M. & OLIVEIRA, R. de – **História do pensamento econômico** – São Paulo – Saraiva, 2009.

GODOY, A.S.M. – **Globalização, neoliberalismo e o direito no Brasil** – Londrina, Ed. Humanidades, 2004.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. – **Micropolítica: Cartografias do desejo** – Petrópolis – 4 Edição, Editora Vozes, 1996.

HOPWOOD, B et al – **Sustainable Development: Mapping Different Approaches** – Wiley Interscience – 2005.

GUIMARÃES, Heloisa W. M. – **Responsabilidade social da empresa: Uma visão histórica de sua problemática** – RAE – Pg. 211-219 – 1984.

HAYASHI, Maria & LETA, Jacqueline [Orgs.] – **Bibliometria e Cientometria: Reflexões teóricas e interfaces** – São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 284p.

HEIKKURINE, P. et al - **Organizing in the Anthropocene: an ontological outline for ecocentric theorizing** - Journal of Cleaner Production, 2016, Pg. 705-714.

HURRELL, A. - **Pax Americana or the empire of insecurity?** - Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 30-54 - 2005.

INPE.COM.BR – Antártida - <http://antartica.cptec.inpe.br/> acesso em 11/08/2019.

ITAMARATY.GOV.BR – **A Organização Mundial do Comércio** - <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc> - acesso em 30.10.2018.

- KRÜGER, E. L. **Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental** - Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 4, p. 37-43, jul./dez. 2001. Editora da UFPR.
- LACERDA, R.F.; FEITOSA, S.F. - **Bem Viver: Projeto U-tópico e De-colonial** - Territórios - Revista de Educação - Universidade Federal de Pernambuco Caruaru, BRASIL, V.1, N.1 – 2015.
- LANDER, E. – **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos** - **En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p. 21-53.
- LERVOLINO, S.A., PELICIONI, M.C.F. - **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Rev Esc. Enf USP, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.
- LEWIS, S.L. & MASLIN, M.A. - **A transparent framework for defining the Anthropocene Epoch** - The Anthropocene Review 2015, Vol. 2(2) 128-146.
- LEWIS, S.L. & MASLIN, M.A. - **Defining the Anthropocene** - Nature - March 2015, Vol. 519 – Pg. 171-180.
- LORIMER, J. - **The Anthro-scene: A guide for the perplexed** - Social Studies of Science - 2017, Vol. 47(1) 117-142
- LOVELOCK, J.E. & WATSON, A.J. - **The Regulation of Carbon Dioxide and Climate: Gaia or Geochemistry*** - Planet. Space Sci., Vol. 30, No. 8, pp. 795-802, 1982
- LUGONES, M. - **Toward a Decolonial Feminism** - Hypatia vol. 25, no. 4 (Fall, 2010) p. 742-759
- MALDONADO-TORRES, N. - **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade** - Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março, 2008 – Pg.71-114.
- MALDONADO-TORRES, N. - **On the Coloniality of Human Rights** - Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 114, 2017, p., 117-136.
- MALHEIROS, B.T. – **Metodologia da Pesquisa em Educação** – Rio de Janeiro – LTC, 2011.
- MALM, A. & HORNBORG, A. - **The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative** - The Anthropocene Review - 2014, Vol. XX(X) 1-8.
- MANSANO, S.R.V - **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade** - Revista de Psicologia da UNESP, 8(2). 2009, p. 110-117.
- MANSANO & CARVALHO – **Políticas de Subjetivação no Trabalho: Da Sociedade Disciplinar ao Controle** - Psicologia em Estudo, vol. 20, núm. 4, outubro-diciembre, 2015, pp. 651-661.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria – **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** – São Paulo – Atlas, 7 Ed. – 2010.

MARKUS, Cledes - **As Contribuições da Concepção Indígena do Bem Viver para a Educação Intercultural e Descolonial** - Orientadora: Maria Aparecida Bergamaschi - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

MARINHO, H.A.M.P. – **Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo** - Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

MARTÍNEZ, A.A.; FERNÁNDEZ, O.C.; COLOMINA, H.G.; GARCÍA, J.C.L.; SOLER, J.M.S. – **El Imperialismo Norteamericano desde 1945 – História de América** – Universidad de Alicante – Curso 2010-2011.

MÉSZÁROS, I. – **El Poder de la Ideología** – Ed. Boitempo – 2004

MIGNOLO, W. – **La Idea de América Latina: La Herida Colonial e La opción decolonial** – Ed. Gedisa S.A - 1º Ed. – 2007.

MIGNOLO, W. - **DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: a Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política** - Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, 2008, p. 287-324.

MIGNOLO, W. – **Desafios decoloniais hoje** - Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu (PR), 1 (1), p. 12-32, 2017.

MIRZOEFF, N. - **Visualizing the Anthropocene** - Public Culture 26:2 Duke University Press - 2014 Pg. 213-232

MOORE, J. W. - **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism** – Kairos PM Press – 2016 – Pg. 1-11.

MOORE, J. W. – **The Road to Ruin? Making Sense of the Anthropocene** – IPPR Progressive Review – Vol. 24(3) – 2017 – Pg. 176-202.

MOREIRA, R.J. - **X World Congress of Rural Sociology – IRSA e no XXXVII and Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology** – Sober, Workshop n. 38. Greening of agriculture. Rio de Janeiro, 2000.

OGLOBO.COM – Temperaturas - <https://oglobo.globo.com/sociedade/os-quatromaiiores-desertos-quentes-do-planeta-15046701> acesso em 11/08/2019.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de – **Estudos métricos da informação no Brasil: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade** – Marília – Oficina Universitária – São Paulo – Cultura Acadêmica, 2018. 184 p.

OLIVEIRA, L.F.; CANDAU, V.M.F – **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil** - Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010.

OLIVIERI, A.G. - **A Teoria da Modernização Ecológica e a Mudança Climática** - Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros – Ano 3 – Edição Nº 07 - ISSN 2178-2008.

PASSETTI, G. - **Os britânicos e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano** - História (São Paulo) v.35, e77, 2016 ISSN 1980-4369.

PEREIRA, J.M.M. – **O Banco Mundial nos anos 1960 - Anos 90** - Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 493-531, dez. 2014.

PRESTES, Fabiane da Silva - **O Bem Viver Kaingang: As Conexões entre os Princípios da Teoria do Buen Vivier e os Saberes Tradicionais que Orientam o Seu Modo de Ser** - Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque – Lajeado (RS) Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES 2018.

PULCHERIO, M.C. - **O FMI e o sistema monetário e financeiro internacional: A interferência do Poder Estrutural americano** – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

QUIJANO, A. - **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina** - CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005 p. 117-142.

RAMALHO DA SILVA, C. - **Falta terra no mundo?** – Agroanalysis – Setembro, 2011.

RESSEL, L.B., BECK C.L.C., GUALDA, D.M.R., HOFFMANN, I.C., SILVA, R.M., SEHNEM, G.D. - **O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa** - Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 779-786.

RIBEIRO, Guilherme – **Território, Império e Nação: geopolítica em Paul Vidal de La Blache** - Revista da ANPEGE. v. 6, 2010 (jan./dez.), p. 29-42.

RIBEIRO, Gustavo Lins, - **Poder, Redes e Ideologia no campo do Desenvolvimento** – Novos Estudos 80 – 2008.

ROSA, L.W.; DEVITTE, N.; MACHADO, N.G. - **Mecanismos e o processo de conquista e colonização da América Indígena** – Revista Ameríndia – Vol. 12 – Dezembro 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa – **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade** – 11ª ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Cleito P. dos – **Sociologia Latino-Americana e neocolonialismo intelectual** – Revista Espaço Livre, V. 12, n. 23, jan./jun. 2017, p. 58-67

SANTOS, M. - **A supremacia dos EUA no pós-guerra fria** - Perspectivas, São Paulo, 29: p. 37-66, 2006.

SARAIVA DE SOUZA, M.T. – **Rumo à prática empresarial sustentável** – RAE - Revista de Administração EAESP - FGV, São Paulo, 1993. Pg. 40-52.

SATO, E. - **A Agenda Internacional depois da Guerra Fria** - Rev. bras. polít. int. vol.43 no.1 Brasília Jan./Jun. 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim – **Metodologia do Trabalho Científico** – 24. Ed. Ver. e atual. – São Paulo – Cortez, 2016.

SIQUEIRA, L. - **O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano. Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História** – PUC-HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009.

SINGER, P. – **O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica** – São Paulo – Moderna, 1987

SNYMAN, G. - **Collective Memory and Coloniality of Being as a Hermeneutical Framework: A Partialised Reading of Ezra-Nehemiah** - Snyman: Collective Memory OTE 20/1 (2007), 53-83.

STEFFEN, W. et al. - **Stratigraphic and Earth System approaches to defining the Anthropocene** - Earth's Future – 2016 - 4, doi:10.1002/2016EF000379.

THERBORN, G. – **La ideologia del poder y el poder de la ideologia** - Madrid: Editora Siglo XXI, 1987.

TRAVASSOS, I.S., et al. - **Notas Sobre o Conceito de Desertificação no Brasil e no Mundo** - UFPB - AGB - João Pessoa – PB, 2008.

VIOLA, E., FRANCHINI, M. - **Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil** - Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2012, Pg. 470–491.

WALLERSTEIN, I. **The modern world system - Capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century** - New York: 1975.

WALSH, C. - **Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas** - Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

WATSON, Juliana Floriano - **Bem Viver do Cerrado: partejar amor, parir uma bioética local** - Dissertação (Mestrado em Bioética). Programa de Pós-Graduação em Bioética. Orientação: Rita Laura Segato - Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

WANDERLEY, S. **Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal** - Cad. EBAPE.BR, v. 13, nº 2, Artigo 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2015 - p. 237-255.

WOOD Jr. T.; TONELLI, M.J.; COOKE, B. – **Colonização e Neocolonização da Gestão de Recursos Humanos no Brasil (1950-2010)** - RAE - São Paulo - v. 51 - Nº 3 - maio/ jun. 2011 – p. 232-243

WOOLF, G. **Análises do Sistema-Mundo e o Império Romano** - Mare Nostrum, ano 2014, n. 5.

WRIGHT, C. et al - **Organizing in the Anthropocene** -
journals.sagepub.com/home/org – Organization 2018, Vol. 25(4) 455–471.

XAVIER, A.I. – **A Organização das Nações Unidas** - HUMANA GLOBAL
Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do
Desenvolvimento, 2007.